

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUZI CARINA CHAVES

**ASSISTÊNCIA DE SAÚDE MENTAL DA POLÍCIA MILITAR E
SEU IMPACTO NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
DE SEGURANÇA: UM ESTUDO NO 21º BATALHÃO DE POLÍCIA
MILITAR DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2023

SUZI CARINA CHAVES

**ASSISTÊNCIA DE SAÚDE MENTAL DA POLÍCIA MILITAR E SEU
IMPACTO NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE
SEGURANÇA: UM ESTUDO NO 21º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO
PARANÁ**

**Mental health care of the military police and its impact on the implementation of
public security policy: a study in the 21st military police battalion of Paraná**

Dissertação apresentada como requisito
para o título de mestre em Desenvolvimento
Regional da Universidade Tecnológica
Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Dr. Christian Luiz da Silva

PATO BRANCO/PR

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



SUZI CARINA CHAVES

ASSISTÊNCIA DE SAÚDE MENTAL DA POLÍCIA MILITAR E SEU IMPACTO NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: UM ESTUDO NO 21º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 19 de Setembro de 2023

Dr. Christian Luiz Da Silva, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Maria De Lourdes Bernartt, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Suzane Beatriz Frantz Krug, Doutorado - Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 19/09/2023.

Dedico este trabalho ao Fabio André Kampff, pessoa sensacional que a pandemia levou, muito me apoiou para que fizesse esta pesquisa, como tudo em minha vida.

Quando não estava mais em vida, estava em meus pensamentos. Você estará para sempre em meu coração.

Muito obrigada por ter compartilhado parte da sua vida ao meu lado, te amarei para sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Christian Luiz da Silva, pelo respeito e atenção desempenhado no decorrer da minha pesquisa e por acreditar em mim como pesquisadora;

Ao meu marido, Leandro Xavier, que teve paciência em momentos que precisei abrir mão de estar com ele para me dedicar na elaboração desta escrita;

Ao meu filho, Fabio André Kampff Junior, por ser meu porto seguro e sempre confiar em mim;

Aos meus pais, que mesmo distantes sempre me apoiam;

Aos meus irmãos, Luciana Aparecida Chaves, Quesia Cristina Chaves e Luiz Felipe de Chaves, vocês me inspiram diariamente;

Aos professores do PPGDR que fizeram parte desta caminhada, principalmente por serem compreensivo no meu momento de dor;

Ao professor Edival Sebastião Teixeira, por me acolher e me ouvir quando precisei, suas palavras foram muito importantes e reconfortantes para meu coração;

Aos professores da banca de qualificação, Maria de Lourdes Bernartt e Suzane Beatriz Frantz Krug pelas valiosas e generosas contribuições;

Aos membros do colegiado, pela compreensão e extensão dos prazos;

Aos participantes entrevistados, que prontamente aceitaram meu convite em participar da pesquisa;

Ao 21º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, por aceitar, compreender e colaborar para que esta pesquisa se realizasse;

À polícia Militar do Paraná, por autorizar a pesquisa na instituição;

Aos queridos colegas de turmas mestrado/doutorado, que mesmo a distância, aulas online, grupo de watsapp fizeram parte deste percurso;

Por fim, agradeço a Deus por permitir que eu ainda continue mais um pouquinho neste mundo e perto do meu filho.

RESUMO

A conjuntura contemporânea tem desencadeado novas formas de adoecimentos, destaca-se os causados pelo trabalho, afetando diretamente a saúde do trabalhador em especial questões relacionadas à saúde mental. Segundos dados pesquisados, os adoecimentos devido a condições de saúde mental são a terceira maior causa de afastamento de trabalhadores de suas atividades laborais. Algumas profissões estão mais vulneráveis a estes adoecimentos, como o caso dos profissionais da segurança pública, destacando o policial militar. O estresse, a sobrecarga de trabalho com longas jornadas, o sono e o contexto de trabalho baseado em princípios militares, são alguns fatores que favorecem o adoecimento destes profissionais. Devido aos altos índices de adoecimentos, afastamentos e até mesmo suicídios nesta categoria, o Estado do Paraná criou o programa denominado de Prumos voltado à saúde mental dos profissionais que atuam na Secretaria de Segurança Pública deste estado. Este programa visa ofertar assistência à saúde mental destes profissionais de forma descentralizada nos municípios. Um dos municípios contemplados foi o de Francisco Beltrão com a contratação de dois profissionais de psicologia que foram alocados, um para atendimento da polícia civil e outro para atendimento da polícia militar. A presente pesquisa realizou um estudo qualitativo no 21º Batalhão de Polícia Militar na cidade de Francisco Beltrão-PR visando verificar a percepção que a assistência à saúde mental destes profissionais pode interferir na implementação e execução da política de segurança pública local, uma vez que se deduz que o adoecimento mental destes trabalhadores pode impactar negativamente em seu trabalho e consequentemente acarretar perdas para a população de maneira geral. Para tanto, realizou-se aplicação de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada com 10 policiais militares, após coletado os dados, realizamos análise de seus discursos. Através do discurso dos entrevistados foi possível verificar que percebem o contexto e as relações de trabalho como influente em suas qualidades de vida, relatam a necessidade de programas permanentes de atenção a sua saúde mental, pois percebem que o adoecimento impacta negativamente na política pública de segurança e por se tratar de política pública acarreta em perda de serviço prestado a população. Conclui-se que se faz necessário um olhar atencioso a estes profissionais, pois trata-se de trabalhadores vinculados a uma política pública essencial em nossa sociedade, já que a partir dela outras políticas podem ser postas em práticas.

Palavras-chave: política pública; política de segurança pública; polícia militar; saúde mental.

ABSTRACT

The contemporary conjuncture has triggered new forms of illness, especially those caused by work, directly affecting the health of workers, especially issues related to mental health. According to the data surveyed, illnesses due to mental health conditions are the third leading cause of workers' absence from their work activities. Some professions are more vulnerable to these illnesses, such as the case of public security professionals, especially the military police. Stress, overburden, long working hours, sleep and the military context, still rooted in the military dictatorship, are some factors that favor the illness of these professionals. Due to the high rates of illnesses, absences and even suicides in this category, the State of Paraná created the program called Prumos aimed at the mental health of professionals who work in the Secretariat of Public Security of this state. This program aims to offer mental health care to these professionals in a decentralized way in the municipalities. One of the municipalities contemplated was that of Francisco Beltrão with the hiring of two psychology professionals who were allocated one to the civil police and the other to the military police. The present research conducted a qualitative study in the 21st Military Police Battalion in the city of Francisco Beltrão-PR aiming to verify the perception that the mental health of these professionals can interfere in the implementation and execution of the local public security policy, since it is deduced that the mental illness of these workers can negatively impact their work and consequently cause loss to the population in general. To this end, a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews with 10 military police officers were applied, after data collection, their discourses were analyzed. Through the discourse of the interviewees it was possible to verify that they perceive the context and the work relations as influential in their quality of life, report the need for permanent programs of attention to their mental health, because they perceive that the illness negatively impacts on the public security policy and because it is a public policy leads to loss of service provided to the population. It is concluded that it is necessary to take a careful look at these professionals, because they are workers of an essential public policy in our society, because from it other policies can be put into practice.

Keywords: public policy; public safety policy; military police; mental health.

LISTA DE SIGLAS

AIPS - Áreas Integradas de Segurança Pública
BPMPR – Batalhão de polícia Militar do Paraná
CIA’S – Companhias
CONSEG - Conferência Nacional de Segurança Pública
DPM – Departamento de Polícia Militar
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública
INSS – Instituto Nacional Do Seguro Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PM – Polícia Militar
PMPR – Polícia Militar do Paraná
PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública
PPGDR – Programa de Pós Graduação de Desenvolvimento Regional
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SEPLANSEG - Secretaria de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da
Justiça
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESP – Secretaria de Segurança Pública
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSP - Sistema Unificado de Segurança Pública
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Contextualização e justificativa do tema.....	9
1.2 Problema de pesquisa.....	15
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo geral:.....	16
1.3.2 Objetivos específicos:.....	16
1.4 Justificativa do tema de pesquisa.....	16
1.5 Contribuições da pesquisa.....	18
1.6 Estrutura do trabalho.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Desenvolvimento regional e Políticas públicas.....	21
2.2 Da Segurança Nacional à Política Pública de Segurança.....	30
2.3 Da Polícia a Polícia Militar.....	37
2.4 Do trabalho ao adoecimento no trabalho.....	41
2.5 Do policial militar ao adoecimento psicológico no contexto de trabalho.....	50
2.6 Considerações teóricas bibliográficas.....	55
3. METODOLOGIA.....	57
3.1 Metodologia de pesquisa.....	57
3.2 Classificação da pesquisa.....	58
3.3 Local de realização da pesquisa.....	62
3.4 População pesquisada/amostra.....	64
3.5 Recrutamento.....	64
3.6 Critérios de inclusão e exclusão.....	65
3.7 Garantias éticas.....	65
3.8 Coleta de dados.....	66
3.9 Riscos e Benefícios.....	66
4. ANÁLISE DO ESTUDO.....	68
4.1 Do questionário sociodemográfico.....	70
4.2 Das entrevistas.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6. REFERENCIAS.....	95
ANEXOS.....	102

1. INTRODUÇÃO

A introdução da presente pesquisa discorrerá sobre a contextualização que levou ao tema que será abordado, iniciando pela justificativa bibliográfica do tema escolhido, após será relatado sobre a instituição na qual surgiu as inquietações da temática e problemática que será abordado.

Memórias: Inicialmente peço licença ao leitor para contar um pouquinho sobre a trajetória de construção deste trabalho, acredito ser importante para os demais que irão se aventurar em uma pesquisa, em saber que antes de estudantes e pesquisadores somos seres humanos com uma bagagem de histórias que andam conosco. Esta pesquisa ocorreu entre os anos de 2021 a 2023, e muita coisa aconteceu neste período em minha vida. Inicialmente fazer um mestrado era um sonho, que estava prestes a se tornar realidade quando me aventurei em enviar meu projeto ao PPGDR. Sonho que se tornou realidade com a aprovação da pesquisa. Ano difícil para todos devido o auge da pandemia Covid. As aulas precisaram ser remotas, mas tudo bem, nos encontrávamos nos dias e horários marcados. Sempre tive junto de mim, me apoiando e me incentivando, meu companheiro, meu marido. As coisas iam bem, apesar da pandemia. Em junho de 2021, o vírus chegou a minha família, meu marido que sempre foi meu amigo e companheiro não resistiu as complicações e acabou falecendo, nisso um pedaço de mim também morreu. Agora me sentia sozinha para cuidar de um filho, pois meu alicerce havia partido. E agora? me perguntava, meu único desejo era não fazer mais nada, mas não podia, tinha um filho que dependia de mim. Estava afastada do trabalho, mas tinha as aulas do mestrado, pensei que diante da situação o melhor a fazer naquele momento era desistir, cheguei a ver como poderia fazer para trancar minha matrícula, mas uma vozinha lá no fundo dizia “*não pare, continue*”, seria meu marido me passando força de onde estivesse? Não sei, mas acredito que sim. Continuei, com lágrimas nos olhos, solicitando todos os prazos possíveis para conseguir entregar meus trabalhos. Os professores do PPGDR, assim como meu orientador, sempre foram compreensíveis. Claro, não posso dizer que tive a melhor performance nos trabalhos acadêmicos, mas posso dizer que me esforcei ao máximo para realiza-los. Passada a tempestade emocional que assolava meu coração, no ano seguinte iniciei as entrevistas e antes mesmo de termina-las mais uma triste notícia, um dos participantes da pesquisa

que havia sido meu paciente cometeu suicídio, mais uma vez meu coração se encheu de lágrimas, pois esta pesquisa trata justamente da saúde mental na polícia militar. Notícia triste, mas que demonstra o quão implicate é esta temática. Agradeço a Deus por conseguir finalizar esta parte da pesquisa e exponho aos futuros pesquisadores que uma pesquisa se faz de vida, não somos somente estudantes somos seres humanos e estamos atravessados dia a dia com nossas vivências. Hoje estou grata e feliz por ter conseguido, mas digo: *Não foi fácil, não é fácil, mas vale muito a pena. Gratidão!*

1.1 Contextualização e justificativa do tema

Pesquisas e estudos de Carvalho e Silva (2011) demonstram que no sistema político brasileiro moderno, as organizações políticas, em especial o Estado, possuem a responsabilidade de atender variadas e complexas demandas da sociedade acompanhando seu dinâmico e constante movimento com foco voltado para o desenvolvimento das regiões.

Dentre as demandas que cabem a responsabilidade do Estado está o acesso da população à saúde, educação, assistência social, segurança, lazer, moradia entre outras questões consideradas essenciais ao desenvolvimento humano. Para garantir que as demandas emanadas pelo povo proporcionem acesso integral a toda população serão criadas e implementadas as denominadas Políticas Públicas (CARVALHO e SILVA, 2011).

Para Nascimento e Nascimento (2016), ao formular políticas públicas que atendam as demandas da sociedade, o Estado garante que mudanças efetivas em determinados contextos ocorram. Os estudos dos autores acima citados, consideram que a sensação de satisfação da população em suas necessidades básicas favorece que as regiões nas quais estas pessoas vivem ampliem índices de desenvolvimento com qualidade de vida para toda a população, premissa que se faz fundamental no desenvolvimento regional com sustentabilidade.

Conforme Teixeira (2002), as Políticas Públicas são diretrizes e princípios que norteiam as ações do poder público, sendo que esta relação norteia os procedimentos entre sociedade e poder público, ou seja, entre sociedade e Estado. A partir desta relação, as Políticas Públicas tornam-se “explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Através da elaboração de Políticas Públicas se define “quem decide o que, quando, como, que consequências e para quem” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). A formulação destas políticas “são definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Os estudos de Teixeira (2002, p. 2) referem ainda que as Políticas Públicas demonstram, “no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais”.

Destaca-se que dentre as demandas sociais básicas almejadas pela população encontra-se a ‘segurança’, seja no âmbito privado e/ou no âmbito social. Quando determinado regime político e seus gestores almejam o desenvolvimento de suas regiões, a questão da segurança pública se faz essencial, pois “em condição de segurança, a mente pode fluir para a criatividade e inovação, o que, no andar dos acontecimentos, gera avanço científico e tecnologia, bases consistentes para o avanço socioeconômico no contexto da globalização” (NASCIMENTO e NACIMENTO, p. 366).

Conforme Nascimento e Nascimento (2016, p. 371), para uma sociedade prosperar precisa se sentir segura, tanto no sentido físico como patrimonial, os autores afirmam que “à medida que o crime vai aumentando numa determinada região, a atratividade deste local diminui”, conseqüentemente os investimentos econômicos desta região também diminuirão o que acarretará em um não desenvolvimento regional ou um baixo desenvolvimento local.

Rocha (2005) compactua com os autores acima citados, para ele a questão da segurança pública além de essencial, vai muito além da própria questão de segurança, estando ligada a muitas outras políticas públicas, ele dá como exemplo a questão da exclusão social, tal situação propicia o aumento da violência urbana e da criminalidade nas cidades, acarretando na violação dos direitos humanos. Desta forma a exclusão social pode ser um fator agravante de situações de violência e precisa ser analisada. Conforme o autor para que a exclusão social seja amenizada outras políticas precisam entrar em ação, seja de educação, saúde, trabalho etc. sendo assim, para que um problema seja sanado, como o caso da exclusão social, necessita-se de articulação entre as outras Políticas Públicas, pois um campo interfere diretamente em outro.

Diante de tais situações cabe ao Estado (União, Estados e Municípios) oferecer e articular políticas públicas a população, dentre estas, a segurança pública, que pode garantir respostas de longo prazo (prevenção) e imediata (combate) em momentos de crise. Importante ressaltar ainda, que cabe ao Estado criar estratégias que ultrapassem apenas as causas e consequências sociais que a criminalidade gera, pois, é necessário considerar seu caráter patológico e este também deve ser combatido (ROCHA, 2005).

As pesquisas de Carvalho e Silva (2011) apontam que os denominados sistemas de segurança pública são constituídos por instituições ou órgãos estatais que compõem a Política de Segurança Pública. Estas instituições e órgãos possuem o dever de realizar ações estratégicas para garantir uma sociedade mais segura, tais ações são delineadas através de “planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva” da população (CARVALHO E SILVA, 2011, p 60).

Teixeira (2018, p.19) complementa os estudos de Carvalho e Silva (2011) referindo a Constituição Federal de 1988, para o autor a Constituição é um marco em se tratando de segurança pública, ele cita seu art. 144 o qual “estabelece ao Estado o papel de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio”, neste sentido, cabe ao Estado criar estratégias, com o amparo jurídico e institucional, de controle social e combate à violência e criminalidade.

Nascimento e Nascimento (2016) assinalam os altos custos que a violência causa para os cofres públicos. No Brasil são gastos aproximadamente 300 milhões de reais por dia para combater a violência e a criminalidade, os autores consideram um gasto muito elevado para os baixos resultados obtidos, destarte “com tal custo pago pela sociedade não é possível investir corretamente em ações de desenvolvimento econômico” (NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2016, p. 370). Ademais, a sensação de insegurança prejudica a economia de forma geral e acaba lesando investimentos em áreas específicas de melhoria do bem estar social.

A segurança pública é percebida como fator determinante para o desenvolvimento de uma sociedade, pois ninguém quer viver com medo de ter seus bens e direitos violados. A Constituição Federal de 1988 determina que o Estado garanta segurança para a população e também identifica em seu artigo 144, os órgãos responsáveis de preservá-la, sendo as polícias e o corpo de bombeiros, tais órgãos estão divididos em:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis e

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A questão da segurança pública, está presente no texto da Constituição Federal de 88, se tratando de uma Política Pública composta por vários órgãos responsáveis pela sua execução e efetivação. Nesta pesquisa nos propomos a analisar uma das instituições da segurança pública, sendo a instituição da polícia militar.

De acordo com Silva e Vieira (2008), a polícia militar possui como propósito essencial estabelecer e manter o direito à segurança dos cidadãos, sendo a Polícia Militar (instituição) o principal dispositivo que põe em prática a política de segurança pública, atuando direto na ponta através dos recursos humanos “os policiais militares” (profissionais).

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 define quais são as atribuições e subordinação deste órgão, sendo especificado em seu artigo 5º que cabem às polícias militares a função de polícia ostensiva para preservação da ordem pública, já em seu artigo 6º define as suas subordinações, estando a Polícia Militar subordinada aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Conforme Sette Câmara (2002), a polícia militar possui o dever de realizar além da prevenção, o combate ao crime através do policiamento ostensivo fardado, tal dever de sua atividade é geradora de muitas críticas a este profissional, pois realizar tal atividade laboral acarreta o risco de atitudes irracionais em situações de caos.

Oliveira e Santos (2010) concordam com Sette Câmara (2002) afirmando que, no exercício profissional, o policial militar atua constantemente contra condutas irregulares e/ou criminosas, situações que geram insegurança e estresse e podem impactar na sua atuação laboral, pois muitas vezes necessitam tomar decisões no calor do momento, decisões estas que podem custar em casos mais extremos suas vidas ou de terceiros.

As pesquisas de Bezerra, Minayo e Constantino (2013, p. 658) acordam com as dos autores anteriores, estes afirmam que atuar na Política Pública de Segurança e manter a segurança da população não é tarefa simples, pelo contrário, estes profissionais em suas atividades laborais são “um dos segmentos mais vulneráveis a acidentes e mortes no exercício de sua profissão”. Conforme os autores, na sociedade contemporânea, atuar como policial militar configura “uma das profissões mais expostas ao perigo e à agressão, uma vez que intervêm, quase sempre, em situações

cotidianas de conflito e tensão” (BEZERRA, MINAYO e CONSTANTINO, 2013, p. 658).

Juntando as demandas estressantes do trabalho propriamente ditas do policial, este profissional se depara com o funcionamento das organizações militares. Tais organizações em seu código de conduta prezam pela disciplina, obediência e a hierarquia institucional, estas características, herdadas ainda do regime ditatorial militar, acarretam em muitos casos que estes trabalhadores percam sua individualidade enquanto sujeitos acarretando quadros de adoecimentos psíquicos e emocionais (BEZERRA, MINAYO e CONSTANTINO, 2013).

Conforme Oliveira e Santos (2010), os policiais militares estão expostos a algumas condições decorrentes de sua atuação na atividade laboral, como o cansaço e o desequilíbrio emocional, tais condições acabam desencadeando nestes profissionais atitudes irracionais quando são submetidos a situações extremas no desempenho de seu trabalho, o que pode conseqüentemente diminuir seu desempenho o colocando em situações de perigos e interferindo diretamente na eficácia da política de segurança pública.

Pereira, Madruga e Kawahala (2020) referem que estes profissionais ao passarem frequentemente por situações estressantes que envolvem riscos reais a sua integridade física, inclusive até sua morte, os policiais acabam desencadeando comumente adoecimentos psicológicos e comportamentais, os autores citam que entre os mais presentes estão distúrbios de sono, cansaço, fadiga, depressão, abuso de substâncias psicoativas e nos casos mais graves comportamentos suicidas.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o adoecimento desta categoria de trabalhadores é a segunda profissão mais estressante do mundo, ficando apenas atrás dos operários de minas de carvão, fato que gera necessidade primordial no campo de estudos, pois é o policial, enquanto recurso humano, principal responsável pelas ações preconizadas da política de segurança pública em nosso país.

Devido ao alto índice de adoecimentos psicológicos e afastamentos por problemas relacionados a questões emocionais em policiais militares, em 2020 o Governo do Estado do Paraná, por meio da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, criou o Programa Estadual de Atenção Psicossocial dos Profissionais de Segurança Pública do Paraná denominado como PRUMOS. Com o lema “Para ajudar alguém, é preciso estar bem!” o

programa Prumos oferece em todo o Estado do Paraná, na capital e de forma descentralizada nas sedes dos batalhões do interior, suporte à saúde mental dos policiais militares e civis, bombeiros militares, agentes penitenciários e peritos oficiais, além de seus familiares.

Penkal (2016, p.86), psicólogo, capitão da polícia militar e um dos idealizadores do programa PRUMOS, afirma que “a Polícia Militar do Paraná (PMPR) aprimora um modelo de atendimento psicológico através de uma tríade de ações, consistindo na prevenção, tratamento e atendimento e/ou intervenção”, sendo o foco principal voltado à prevenção de adoecimentos psicológicos e conseqüentemente um melhor serviço prestado à população.

Para que o programa PRUMOS entrasse em ação, a partir de novembro de 2020, através de um processo seletivo simplificado, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP) contratou profissionais da área da saúde para compor o programa, dentre estes profissionais estão assistentes sociais e psicólogos que estão lotados na capital e grandes cidades em centros de atendimentos psicossociais específicos de saúde mental e nas cidades do interior nas sedes dos batalhões e/ou nas Companhias (CIA's).

Um dos Batalhões contempladas neste primeiro momento pelo programa Prumos com a contratação de uma profissional de psicologia foi o 21º Batalhão de Polícia Militar do Paraná (BPMPR) com sede na cidade de Francisco Beltrão-PR. A psicóloga contratada para atuar neste local é a pesquisadora deste trabalho, e por compreender que os recursos humanos (seu objeto de trabalho) são fundamentais para implementação desta política pública e que seu adoecimento impacta diretamente em vários aspectos na Política de Segurança Pública, podendo inclusive interferir no desenvolvimento regional local, optou-se em conjunto com seu orientador de problematizar estas questões (Política de Segurança Pública, trabalho do polícia militar e Políticas Públicas) dentro das linhas de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR.

Diante do exposto e por entender que a temática de saúde mental é um fator de extrema relevância na consolidação da Política de Segurança Pública, apreendendo ainda que a temática que envolve segurança pública, polícia e Política Pública é pouco discutido na literatura, os proponentes desta pesquisa, pretendem analisar os resultados da assistência à saúde mental no trabalho e na vida dos policiais militares que atuam neste batalhão e, conseqüentemente, na implementação e execução da Política Pública

de Segurança Pública local, fator que influencia diretamente nas questões relacionadas ao desenvolvimento destas regiões.

Importante, ressaltar que os resultados do presente estudo poderão ser utilizados como base para implementação e continuidade de projetos e programas nesta área dentro da Política de Segurança Pública, assim como ser utilizado por outros estudos relacionados à temática escolhida. Desta forma, o estudo poderá contribuir academicamente nas questões relacionadas à saúde deste trabalhador, e por tratar do tema de política pública será benéfico para a população em geral.

Vale ressaltar que o problema de pesquisa surgiu das inquietações da pesquisadora por atuar diretamente na Política de Segurança Pública, na função de psicóloga dos policiais militares que atuam no 21º BPMPR e perceber como a saúde mental do policial militar está associada a execução de suas funções, o que impacta diretamente na sua vida e na vida da população por ele atendida. A intenção não é realizar uma crítica aos acontecimentos extremos no uso da força policial e sim entender como a saúde mental pode influenciar a vida pessoal e laboral deste profissional e como isso impacta a implementação da política de segurança local e conseqüentemente no desenvolvimento regional sustentável.

1.2 Problema de pesquisa

Partindo-se do pressuposto que para uma sociedade se sentir segura são necessárias Políticas de Segurança Públicas eficientes, que a redução da criminalidade torna uma região mais atrativa para investimentos econômicos e sociais facilitando o desenvolvimento regional local, que o profissional que atua na ponta da Política de Segurança Pública é o policial militar, que a rotina estressante desta profissão pode desencadear adoecimento mental e comportamental nos policiais militares e dessa forma impactar na oferta e execução da Política Pública de Segurança local, o objeto de estudo desta pesquisa discorrerá sobre a assistência à saúde mental aos profissionais da polícia militar no 21º BPMPR, visando compreender a influência de tal serviço na vida laboral destes policiais. Desta forma surge a seguinte questão: **qual influência a assistência à saúde mental gera no bem-estar e saúde dos policiais militares e sua relação com a implementação e execução da Política Pública de Segurança local?**

1.3 Objetivos

A partir da análise apresentada e do problema de pesquisa, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos da presente pesquisa que são exibidos a seguir.

1.3.1 Objetivo geral:

Avaliar a influência da assistência à saúde mental dos policiais militares atuantes no 21º Batalhão de Polícia Militar do Paraná e suas percepções quanto aos impactos na execução da Política Pública de Segurança local.

1.3.2 Objetivos específicos:

- A) Compreender a Política Pública de Segurança no Brasil e o contexto que envolve o trabalho do policial militar de modo geral;
- B) Averiguar como os policiais militares percebem sua saúde mental, assim como, estressores causadores de adoecimento psíquico no seu ambiente de trabalho;
- C) Analisar as percepções dos participantes sobre a assistência à saúde mental no 21º BPMR e sua relação com a implementação e execução da Política de Segurança Pública local.
- D) Avaliar como os policiais, enquanto recursos humanos, percebem a efetividade da Política de Segurança Pública local.

1.4 Justificativa do tema de pesquisa

Diante dos estudos na área da Política de Segurança Pública e de saúde mental, observa-se que a relação dos profissionais militares com suas demandas de trabalho muitas vezes é causadora de adoecimento psíquico e comportamental. Conforme os estudos de Cechet (2021) os profissionais atuantes na segurança pública convivem constantemente com incertezas relacionadas ao seu campo de trabalho e/ou pessoal. O contexto vulnerável de atuação, onde estão expostos a riscos diariamente, o sentimento de desvalorização, dificuldades e estigmas sociais além da questão institucional que funcionam ainda com características do regime ditatorial, baseada na hierarquia, obediência e disciplina, mobilizam sentimentos destrutivos que podem comprometer a saúde mental deste profissional (CECHET, 2021).

Para Cechet (2021), ainda, a existência de programas de saúde mental na saúde pública, não garante atendimento a toda população, há o fato ainda de muitas pessoas não procurarem auxílio por motivos múltiplos que estão correlacionados a uma visão

distorcida sobre adoecimento psicológico. No campo do trabalho a saúde mental ainda não é vista como relevante nos mais variados contextos, quando há o adoecimento primeiramente procura-se tratar questões físicas e somente em último caso é que as questões emocionais são levadas em consideração, situação que pode agravar os sentimentos do adoecido.

Na segurança pública não é diferente, além de se tentar tratar primeiramente a saúde física, ou seja, o sintoma e não a causa, existe ainda o preconceito dentro da instituição entre os próprios profissionais relacionadas à procura de atendimento psicológico, o que faz com que estes profissionais demorem muito tempo para aceitar que precisam de ajuda ocasionando agravo no quadro de sua saúde mental e afetando principalmente questões ligadas a relacionamento interpessoal, seja no local de trabalho ou fora dele, dentre os agravos à autora cita a baixa autoestima, comportamentos agressivos acentuados, abuso de substâncias, tendências suicidas entre tantos outros (CECHET, 2021).

Para que uma Política Pública se concretize e alcance seus objetivos se faz fundamental a atuação dos recursos humanos nela existentes, na pesquisa em questão, os policiais militares são os profissionais que atuam diretamente na ponta da Política Pública de Segurança agindo in loco na prevenção e no combate à violência e criminalidade, seu adoecimento poderá ocasionar episódios de atos patológicos, seja de se colocar em risco ou da reprodução de violência o que acarretará no prejuízo não somente de sua qualidade de vida, mas também no desempenho de seu trabalho, causando perda para sociedade de um modo geral (CECHET, 2021).

Embora existam serviços voltados a promoção da saúde mental na maioria dos municípios, a falta da busca por tais serviços de pessoas que necessitam dele ainda é um empecilho na prevenção de acometimentos psicológicos. Entende-se que os profissionais de saúde possuem um importante papel para que estes serviços cheguem a quem dele necessita, no caso de policiais militares, há ainda o receio desta procura, seja por vergonha ou pela demora que isso pode levar quando buscado no Sistema Único de Saúde (SUS) por não possuírem meios financeiros para arcar com tais despesas (CECHET, 2021).

Para minimizar estas questões se faz necessário a oferta de serviços voltados a saúde mental deste profissional dentro das próprias instituições com ações voltadas a sensibilização destes sujeitos, com direcionamentos preventivos, assistenciais e

humanizados frente as situações problemas que vivenciam em seu trabalho (CECHET, 2021).

Para Leal e Gilioli (2018), pesquisar e produzir conhecimento sobre a saúde mental dos profissionais da Política de Segurança Pública se faz fundamental quando se pensa em proporcionar uma sociedade mais segura. Teixeira (2017) compactua com Leal e Gilioli mencionando que cabe ao Estado e a sociedade em geral identificar e planejar ações propositivas a um ambiente favorável ao desenvolvimento regional sustentável em um ambiente de segurança pública permanente.

A temática escolhida para elaboração desta dissertação alinha-se com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), pois trata de uma análise das Políticas Públicas, incluindo de segurança e de saúde. Infere-se ainda que a saúde mental e/ou adoecimento dos policiais militares pode prejudicar diretamente a execução da Política de Segurança Pública e desta forma impactar de forma negativa a sociedade que dela necessita.

O nível de importância sobre a temática se faz de extrema relevância, a qual trata da política de proteção da vida em sociedade e individualmente em seu contexto histórico, vista como fundamental no desenvolvimento regional sustentável e responsável com as presentes e futuras gerações a partir de práticas mais eficientes das Políticas Públicas a fim de minimizar o impacto nas atividades sociais. A dissertação se alinha ainda com a linha de pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento, pois o tema perpassa muitas questões sendo questão interdisciplinar que foca nos atores sociais (policial militar e sociedade) e políticas públicas (segurança pública).

1.5 Contribuições da pesquisa

A presente dissertação vai ao encontro da área de concentração do programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, pois busca estudar e analisar a implementação e eficiência da Política Pública de Segurança dos municípios da Região do Sudoeste do Paraná e por ser Política Pública impacta no desenvolvimento local sustentável.

Esta pesquisa busca estudar fatores de adoecimento psicológico do policial militar, entendendo este profissional como peça fundamental na execução e implementação da Política de Segurança Pública, por ser recurso humano atuante diretamente na ponta da política, ou seja, in loco. Essa compreensão se faz estratégica em se tratando de abarcar a influência que a implementação eficiente da Política Pública de Segurança acarreta no desenvolvimento regional sustentável, indo ao encontro com o

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR. Dentre as contribuições da pesquisa, destaca-se:

a) Sob a perspectiva do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UTFPR): o estudo apresentado é relevante para o programa devido a estreita aderência com a linha de pesquisa “Regionalidade e Desenvolvimento”, pois investiga a dinâmica da Política Pública de Segurança local e sua relação com o desenvolvimento regional, focando nos atores e instituições sociais, trata-se ainda de um tema pouco discutido dentro das Políticas Públicas que se faz fundamental em se tratando de questões relacionadas ao desenvolvimento das regiões. Este estudo busca fornecer um melhor conhecimento das Políticas Públicas de Segurança local e sua implementação, ademais, este estudo poderá contribuir com resultados significativos sobre a associação de temas pouco discutidas na literatura (segurança pública – saúde mental - desenvolvimento regional), e oferecer um percurso para estudos mais extensos na área, necessários à sociedade brasileira.

b) Sob a perspectiva da sociedade: Conforme Nascimento e Nascimento (2016, p. 371) “o desafio de todos os governos está em associar políticas permanentes de Estado na área de segurança pública com aquelas políticas específicas que estimulam um ambiente favorável à construção de um desenvolvimento econômico sustentável”, para tanto, faz-se necessário empreender esforços para redução da criminalidade e violência local, portanto olhar para o profissional que nela atua é imprescindível, desta forma o presente estudo se faz relevante para toda sociedade. Ademais, ao se preocupar com aspectos qualitativos do desenvolvimento local, a reflexão sobre questões de segurança pública ganha importância, pois garante o fortalecimento da cidadania. Por fim, esta pesquisa poderá servir de referência para subsidiar a implementação e continuidade de serviços de saúde mental como o programa Prumos na Política de Segurança Pública nacional, acarretando ganho para a sociedade geral.

c) Da perspectiva do trabalhador policial militar: Pretende-se contribuir, a partir desta pesquisa, para melhoria de suas condições de trabalho, com um olhar mais cauteloso para sua saúde mental do ser humano por trás da farda. Por ser uma profissão extremamente estressante, conforme dados da OIT, entende-se a necessidade urgente de políticas que visem promover a saúde e qualidade de vida destes profissionais, garantindo assim que consigam desempenhar seu trabalho com segurança e qualidade.

d) Da perspectiva pessoal: este estudo trará conhecimentos e respostas as inquietações pessoais do pesquisador, pois está estreitamente ligado com a sua área

profissional de atuação e a complexidade que envolve a saúde dos trabalhadores da segurança pública. Além disso, o pesquisador considera fundamental dividir novos conhecimentos com a sociedade, em se tratando de Política de Segurança Pública com foco na polícia militar e seu papel protagonizado na sociedade, o pesquisador observa que a falta de conhecimento muitas vezes leva que este profissional seja visto de forma distorcida pela população que esquece que antes de ser um profissional que combate o crime é um ser humano que carece de cuidado permanente.

1.6 Estrutura do trabalho

A presente pesquisa está estruturada em 6 capítulos incluindo a introdução. A introdução apresenta o delineamento da pesquisa através da contextualização e justificativa do tema; o problema de pesquisa; os objetivos: geral e específicos; a justificativa do tema da pesquisa e seu alinhamento com o PPGDR; as contribuições da pesquisa e a estruturação do trabalho.

No capítulo 2 foi realizado o levantamento de referencial teórico através de 5 seções, sendo a seção 2.1 “Desenvolvimento regional e Políticas públicas” o qual teve por objetivo fazer uma análise da interferência e relevância da criação e implementação de políticas públicas no desenvolvimento regional de forma sustentável, focando sobre a importância da política de segurança pública neste cenário; em seguida na seção 2.2 “Da Segurança Nacional à Política Pública de Segurança” será realizado uma pesquisa para entendermos como era e como foi se configurando o modelo atual da política de segurança pública brasileiro; na seção 2.3 “Da Polícia à Polícia Militar” pretende-se fazer uma verificação de como a polícia militar foi criando sua identidade na contemporaneidade; 2.4 “Do trabalho ao adoecimento mental” procurou abordar as configurações atuais do trabalho na contemporaneidade e sua relação com adoecimentos, principalmente no âmbito psicológico dos sujeitos e a seção 2.5 “Do policial militar ao adoecimento psicológico no contexto militar” focou no adoecimento do policial militar em seu contexto de trabalho e o impacto que tal condição afeta a implementação da política de segurança pública, considerando o policial militar enquanto recurso humano da política de segurança pública, uma última seção foi elaborada 2.6 “Considerações teóricas bibliográficas”, afim de situar o leitor sobre a linha de raciocínio do pesquisador.

O capítulo 3 apresenta a metodologia escolhida, esta foi utilizada para delineamento dos métodos empregados para esta pesquisa. Primeiramente foi

apresentado o tipo da pesquisa que neste caso é qualitativa, com a técnica de análise de dados, através da análise de conteúdo, após foi descrito o protocolo da pesquisa.

No quarto e último capítulo realizamos a análise do estudo de caso e dos dados coletados através das entrevistas com os policiais militares sobre suas percepções em relação ao serviço de saúde mental e seu trabalho. Essa análise ocorreu por meio de questionário sociodemográfico e de entrevistas semiestruturadas. Após o último capítulo, realizamos as considerações finais obtidas na pesquisa assim como sugestões sobre novos programas e/ou melhorias neste em questão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será exposta a revisão teórica bibliográfica utilizada para realização da pesquisa. O objetivo é expor questões relacionadas à Política Pública de Segurança que influenciam diretamente no desenvolvimento regional local e na saúde mental do policial militar. Inicialmente serão explanadas questões relacionadas ao desenvolvimento regional e as políticas públicas; passando ao contexto das políticas de segurança pública e suas configurações no decorrer dos anos; seguido da forma como as polícias em especial a polícia militar foi configurando sua identidade nas políticas de segurança pública, após trataremos de questões relacionadas ao adoecimento laboral nos contextos de trabalho e, por fim, discutiremos sobre o adoecimento mental que muitas vezes acometem estes profissionais, assim como seu impacto na implementação da Política Pública de Segurança.

2.1 Desenvolvimento regional e Políticas públicas

Ao pensar no processo de desenvolvimento da maioria dos países considerados desenvolvidos, a história nos mostra a importante e fundamental atuação do Estado a curto e longo prazo nos mais variados contextos, trazendo influências significativas em relação à economia, sociedade e mercado (CASTRO e OLIVEIRA, 2014). Quando enfatizamos a questão do termo desenvolvimento, estamos nos referindo aqui sobre como se dará a capacidade das sociedades superarem as limitações para à “realização de suas potencialidades” (CASTRO e OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Os estudos de Marques, Siedenberg e Santos (2008, p. 58) refletem acerca dos últimos anos, os autores referem que grandes transformações veem ocorrendo nos mais variados contextos, destacando as “transformações sociais, econômicas e culturais nos

âmbitos das economias mundial, nacional e regional que são convergentes à sinalização do Brasil como país emergente no campo do desenvolvimento econômico”.

Conforme os autores acima citados, o debate em torno do desenvolvimento local direciona a duas possibilidades, sendo os limites das políticas e estratégias de desenvolvimento em sentido que possa primeiramente “reduzir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras e dos estratos economicamente mais vulneráveis” (MARQUES, SIEDENBERG e SANTOS, 2008, p. 58), e em segundo sentido, fortalecer a “sua capacidade em fazer avançar a democracia e permitir o direito à cidade para todos” (MARQUES, SIEDENBERG e SANTOS, 2008, p. 58).

A criação de políticas públicas surge como dispositivo considerado imprescindível para superar importantes limitações nos mais variados contextos de determinada sociedade e são necessárias ao pensar em desenvolvimento regional. O Estado passa a direcionar sua atuação “para outro ângulo voltado à percepção das capacidades e potencialidades locais a partir de políticas de coordenação e promoção das iniciativas sociais” (MARQUES, SIEDENBERG e SANTOS, 2008, p. 59), abrindo novos campos de ação nas esferas governamental.

Os estudos de Souza (2006, p. 20) referem que o campo de conhecimento denominado políticas públicas ressurgiu nas últimas décadas, primeiro como políticas restritivas de gastos que tiveram papel de destaque nas agendas da maioria dos países, principalmente os em desenvolvimento, pois “a partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade”, e o segundo fator discorre sobre as novas visões dos governos na substituição das políticas do pós - guerra pelas políticas restritivas de gastos.

Em geral, as Constituições e demais instituições adotadas procuraram se estruturar em torno de um projeto de desenvolvimento – fruto das disputas políticas e correlações de forças entre diferentes segmentos sociais -, estabelecendo direitos e deveres de cada cidadão de acordo com o referido projeto, sendo as políticas públicas um dos meios mais importante de concretização dos direitos e dos deveres pactuados (CASTRO e OLIVEIRA, 2014, p. 21).

A Constituição Brasileira de 1988 tem sido um marco na formulação e implementação de políticas públicas. A formulação de políticas públicas colabora no alcance dos alvos descritos na constituição, estabelecendo como objetivos basilares uma

sociedade livre, justa e solidária; garantia no desenvolvimento do país; erradicação da pobreza e da marginalização; redução das desigualdades sociais e regionais; promoção do bem de todos sem preconceito ou qualquer forma de discriminação (CASTRO e OLIVEIRA, 2014).

Destaca-se que Política Pública não é um termo simples de se compreender, não existindo uma única definição podendo ser vista por alguns autores como um campo estudado dentro da própria política o qual “analisa o governo à luz de grandes questões públicas” ou “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, ou ainda que “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (SOUZA, 2006, p. 24).

Mendes *et al.* (2010, p. 4) ao estudarem sobre políticas, trazem-nos a compreensão de que as Políticas Públicas são ações do governo que “podem ser divididas em atividades diretas de produção de serviço pelo próprio Estado e em atividades de regulação que influenciam as realidades econômicas, ambiental, espacial e cultural” de uma determinada localidade. Castro e Oliveira (2014, p. 23) corroboram com os autores, para eles a implementação das políticas públicas “dão partida a um circuito de influencias bastante complexo em diversos fatores do desenvolvimento (...) social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional”.

Castro e Oliveira (2014, p. 22) definem ainda as Políticas Públicas como “o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegações, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”, sua concretização ocorre com a disponibilização “de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas políticas acerca do que é ou deveria ser de interesse público” (CASTRO e OLIVEIRA, 2014, p. 23).

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 25).

Desta forma, há o reconhecimento nas várias teorias que, indiferente da escala utilizada, as políticas públicas se direcionam a resoluções de problemas da esfera pública, ou seja, problemas sociais. Perceber-se ainda que a questão das Políticas públicas caminha lado a lado com a questão dos processos de desenvolvimento, tanto em âmbito local como nacional, ambas questões “têm aspectos bastante dinâmicos, uma vez que em sua trajetória histórica, cada sociedade reconhece problemas e propõe soluções de acordo com suas capacidades” (CASTRO e OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Cada sociedade, com suas características e particularidades, estabelecerão como ocorrerão às políticas e qual abrangência deverá ser tomada para alcançar os objetivos almejados. Teixeira (2002) destaca a necessidade de distinguir Políticas Públicas de Políticas Governamentais, o autor refere que mesmo sendo estatais, nem sempre as políticas governamentais são políticas públicas, “para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público” (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Nas sociedades contemporâneas, cabe ao Estado prover políticas públicas que atendam aos anseios da sociedade. Para que as funções estatais sejam exercidas com legitimidade, é preciso haver planejamento e permanente interação entre governos e sociedade, de forma que sejam pactuados objetivos e metas que orientam a formulação e a implementação de políticas públicas (CASTRO e OLIVEIRA, 2014, p. 23).

Silva e Bassi (2012, p. 15) pontuam que no Brasil as oportunidades e condições de vida de sua população ocorrem de formas desiguais, cabe ao Estado o papel de “tornar mais equitativa estas oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional”. Os autores analisam que neste complexo contexto “o desafio de amadurecimento do Estado brasileiro depende de governo e de políticas públicas inovadoras que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno e capaz de tomar suas decisões e contribuir para o desenvolvimento nacional”.

O economista e filósofo Amartya Kumar Sen (2000, p. 29) considera em seus estudos que “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobre tudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Marques, Siedenberg e Santos (2008) compactuam com Sen (2000), para os autores o ponto principal deve ser

melhoria nas condições de vida das classes trabalhadoras e economicamente vulneráveis.

Será através de ações do Estado, ‘Estado’ definido como uma organização política, administrativa e jurídica “que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania” (SILVA e BASSI, 2012, p. 16). Conforme Silva e Bassi (2012, p. 16), o Estado é permanente, mas se estrutura através dos governos “que são transitórios e fazem a gestão da coisa pública, pela qual se estabelece o poder soberano do Estado”.

A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas. Apenas o governo pode implementá-las porque possui a capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas com caráter universal, que atenda a todo o povo ou de forma generalizada tenha maior poder de alcance (SILVA e BASSI, 2012, p. 16).

A sociedade tem o domínio de aferir governabilidade ao Estado para exercício do poder, de governar e de realizar as modificações locais necessárias, “a fonte da governabilidade está nos cidadãos e na sociedade organizada”, tratando-se de “uma condição *sine qua non* para a existência e permanência de um governo” (SILVA e BASSI, 2012, p. 17). O governo será o representante do Estado que deverá criar estratégias para atender suas aspirações, refletindo sempre no bem social. Estas estratégias se concretizarão por meio de implementação de políticas públicas específicas voltadas para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento de uma sociedade resulta das decisões formuladas e implementadas pelos governos em suas diversas instancias, em conjunto com as demais forças da sociedade, sobretudo as de mercado. Em conjunto estas decisões e ações do governo e de outros atores sociais se constituem nas “políticas públicas” (SILVA e BASSI, 2012, p. 17).

A questão do desenvolvimento regional brasileiro é um tema que vem sendo tratado há algum tempo nos diversos governos, ora com mais ênfase, ora menos. O desequilíbrio econômico das regiões expõe as desigualdades sociais vivenciadas principalmente nas regiões mais vulneráveis. Tradicionalmente se criaram estratégias para tratar das desigualdades regionais com escalas macrorregionais de atuação, porém devido à complexidade do tema e tentativas ineficazes de se abordar o desenvolvimento brasileiro de maneira coesa, percebeu-se a necessidade de um olhar mais minucioso e de

se trabalhar com escalas microrregionais levando em consideração as características particulares de cada território (CANO, 2007; ARAÚJO, 1999).

Para Sen (2010), inicialmente é preciso ter a compreensão que a elaboração de políticas desenvolvimentistas regionais devem ocorrer de forma articulada nas três esferas de governo, ou seja, federal, estadual e municipal, estas políticas devem configurar uma segurança protetora a população mais vulnerável, tais ações precisam estar nas agendas de planejamento e são “necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte” (SEN, 2010, p. 57).

Os estudos de Mendes *et al.* (2010) fazem uma reflexão sobre como são elaboradas políticas públicas no contexto brasileiro e suas relações com a situação vivenciada pelos sujeitos. Segundo os autores “não se pode apenas planejar políticas públicas sem antes avaliar as necessidades locais” (MENDES *et al.*, 2010, p. 4), deve-se haver um planejamento de ações e estas necessitam ser programadas “concomitantemente com as necessidades da população e de acordo com as condições de vida da realidade local a qual estão sendo desenvolvidas” (MENDES *et al.*, 2010, p. 4), desta forma, haverá melhor utilização de recursos e resolutividade na maioria das situações.

Araújo (1999) pontua em seus estudos que, para entender as necessidades locais é preciso compreender como ocorreu a conjuntura do desenvolvimento nacional. Conforme a autora, antes do século XX o Brasil era estabelecido como um país rural, escravocrata e primário-exportador, após este período surge um Brasil urbano-industrial com relações trabalhistas voltadas ao modelo capitalista.

Os estudos de Cano (2007) e Araújo (1999) vão ao encontro nesta questão, sendo que para Cano (2007) até o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, as relações eram fortemente marcadas pela visão de centro e periferia, as atividades agrícolas ocorriam no interior do país e a oferta de serviços especializados nos centros urbanos.

Alves e Neto (2014, p. 311) nos trazem importantes reflexões dos anos 1930, quando ocorreu a chamada industrialização tardia do governo Vargas, este momento foi fundamental, pois “as iniciativas de planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento no Brasil estiveram associadas a preocupações com a ocupação dos vazios territoriais e, em alguma medida, com a redução das desigualdades regionais”. Destaca-se que entre 1950 a 1970 as políticas regionais ganharam destaque e aparecendo no “centro da agenda nacional”, porém tais discussões foram enfraquecendo

nos anos seguintes “culminando com sua derrocada no final dos anos 1990” (ALVES e NETO, 2014, p. 311).

Steinberger (1988) faz considerações importantes sobre o desenvolvimento, referindo que até 1960 o tema de desenvolvimento regional era tratado basicamente com ações econômicas assistencialistas, o território era visto de maneira macrorregional, como um espaço homogêneo. Conforme a autora “não se pode falar em planejamento regional nesse período, mas em ações isoladas, voltadas para solução de problemas e potencialidades regionais emergentes” (STEINBERGER, 1988, p. 118).

Em conformidade com Steinberger, Furtado (1988 apud SILVA, 2005) afirmava que o conceito de desenvolvimento não devia ser visto apenas como econômico, era preciso levar em considerações outras demandas da sociedade como cultura, saúde, educação, estruturas sociais, uso de recursos, segurança entre outras demandas. Para o autor, o desenvolvimento perpassava as condições financeiras locais, sendo necessário suprir as necessidades da população de uma forma geral e não apenas de uma parcela dela.

Ao se formularem políticas desenvolvimentistas, a renda e a riqueza são importantes meios para viabilizar a qualidade de vida da população, mas não devem ser o único meio, devem estar integradas a outras influências, como melhorias na educação e na saúde, estas iniciativas ajudam a elevar a renda das regiões o que influenciaria de maneira positiva na vida da população e conseqüentemente no desenvolvimento regional (SEN, 2010).

Em conformidade à visão de Amartya Sen (2010), Furtado (1980) considera o papel dos gestores fundamental na questão do desenvolvimento, pois os gestores ao elaborarem as políticas voltadas ao desenvolvimento regional precisam estar atentos a dois conceitos de desenvolvimento,

o primeiro diz respeito a evolução de um sistema social de produção na medida que este, mediante acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. (...) O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980, p. 15-16).

Diante disso, tanto para Sen (2010), como para Furtado (1980), o conceito de desenvolvimento deve estar atrelado também com a melhoria de vida e da liberdade da população. Para os autores a pobreza seria uma questão que vai muito além dos sujeitos

não possuem renda ou baixa renda, os autores a consideram ainda, suas privações de capacidades básicas enquanto ser humano.

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam — e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo (SEN, 2010, p. 32-33).

Podemos verificar nos estudos realizados que várias ações e projetos foram elaborados e voltados a temática do desenvolvimento regional brasileiro. O objetivo maior sempre foi o de reduzir as desigualdades regionais que historicamente assolaram o Brasil (ARAÚJO, 1999; COELHO, 2015).

Sen (2010, p. 133) destaca ainda sobre as diferenças regionais e sociais que precisavam ser consideradas nas tomadas de decisões governamentais, o autor cita como pontos principais “os papéis de heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições na família têm de receber a séria atenção que merecem na elaboração das políticas públicas”.

Souza (2006) pontua em seus escritos sobre a formulação e elaboração das políticas públicas, tais políticas se constituem do propósito dos governos democráticos em programas e ações a fim de produzir resultados ou mudanças na sociedade.

Para Frey (2000 apud SILVA e BASSI, 2012, p. 25), o processo de criação de políticas públicas é “composto por cinco fases: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda setting; 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; 5) avaliação e a eventual correção da ação”, conforme o autor o seguimento de tais fases propiciará que tenha uma visão da eficácia e eficiência das políticas.

Na primeira fase: percepção e definição de problemas; um problema é percebido por vários grupos sociais, por políticos ou pela própria administração pública, que compreende que algo precisa ser feito a respeito. Conforme estudos de Silva e Bassi (2012), inicialmente, as questões que não são vistas como problemas, necessitam envolver a dinâmica social e ter ligação entre o problema e a solução para chamar a atenção do governo e chegar na agenda política.

A fase de agenda setting ocorre quando são decididos quais temas serão discutidos na agenda política. Esta decisão é tomada após uma avaliação de custo benefício das ações e da possibilidade do tema ser posto na arena política (SILVA e BASSI, 2012). A etapa de elaboração do programa e decisão faz parte das escolhas mais

adequadas diante das várias opções existentes, sendo que os governos especificam quais programas de políticas públicas irão ter maior relevância durante o período que estarão na gestão da sociedade (SILVA e BASSI, 2012).

Seguidamente, a fase de implementação da política é quando a política pública se materializa e seus resultados podem ser observados. Conforme Silva e Bassi (2012, p. 28) “a implementação da política pública diz respeito ao conjunto de ações que pretendem transformar as intenções dos atores em resultados observáveis”.

Por último, ocorre a avaliação e a eventual correção das ações, essa fase corresponde a análise dos impactos causados pelos programas implementados “em relação a sua eficiência, eficácia e efetividade, oferece subsídios importantes para o constante aprimoramento das políticas e legitimação de uma escolha do governo” (SILVA e BASSI, 2012, p. 28), essa análise, enquanto ferramenta política, possibilita ao governo decidir pela continuidade ou interrupção das ações.

Para Lima e D’ascenzi (2014, p. 51), a atenção a fase de implementação das políticas públicas em nosso país é fundamental, mas é recente, pois “até pouco tempo, aceitava-se, sem muita discordância, que os problemas das políticas públicas derivavam de seu desenho”. Conforme estudos dos autores, mesmo as políticas sendo bem formulada, na maioria das vezes sua implementação acaba gerando efeitos indesejados, daí a necessidade de haver um campo específico de análise e debates sobre a implementação e consolidação destas.

Desta maneira, podemos concluir que as políticas públicas se materializaram na sua fase de implementação, pela ação dos sujeitos sociais e atividades institucionais, “por isso, o acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas, além da avaliação de seu impacto sobre a situação existente, devem ser permanentes” (MENDES *et al.*, 2010, p. 4).

A relação entre o plano da política pública e sua execução é uma preocupação que transpassa o campo da análise da implementação. Parece uma obviedade dizer que o planejamento de alguma atividade é, necessariamente, seguido por sua implementação. No entanto, a execução de uma política pública é um processo problemático, no sentido de que, inevitavelmente, diferirá das intenções daqueles que a formularam (LIMA e D’ASCENZI, 2014, p. 51-52).

Conforme Freire (2009), com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de Federal de 1988 ampliaram-se os direitos de cidadania da população conferindo destaque a participação da sociedade no que se refere a políticas públicas, o

cidadão passa a ser além de beneficiário, o protagonista da formulação e controle social das políticas públicas, tendo assim, papel ativo deixando de ser somente o recebedor.

Em se tratando de políticas públicas, destacamos a necessidade de se garantir a segurança da população. Para Oliveira (2002) a segurança tem ênfase dentre as políticas públicas, para a autora “a segurança é o primeiro direito do cidadão porque constitui a condição necessária para o exercício da liberdade de exercer todos os outros direitos”.

Os achados de Oliveira (2002) ressaltam que pensar em política de segurança não é algo simples, pois a elaboração e execução dela ainda é muito complexa, a população tem pouco acesso em sua elaboração e não se sente protagonista nesta política e sim simplesmente beneficiária. Importante destacar ainda que as instituições que a executa, como a polícia militar ainda traz fortemente herança do período ditatorial de autoritarismo, sendo sua elaboração pouco acessível a mudanças.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, pontua sobre a Segurança Pública, enquanto política pública, sendo que é preciso ver a Segurança Pública como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos (FREIRE, 2009), porém como veremos a seguir não é bem assim que ocorre. Para entendermos como foi se configurando as políticas de segurança pública atuais, realizaremos um tópico específico a esta temática.

2.2 Da Segurança Nacional à Política Pública de Segurança

Conforme mencionado no texto anterior, cabe ao Estado assegurar a população acesso aos mais variados direitos para exercerem plenamente sua cidadania, para alcance destes direitos pelos cidadãos criam-se as denominadas políticas públicas. Será através de políticas públicas que o Estado atenderá interesses dos múltiplos setores da sociedade de forma difusa e/ou direcionada visando o desenvolvimento das regiões (TEIXEIRA, 2018).

Dentre os variados interesses da população encontra-se a preservação da ordem social e a segurança dos cidadãos, quesitos estes vistos como fundamentais para investimentos dos variados setores econômicos em determinada localidade. A segurança passa então a ter papel primordial nas questões de desenvolvimento das localidades (TEIXEIRA, 2018).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º, define os direitos sociais essenciais aos sujeitos destacando “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a **segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados”. Dentre estes direitos traz a questão da segurança como um direito social e imprescindível à população. Vale destacar ainda que em seu artigo 144, a constituição estabelece ao Estado como objetivo preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do seu patrimônio. Para Teixeira (2018) alcançar estes objetivos é um dos grandes desafios do Estado Contemporâneo, ou seja, enfrentar a violência e suas múltiplas formas de manifestação.

Schabbach (2014), ao revisar a Constituição Federal de 1988, traz a definição e as alçadas específicas em segurança pública aos entes federados, sendo que cada ente é responsável pelas suas instituições, tendo obrigações e deveres com estes dispositivos.

Enquanto dever do Estado e responsabilidade de todos, essa questão compete a União, com as Forças Armadas e as Polícias Federais; aos Estados, com as Polícias Civil e Militar, de caráter judiciário e ostensivo e de preservação da ordem pública, respectivamente; e aos municípios, os quais tem a função supletiva através das Guardas Municipais (SCHABBACH, 2014, p. 217).

Quando se fala em segurança pública, é comum nos vir à mente primeiramente a proteção individual das pessoas e de seu patrimônio, muitas vezes erroneamente a associamos a somente estas ações, porém a segurança pública também remete à ordem social. Mas o que é ordem social?

Ordem social não é um fenômeno material dotado de unidade e permanência, passível de descrição empírica refratária a contingências. É um processo instável, incessantemente reaberto e renegociado, no qual se afirmam expectativas quanto à cooperação social. É a expectativa positiva que constrói padrões estáveis e favoráveis de sociabilidade, aos quais nos referimos, retrospectivamente, como experiências agregadas de segurança pública, marcadas pelo respeito aos direitos (GUERRA, 2016, p. 10-11).

Mas, então, como manter a segurança do indivíduo e a ordem social? Freire (2009) discorre que a formulação brasileira de segurança pública historicamente passou por três paradigmas, cada paradigma com configurações delineadas conforme necessidade de determinado período e local.

Primeiramente verificou-se as configurações históricas da segurança pública, na chamada Segurança Nacional, com vigência no período de ditadura militar; seguida da então Segurança Pública que se fortaleceu com a promulgação da Constituição de 1988 e numa perspectiva mais atual. Em meados de 2000 no Brasil surge a denominada por alguns autores de Segurança Cidadã e, por outros de Política Pública de Segurança Pública, mas que em suas raízes possuem objetivos muito similares (FREIRE, 2009).

A Segurança Nacional, vigente durante o período ditatorial, priorizava a defesa do Estado e a ordem social e política. Neste contexto, o uso da força sem medida era justificável em qualquer situação que pudesse desestabilizar a preservação da ordem e ameaça aos interesses nacionais (FREIRE, 2009).

Este processo iniciou-se pela tomada do poder pelas Forças Armadas e pela instauração de um regime no qual o presidente detinha uma grande soma de poderes. O período caracterizou-se por supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão a qualquer manifestação contrária ao regime militar (FREIRE, 2009, p. 103).

Na perspectiva seguinte, e principalmente após o texto constitucional de 1988, a Segurança Pública passa a ser vista como um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, este paradigma toma outras proporções, passando a Segurança Pública ser responsabilidade prioritária do Estado com auxílio de todos. As manifestações de força necessitam então de uma justificativa plausível e somente em última instância poderão ser usadas, o que não ocorria no paradigma anterior (FREIRE, 2009).

Apesar desta visão de segurança pública ter iniciado anterior a 1988, somente após a Constituição Federal de 1988 ela se efetiva e se fortalece com as premissas de política de segurança pública. Encontramos nos estudos de Vilela (2018, p.15) definição de segurança pública como “um conjunto de programas, estratégias, processos e ações voltados à manutenção da ordem pública, da estabilidade social e da aplicação da justiça”. O objetivo maior seria reprimir comportamentos considerados inadequados como a desordem e a criminalidade, tais ações passam a ser tuteladas pelo Estado por meio das instituições policiais, de justiça e penitenciária.

Santin (2004) corrobora com Vilela (2018), expondo que

a política de segurança pública é o meio pelo qual o Estado estabelece as regras, sistemas, programas, ações e mecanismos para a manutenção da ordem pública e proteção da incolumidade e patrimônio das pessoas e controle da criminalidade, preventiva ou repressivamente, no exercício da sua função constitucional, com o auxílio das polícias e o auxílio popular (SANTIN, 2004, p 110).

Lazzarini (1996), em concordância com Santin (2004), propõe a segurança pública como “o estado anti-delitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelas leis penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva típicas” (LAZZARINI, 1996, p. 53), sendo assim, a segurança pública não é dever de uma única instituição e

não são apenas ações de combate ao crime, antes disso, seria ações de prevenção para que a sociedade seja mais segura e os delitos não ocorram.

Para Vilela (2018), a formulação das Políticas de segurança pública ocorre através de dados estatísticos de incidências de criminalidade coletados pelas instituições judiciárias, penitenciárias e policiais, são estes dados que direcionaram quais serão as estratégias que as instituições responsáveis pela política de segurança pública utilizaram em determinada localidade, levando em consideração as especificidades locais.

Vale ressaltar que, mesmo entendendo que a segurança deva ser responsabilidade não só do Estado, mas de todos, na própria Constituição Federal, isso não fica claro, pois como responsável por tais ações “são mencionadas apenas as instituições policiais federais e estaduais, não citando o papel de outros órgãos governamentais na prevenção à violência, ou mesmo a importância da atuação dos municípios e da comunidade” (FREIRE, 2009, p. 104). De certa forma, a responsabilidade pela segurança continua ainda a ser exclusividade das instituições policiais geridas pelos Estados e a população pouco participa.

Schabbach (2014) concorda com os autores acima citados, pontuando que mesmo a constituição não falando explicitamente sobre a responsabilidade conjunta da formulação e execução da política de segurança, após sua promulgação e “dentro de uma nova perspectiva em política de segurança, o controle do crime e da violência não seria mais atribuição exclusiva dos órgãos policiais” (SCHABBACH, 2014, p. 2017). A responsabilidade pela segurança pública passa a abranger “também as agências de políticas sociais e a sociedade civil” (SCHABBACH, 2014, p. 2017), em uma nova visão procura reprimir o viés repressivo-penal com ações preventivas e agora com a participação social.

Para Schabbach (2014), um terceiro paradigma surge na década de 90 no país, na qual surge da chamada emergência progressista em segurança pública nacional, conhecida por alguns autores como “Políticas Públicas de Segurança” (ILANUD, 2002) e por outros como “Segurança Cidadã” (FREIRE, 2009).

Dentre as várias diretrizes desta nova orientação da política federal, destacam-se: a articulação entre agências de controle do crime e órgãos responsáveis por políticas setoriais, a ênfase nas ações preventivas da violência, a forte indução do governo federal dirigida aos municípios, além do estímulo a participação social (SCHABBACH, 2014, p. 218).

Existe o reconhecimento desde a década de 1990 de uma orientação voltada a uma agenda progressista e democrática para a elaboração da política de segurança pública, combinando a garantia de direitos, proatividade e proteção da população mais vulnerável (SCHABBACH, 2014). Schabbach (2014, p. 217-218) cita importantes marcos para essa nova visão de política pública de segurança, sendo:

- a) a criação da Secretaria de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SEPLANSEG), em 1995, denominação alterada, em 1997, para Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP);
- b) o I Plano Nacional de Segurança Pública (I PNSP), em 2000. Até então, existia apenas o I Plano de Direitos Humanos (1996);
- c) o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em 2000, destinado a gerir recursos para apoiar projetos federais, estaduais e municipais na área da segurança pública;
- d) o Sistema Unificado de Segurança Pública (SUSP), em 2003, que através da integração de diversas agências, busca implantar programas relacionados com as seguintes diretrizes: i) reforma das instituições de segurança pública; ii) redução da violência;
- e) o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em 2007, que reúne ações de prevenção, controle e repressão da violência, e prevê a integração entre União, estados e municípios para implementá-las;
- f) a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (I CONSEG), em 2009, que demarcou o início do debate envolvendo os profissionais do Sistema de Justiça Criminal e a sociedade civil organizada.

Para Oliveira (2002, p. 47), tal cenário serve como pano de fundo a dois modelos que cercam as políticas de segurança pública, “ou são políticas independentes ou estão subordinadas às macropolíticas sociais. Quando independentes, constituem as políticas repressivas. Quando subordinadas à questão social, constituem as políticas preventivas”. O autor discorre ainda que as políticas de segurança pública seriam a

expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial “strictu sensu”. Políticas públicas de segurança é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Podemos verificar nos estudos relacionados ao tema que a perspectiva de Política Pública de Segurança Pública ou Segurança Cidadã surgiu na América Latina na década de 90, mais especificamente na Colômbia, onde tal proposta obteve sucesso alcançado em relação a prevenção e controle da criminalidade local, a partir daí outros países como o Brasil passam a utilizá-la (FREIRE, 2009).

A política pública de segurança ou segurança cidadã tem como princípio basilar “a implementação integrada de políticas setoriais no nível local” (MARTIN *et al.*, 2004 apud FREIRE, 2009, p. 105), a interdisciplinaridade de ações conjuntas com outras políticas públicas locais possibilita a participação de vários entes federados e da população de um modo geral, tornando-se mais democrática.

Freire (2009) destaca que na sua essência, o conceito de segurança cidadã leva em consideração a natureza multicausal que permeia as questões da violência, desta forma se utiliza de uma abordagem multidisciplinar através de outras políticas públicas multissetoriais de forma integrada para atuar tanto na prevenção quanto no controle da criminalidade, sendo a prevenção o foco basilar desta perspectiva.

A segurança cidadã utiliza de ações previamente planejadas a partir da identificação dos problemas ligados a violência e delinquência de determinada região, uma vez identificados tais problemas, as demais políticas (educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, entre outras) e a sociedade civil entram em ação e conjuntamente possuem papel fundamental na efetivação destas ações (FREIRE, 2009).

Na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania. Em outras palavras, permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança rumo à proteção plena da cidadania (FREIRE, 2009, p. 107).

Nesta perspectiva, Schabbach (2014) revela, em suas pesquisas, que desde a década de 90 vem ocorrendo uma reorganização da política de segurança pública, pois ao mesmo tempo em que o governo federal se responsabiliza pelo enfrentamento da criminalidade passa a estimular ações intergovernamentais e descentralizadas, além de criar programas específicos ao enfrentamento à violência, criminalidade e violação dos direitos humanos.

Assim sendo, a segurança pública não é responsabilidade exclusiva de um único órgão policial, a própria constituição federal de 1988 define que a segurança pública dever do Estado e responsabilidade de todos, será executada através das instituições policiais e estas estão definidas como:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;

V- polícias militares e corpos de bombeiros militares (...), desta forma percebemos que as polícias possuem papel principal na execução da política de segurança.

Teixeira (2018) afirma que a segurança pública exercida pelas instituições policiais possui a missão de diminuir os crimes da sociedade estabelecendo a segurança da população. O autor cita Xavier (2012) para explicar que na atualidade e com a nova perspectiva de segurança pública “a polícia deve funcionar como um dos instrumentos e não como a própria Política de Segurança Pública” (TEIXEIRA, 2018, p. 57).

A polícia deve ser vista enquanto instrumento da política de segurança, com a missão de “prevenir conflitos sociais e interpessoais, inibir a violência, reduzir a criminalidade, combater a marginalidade e manter a ordem pública” (TEIXEIRA, 2018, p. 57), porém esta não deve fazer isso sozinha, sendo fundamental a participação de outros entes federados e da sociedade.

Para Guerra (2016, p. 116), existe outra questão importante de se compreender entre os objetivos da polícia, a autora menciona a diferença entre a missão das polícias no Estado e da que cabe ao Exército. Conforme a autora “o dever das polícias, vale reiterar é prover segurança aos cidadãos, garantindo o cumprimento da lei, ou seja, protegendo seus direitos e liberdades contra eventuais transgressões que os violem” e não ir à guerra como preconiza o exército.

Guerra (2016, p. 115) ressalta ainda que a “arquitetura institucional da segurança pública é herdeira do modelo criado no regime militar. Muito embora sua forma contemporânea tenha sido constituída ao longo do século XX” foi no regime militar que se criou a estrutura da segurança pública que em grande parte permanece até os dias de hoje.

Vanali e Bordin (2019) concordam com Guerra (2016), sobre tanto a segurança pública quanto o sistema de justiça criminal brasileiro carecem de uma profunda discussão sobre seu modelo atual, o qual foi construído e consolidado ainda na ditadura militar de 1964 e muitas vezes não suprem as demandas atuais.

Após examinarem criticamente a política de segurança brasileira pré e pós constituição de 1988, Schabbach (2014) cita em seus estudos Jaqueline Muniz e José Marcelo Zacchi (2005), referindo que a política de segurança pública caminha vagarosamente em direção as mudanças necessárias, permanecendo ainda com formato e práticas do passado, isso se dá devido a inércia governamental quanto a esta política “tal situação resultou da forte e organizada resistência corporativa de parte dos estratos superiores das organizações policiais e das instituições de justiça criminal, e a

inexistência de um paradigma alternativo, claro e socialmente respaldado para a área” (SCHABBACH, 2014, p. 218) que compreende as polícias.

Para compreender como a polícia passou a fazer parte da segurança de Estado e depois da segurança pública e assim entender como foi se construindo a função destes profissionais, realizaremos um tópico do presente trabalho específico para essa temática.

2.3 Da Polícia à Polícia Militar

Conforme Amaral e Pilau (2017, p. 2580), é importante entender que a expressão ‘polícia’ foi tomando significados diferentes “na medida em que a arte de governar – com dispositivos de segurança – uma população vai ganhando preponderância”, desta maneira, no decorrer dos anos a profissão foi se estabelecendo e ganhando contornos até chegar no que conhecemos hoje por polícia.

Sales, Ferreira e Nunes (2009) trazem os primórdios do significado desta palavra, relatando que os gregos utilizavam o termo politéia correspondente a dois conceitos: primeiro como “coisa pública”, que denomina a negócios da cidade e também comum segundo significado, ligando a etimologia da palavra polícia ao grego politéia que quer dizer “organização política, ordem política erigida pelo Estado que resulta das instituições de princípios que impõem respeito as normas para que se garantam e protejam as regras jurídicas preestabelecidas” (SALES, FERREIRA e NUNES, 2009, p. 64).

Os autores Amaral e Pilau (2017) descrevem sobre os sentidos que a palavra foi ganhando, consistindo que nos séculos XV e XVI, o significado de polícia remetia a outros três sentidos, sendo “as comunidades que eram regidas por autoridades públicas, os atos emanados por autoridades públicas e os regimentos associados à maneira de governar” (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2580). A partir do século XVII ela vai mudando seu significado, passando a ser visualizada como o esplendor do Estado, seu objetivo era “fazer crescer suas forças ao mesmo tempo que mantém a ordem interna” (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2580).

À polícia caberia o dever de manter o controle sobre as atividades dos homens, uma vez que as atividades poderiam ir por caminhos opostos as prerrogativas das forças do Estado,

a polícia, então, passa a exercer amplas funções na arte de governar, preocupando-se com os jovens, com o comércio, com a caridade, com a saúde pública, com os bens e constituindo-se, sobretudo, como uma função

inerente do Estado, junto da justiça, do exército e das finanças. Estabelece-se como instituição que age sobre o corpo dos indivíduos para que as disposições do poder soberano e dos aparatos disciplinares emanados à sociedade funcionem: opera desde o sistema anti escassez até a segregação de pessoas consideradas doentes, tendo como forma de aplicação da disciplina (e docilização de corpos) o meio prisional (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2580).

Amaral e Pilau (2017) discorrem que a partir do século XVIII a polícia além de regular as atividades dos indivíduos passa a exercer o poder repressivo a possíveis desordens da população. Os autores pontuam que nesta dinâmica “a polícia não é o soberano agindo através da justiça, mas sim diretamente sobre seus súditos, através de decretos, regulamentos, proibições e instruções” (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2581).

Brunetta cita Foucault (2008), afirmando que o Estado de Polícia exerceria uma “regulamentação sem marcos determinados à priori” (BRUNETTA, 2015, p. 496), seu objetivo final seria o aumento das relações de poder em relação aos indivíduos, com a docilização dos sujeitos e dessa maneira o fortalecimento do próprio Estado.

Amaral e Pilau (2017), ao estudarem Foucault (2008), afirmam que anterior ao século XVIII “as medidas tomadas pelo poder soberano visavam à multiplicidade de indivíduos – assim tomados e vistos como súditos” (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2577), após este período algumas mudanças ocorrem, “é no nível da população que as ações econômico-políticas do governo passarão a se dar, vez que a população se torna o foco central” (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2577), passando de um poder “engessado” de ações repressivas para um poder em que a sociedade “passa a ser a base de todas as ações governamentais, pautadas em mecanismos de segurança” (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2577).

Foi com o surgimento da população, como categoria política a partir do século XVIII, que o poder soberano (que se pautava, preponderantemente, por mecanismos jurídico legais e disciplinadores sobre seus súditos) vai, aos poucos, cedendo lugar a uma diferente arte de governar. Com a abertura das cidades (antes muradas) e a necessidade de circulação (de mercadorias e pessoas), mecanismos de segurança começam a ter preponderância (AMARAL e PILAU, 2017, p. 2577).

Os estudos de Vanali e Bordin (2019) afirmam que o modelo de justiça criado ao longo da história atua prioritariamente em defesa do Estado, da propriedade privada, de algumas camadas privilegiadas e socialmente da população do país. A polícia é a instituição incumbida pela responsabilidade de controlar os cidadãos, podendo ela

inclusive, utilizar da força desmedida com respaldo do Estado (VANALI e BORDIN, 2019).

Brunetta (2015), inspirado em Foucault, assim como Amaral e Pilau (2017) refere que a instituição policial era tida como a força do Estado, e deveria promover a felicidade dos cidadãos, essa felicidade viria como uma forma de utilidade ao Estado. Nesta perspectiva vão se ajustando as relações de poder entre sociedade e Estado, com objetivo de “fazer da felicidade dos homens a utilidade do Estado, fazer da felicidade dos homens a própria força do Estado” (BRUNETTA, 2015, p. 510).

A partir da visão de força do Estado, “a prerrogativa de policiamento nas ruas em contato direto com a população foi confiada em exclusividade às polícias fardadas, organizadas em hierarquia militar” (GUERRA, 2009, p. 19) passando o policiamento militar ser o responsável pela sua execução e efetividade. Conforme a análise realizada por Guerra (2009)

o funcionamento usual das instituições policiais com presença uniformizada e ostensiva nas ruas, cujos propósitos são sobretudo preventivos, requer, dada a variedade, a complexidade e o dinamismo dos problemas a superar, os seguintes atributos: descentralização; valorização do trabalho na ponta; flexibilidade no processo decisório nos limites da legalidade, do respeito aos direitos humanos e dos princípios internacionalmente concertados que regem o uso comedido da força; plasticidade adaptativa às especificidades locais; capacidade de interlocução, liderança mediação e diagnóstico; liberdade para adoção de iniciativas que mobilizem outros segmentos da corporação e intervenções governamentais intersetoriais. Idealmente, o(a) policial na esquina é um(a) gestor(a) da segurança em escala territorial limitada com amplo acesso à comunicação intra e extra institucional, de corte horizontal e transversal (GUERRA, 2009, p. 116).

A Constituição Democrática de 1988 pouco movimentou o funcionamento das instituições responsáveis pela segurança pública, podemos verificar que até os dias atuais suas configurações carregam ainda o modelo herdeiro do período da ditadura militar (GUERRA, 2009).

Teixeira (2018) considera importante avaliar que muitas estratégias policiais precisam ser reformuladas, pois muita coisa mudou após a sua criação, por exemplo a própria criminalidade se modernizou em estratégias e equipamentos, outra questão é a de que a população está mais exigente de seus direitos não aceitando políticas públicas de baixa qualidade nem abusos autoritaristas como ocorriam anteriormente.

O surgimento da polícia moderna possibilitou “garantir a proteção social convertida ou abrangida no conceito de segurança pública. As organizações policiais

necessitam de legitimidade para realizar suas atividades” (SOUZA e BORBA, 2015, p 4), a população está mais ativa e exigente não aceitando calada os abusos outrora exercidos em nome do Estado. Desta forma é necessário que “as instituições policiais devem estar mais abertas às definições e às prioridades dos problemas que a comunidade quer que sejam resolvidos” (SOUZA e BORBA, 2015, p 4), para que a política pública de segurança alcance seus reais objetivos.

Souza e Borba (2015) entendem que, muitas vezes, a segurança pública ainda se remete a ações coercitivas efetuadas pelo Estado através da polícia,

o nível policial rege-se pelo poder de polícia do Estado e é executado por órgãos da Administração Pública: a polícia administrativa da ordem pública (sendo a mais visível a Polícia Militar-PM) que executa a prevenção e a repressão imediata, atuando em nível individual ou coletivo (SOUZA e BORBA, 2015, p. 5).

O modelo de polícia militar brasileiro surge em 1808 com a chegada da família real ao Brasil, sua criação foi pautada no modelo de exército e, sua função principal era manter a ordem e o sossego público. Vale ressaltar que passado a independência do Brasil, as configurações de polícia militar, vão se reconfigurando “e chega à República com uma vocação mais voltada à segurança interna, que à segurança pública. Porém, a Carta Magna de 1988, cria uma nova missão para as PM, a polícia ostensiva” (CRUZ *et al.*, 2020, p.71).

Conforme Cruz *et al.* (2020), após o Decreto Lei nº 667 de 2 de julho de 1969, as polícias militares são as principais instituições de segurança pública com atribuição de polícia ostensiva voltada a proteção da população com o objetivo de diminuir a criminalidade do país. Os autores referem que em seus estudos “a atuação policial deve gerar nos cidadãos uma sensação de segurança e confiança na Polícia Militar, fazendo-os entender essa instituição como um braço do Estado de caráter garantidor de seus direitos e não como uma violadora desses” (CRUZ *et al.*, 2020, p. 71).

O uso legítimo da força diferencia o cidadão comum do policial, sendo que teoricamente o uso da força somente pode ser efetuado de maneira proporcional e com o objetivo maior de salvar vidas (CRUZ *et al.*, 2020), mas nem sempre é assim que acontece, sendo notícia comum diversos abusos ocorridos pelo policial.

O modelo policial brasileiro possui características próprias, aonde duas instituições com padrões de formação profundamente voltadas à defesa do estado, além de corporativistas e que ainda mantêm em seus cursos de

formação o "ethos" da guerra, seja ela contra o crime, contra as drogas ou qualquer "inimigo" for pautado, tratando a todos como suspeitos, utilizando contra o "inimigo" em questão toda a força do aparato policial (VANALI e BORDIN, 2019, p. 141).

Cruz *et al.* (2020) concordam com a necessidade e o direito a segurança para que os seres humanos possam viver em sociedade, pra os autores “toda ameaça dirigida a uma pessoa, constitui ameaça indireta à coletividade; exigindo assim, uma ordem pública” (CRUZ *et al.*, 2020, p. 70), diante desta questão se faz necessário a criação e implementação de políticas públicas direcionadas a segurança da sociedade.

Para Minayo e Adorno (2013), os policiais possuem um grande desafio no exercício de sua função, tendo ele que realizar seu trabalho de maneira eficiente respeitando os direitos dos seres humanos e ao mesmo tempo garantir sua própria segurança o que pode leva-los a situações de instabilidade emocional, prejudicando sua atuação no trabalho e conseqüentemente na execução da política de segurança pública o que afeta diretamente a população.

Entendendo que a contemporaneidade foi exigindo novas formas de trabalho e que questões relacionadas ao trabalho nos mais variados contextos são geradores de adoecimentos, tanto físicos quanto mentais, sendo que na profissão do policial militar não é diferente, a próxima sessão será direcionada a este tema.

2.4 Do trabalho ao adoecimento no trabalho

Este subtítulo tem objetivo de refletir sobre o trabalho e seus significantes nas vidas dos sujeitos trabalhadores, assim como questões relacionadas aos adoecimentos devido ao ambiente e condições de trabalho. Entendemos que não é possível falar em adoecimento de uma categoria, no caso dos policiais militares sem entender os contextos das configurações de trabalho contemporâneas.

Os estudos de Souza (2017) compreendem que o trabalho é categoria fundante do ser humano, sendo o trabalho promovedor do homem de ser orgânico para ser social, atuando e modificando a natureza. A autora destaca ainda que “ao trabalhar, o ser humano constrói a si próprio em um movimento dialético que se dá ao modificar a natureza” (SOUZA, 2017, p. 32).

É através do relacionamento entre os sujeitos e a natureza que os homens procuram suprir suas necessidades, “recriando si próprio, ao mesmo tempo em que reproduz a espécie” (SOUZA, 2017, p. 32). Desta forma, a humanização dos sujeitos é representada pelo e através trabalho.

(...) para viver, é preciso antes de tudo comer, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (Marx e Engels, 2007, p. 31).

Conforme Spode e Merlo (2006), quando falamos em trabalho nos remetemos na sua execução propriamente dita. Trabalhar não é ato simples, pelo contrário, o trabalho prescrito nunca vai ser de fato o trabalho real. A diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real deve ser gerida pelo trabalhador o que influencia diretamente nas suas relações intersubjetivas de trabalho emergindo “uma série de aspectos que podem ser tanto fonte de prazer, quanto fonte de sofrimento para esses sujeitos” (SPODE e MERLO, 2006, p. 363).

Os autores acima citados definem em seus estudos duas esferas do trabalho, as quais os trabalhadores precisam usar de suas habilidades para gerir, sendo

a esfera que abarca, por um lado, o modo operatório prescrito (conteúdo das tarefas) e, por outro, a divisão das tarefas e dos homens e mulheres pela repartição das responsabilidades, hierarquia, comando e controle (relações no trabalho). A organização do trabalho constitui-se, portanto, de uma dimensão que transcende os aspectos técnicos, pois é social e construída no lastro de uma relação intersubjetiva (SPODE e MERLO, 2006, p. 363).

O trabalho prescrito seria o apresentado ao trabalhador, o que deve ser cumprido segundo as normas e definições “cujas diretrizes geralmente são dadas considerando uma situação modelo, negligenciando as variabilidades das situações de trabalho” (SPODE e MERLO, 2006, p. 363). Porém, é preciso se considerar a complexidade da realidade do trabalho, aquela imprevista pela prescrição do trabalho real que “exige dar conta daquilo que, independente da qualidade da concepção e da precisão dos procedimentos, impõe-se inexoravelmente aos trabalhadores por meio do imprevisto, do inesperado, daquilo que foge à prescrição” (SPODE e MERLO, 2006, p. 363), portanto, o trabalho real exige dos trabalhadores ajustamentos em face do trabalho prescrito.

Nessas situações, o engajamento subjetivo é convocado mediante procedimentos e decisões que, muitas vezes, antecipam-se à consciência e à simbolização dos atos práticos, uma vez que, conforme Dejours (1997, p. 24-25), mais do que resultado lógico de um diagnóstico exato, trata-se de decisões no “sentido forte do termo, isto é, daquilo que concerne às situações inéditas para os atores, ou às situações em que a análise não pode ser

liquidada a priori”. A saúde e o prazer no trabalho estão, dentro desta abordagem, justamente na possibilidade de que os sujeitos negociem com a organização prescrita do trabalho sua inscrição no domínio do trabalho real, ou seja, na possibilidade de criar (SPODE e MERLO, 2006, p. 363).

Segundo estudos de Moura (2019), as questões ligadas a intersubjetividades dos sujeitos e o trabalho real são fatores diretamente relacionados ao estresse. As exigências capitalistas das sociedades estão frequentemente associadas ao adoecimento laboral. Dentre os fatores atuais desencadeantes de adoecimentos dos seres humanos, estão os associados ao estresse nos ambientes laborais, como por exemplo “uma jornada de trabalho pesada, tensão na relação com os colegas e a percepção do local de trabalho como ameaçador” (MOURA, 2019, P. 73), estar exposto a estas situações pode acarretar nos sujeitos sentimento de sofrimento, constrangimento e, conseqüentemente de adoecimento.

Dessa forma, podemos deduzir que o trabalho não é apenas um contrato entre o trabalhador e a instituição que o paga pelos serviços prestados; mas sim um engajar subjetivo para realizar as tarefas prescritas pela instituição, considerando as interferências materiais, culturais ou sociais a que o trabalhador está exposto. Por meio das relações de trabalho, e do aprender a conviver com estas relações, pode ser possível compreender o sofrimento psíquico e desestabilizações psicológicas dos sujeitos (DEJOURS, 2004). Sendo assim,

o trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo[...], ou seja, [...] o trabalho não é limitado ao tempo físico e as realizações de tarefas que efetivamente são feitas em oficinas ou nos escritórios, [...] o trabalho passa a ser uma forma de transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar (DEJOURS, 2004, p. 30).

Verifica-se que até meados da década de 90 eram escassas pesquisas científicas voltadas para a relação entre adoecimentos e trabalho, principalmente nas questões de saúde mental. As poucas pesquisas ficavam mais no campo das comorbidades físicas, o que dificultava associar muitos adoecimentos com sua real origem (MOURA, 2019).

Jacques (1996), pesquisadora e estudiosa no campo de saúde e trabalho, afirma em seus estudos que o trabalho é parte fundamental na construção da identidade dos sujeitos. Segundo a autora, muitas vezes as pessoas se definem pela sua profissão, sendo comum quando uma pessoa se apresenta a outra se identificar pela sua profissão, por exemplo: *Meu nome é Suzi, sou psicóloga.*

O ingresso no mundo concreto do trabalho confere valor social, reproduzindo o imaginário coletivo de valorização moral ao ser trabalhador. Permite a aquisição de qualificações como serenidade, obediência, disciplinamento, etc., esperadas pelos espaços de trabalho oportunizados a determinadas camadas sociais que são agregadas à identidade de trabalhador e incorporadas ao eu (JACQUES, 1996, p. 24).

Assim, para Jacques (1996), as identidades dos sujeitos trabalhadores devem ser analisadas para além do campo individual, mas também no campo social onde compartilha suas vivências e criam suas subjetividades. Desta forma quando um sujeito aprecia seu trabalho lhe causa prazer em se identificar com sua profissão, do contrário, passa a se ver de forma negativa.

Seligmann-Silva *et al.* (2010) referem em seus estudos sobre a influência das características atuais de trabalho e seus impactos na saúde dos trabalhadores. Para os autores a conjuntura de trabalho atual sujeitam os labutadores a muitas situações como “a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, como, por exemplo, trabalho com compostos explosivos ou sujeitos a assaltos e sequestros” (SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010, p.187).

Quando os profissionais são expostos a situações como as citadas, podem serem induzidos a diversificados tipos de adoecimentos, tanto relacionadas a questões físicas quanto mentais. Outro agravante citado em estudos que envolvem o trabalho e a saúde na contemporaneidade são as formas organizacionais no capitalismo, pois “desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhe frequentemente a anulação de sua subjetividade para que a produção não seja prejudicada e as metas estabelecidas sejam cumpridas” (SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010, p.187).

Neste contexto de ligeiras mudanças nem quem está trabalhando formalmente sente-se seguro, pois os trabalhadores enfrentam a insegurança e a competição do mundo dinâmico de trabalho, vivenciando dessa forma a precariedade subjetiva do labor e o medo de desemprego (SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010).

Tal processo pode ser ainda acompanhado de uma incerta assistência do Estado e de um futuro sombrio, considerando um mercado de trabalho para o qual a atividade anterior e os avanços da idade são com frequência fatores depreciativos e excludentes, especialmente quando a atividade for conhecida como geradora de adoecimentos, em particular os do sistema

musculoesquelético e os da esfera psíquica (SELIGMANN-SILVA, *et al.*, 2010, p. 188).

As consequências dessa precariedade no contexto de trabalho contemporâneo são visualizadas nas estatísticas de saúde. Os adoecimentos de trabalhadores relacionados aos transtornos mentais têm aumentado significativamente em todo o mundo. Conforme dados da Organização Mundial de Saúde “os transtornos mentais chamados menores atingem 30% dos trabalhadores ocupados e os transtornos mentais graves, cerca de 5% a 10%” (SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010, p. 188).

No Brasil não é diferente, segundo dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) sobre acompanhamento de beneficiários que os agravos estão relacionados ao trabalho do segurado, apontam os transtornos mentais e comportamentais estão entre a terceira maior causa de afastamentos provisórios ou permanentes do trabalho (REIS, 2016).

Conforme Reis (2016), estes dados repercutem diretamente nos gastos do Estado com saúde pública ocorridos com tratamentos de saúde destes sujeitos e previdenciário, devido a “longos afastamentos desses trabalhadores de suas atividades laborais e, principalmente, em um número considerável de sujeitos e suas famílias, que tem suas vidas alteradas pelos impactos subjetivos e objetivos desse adoecimento” (REIS, 2016, p.19).

Para Nardi (2012, p. 377), os temas que envolvem trabalho, saúde mental e subjetividade necessitam estar interligados “tanto do ponto de vista teórico como do exercício da pesquisa e da intervenção”, não sendo possível visualizá-los de maneira separada demandando movimentos e ações interdisciplinares para possíveis mudanças neste contexto.

A forma como os indivíduos vivem, sofrem e/ ou sublimam no trabalho está intimamente associada ao valor moral atribuído ao trabalho. O adoecer no trabalho, assim como a capacidade de se superar os limites impostos pela doença, são dependentes da relação construída socialmente entre os sujeitos e o trabalho, ou seja, são atravessados pelos modos de subjetivação (NARDI, 2012, p. 378).

A Lei Orgânica de Saúde nº 8080/1990 inclui as especificações de ações que devem ser direcionadas a saúde do trabalhador, uma vez que trabalho e renda são considerados condicionantes da saúde. A Portaria 1.339/1999 foi um marco importante

em relação às doenças relacionadas ao trabalho, incluindo nesta doze transtornos mentais e comportamentais que podem estar relacionados ao ambiente de trabalho,

a saber: demência, delírium, transtorno cognitivo leve, transtorno orgânico de personalidade, transtorno mental orgânico, alcoolismo crônico, episódios depressivos, estado de estresse pós-traumático, neurastenia (inclui síndrome de fadiga), outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional), transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não orgânicos, e síndrome de burn-out ou síndrome do esgotamento profissional (REIS, 2019, p. 29).

Dentre os avanços em relação à saúde do trabalhador, Reis (2016) destaca que a partir de 2004 os agravos/doenças relacionadas à saúde do trabalhador passam a ser notificados compulsoriamente no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN “considerando a necessidade de monitorá-los, a fim de fortalecer a vigilância epidemiológica, possibilitando a visibilidade desse problema” (REIS, 2016, p. 31). Para este autor a notificação compulsória possibilitou que as questões em relação aos agravos da saúde do trabalhador entrassem na agenda técnica do Sistema Único de Saúde - SUS, onde os transtornos mentais e do comportamento foram inclusos dentro do grupo a ser monitorado.

O estudioso e psicólogo Clot (2007) faz uma análise sobre os adoecimentos mentais no contexto de trabalho, ressaltando em seus estudos que os adoecimentos surgem principalmente quando os ressentimentos se instalam nos sujeitos, não pelas exigências propriamente ditas do trabalho em suas vidas, mas, porque não lhes trazem o retorno investido, seja este retorno físico, emocional, cognitivo etc. Desta forma, o trabalho perde seu sentido e valor, causando frustrações aos sujeitos, direcionando estes sujeitos ao adoecimento.

Quando despreza, a relação entre o dado e o recebido, o trabalho imposto pode perder seu lugar na hierarquia dos investimentos subjetivos. Mas sempre com graves consequências. Mediante uma contrarreação, quando o trabalho leva o sujeito a duvidar de seu valor, são os valores cultivados em todas essas outras atividades pessoais – aquelas justamente que o sujeito desejou “por em prática” – que são, desse modo, postos à prova (CLOT, 2007, p. 73).

Em conformidade com Clot, os estudos de Reis (2016) afirmam que as decepções frequentes em situações do trabalho, as frustrações ao longo dos anos, as exigências excessivas de desempenho, competição e ameaça permanente de perda do

lugar ocupado na hierarquia, perda afetiva e ameaça de demissão podem desencadear níveis elevados de depressão, o autor refere que “a relação dos episódios depressivos com o trabalho pode ser sutil” (REIS, 2016, p. 122) e algumas vezes não percebidas pelos pares de trabalho e superiores.

O episódio depressivo relacionado ao trabalho caracteriza-se pela perda do convívio no trabalho: perda do emprego, perda de posição na hierarquia, frustração de aspirações relacionadas ao trabalho e à carreira, lembrando que a inserção pelo trabalho é uma dimensão humana fundamental na nossa sociedade. A prevenção das depressões relacionadas ao trabalho é, portanto, também de ordem ética. Depende da ordem econômica e da justiça nas relações de trabalho, tanto em nível macro quanto microssocial. O exemplo clássico da relação entre depressão e ordem econômica é o do desemprego de longa duração (BRASIL, 2001, p.180).

Para Clot (2007), a função psicológica do trabalho nos faz entendermos a relação entre o trabalho e o trabalhador, sendo que o trabalho não é apenas uma atividade qualquer e sim, possui função psicológica específica na vida dos sujeitos. O autor refere que o ser humano fabrica seu mundo e o trabalho é o meio para que isso aconteça. Nesta perspectiva o trabalho ultrapassa a função social, exercendo também função psíquica.

Quando o sujeito exerce sua função para a existência de todos, ele está se assegurando de sua própria existência. Mais do que os sujeitos executarem suas tarefas, estão as transformando em atividades ‘suas’ e ‘para si’ (CLOT, 2007). Clot (2007, p. 61) pontua ainda que “graças à atividade de regulação efetuada pelos trabalhadores, a tarefa efetiva nunca é a tarefa prescrita e os esforços de personalização são sempre, de todo modo, uma antecipação de transformações sociais possíveis”.

Em concordância com Clot (2007), Reis (2016) traz que o trabalho é simultaneamente atividade coletiva, contribuindo para a vida social, e também processo psíquico que possibilita os sujeitos sua inserção no mundo e garantia de suas existências. Conforme os autores, para realização do trabalho, o sujeito é convocado a demonstrar capacidades até então desconhecidas, proporcionando-os a fazer algo de suas vidas e conseqüentemente moldarem suas histórias.

Neste sentido, o trabalho possui o papel de desenvolvimento social e individual aos seres humanos. O trabalho, para Clot (2007, p. 18), “só preenche sua função psicológica para o sujeito se lhe permite entrar num mundo social cujas regras sejam tais que ele possa ater-se a elas”. As atividades laborais desenvolvidas pelos sujeitos os convidam a “agir, mesmo contra sua vontade” (CLOT, 2007, p. 123), fazendo que

ressignifiquem seus pré-conceitos e sejam convocados a iniciativas, esforços, disciplinas e concentração (CLOT, 2007).

Reis (2016) destaca a importância do trabalho para as construções subjetivas. O autor refere que a maioria das coisas de que os seres humanos necessitam não estão prontas na natureza, sendo necessário que eles modifiquem constantemente seu meio para alcançar seus objetivos. “Nesse processo de transformação, o próprio ser humano se modifica. Assim, o trabalho é entendido como a categoria fundante do ser social e do próprio processo de humanização” (REIS, 2016, p. 160).

Desta forma o trabalho contribui na construção da identidade e integração social, por outro lado, a impossibilidade de trabalhar geraria sofrimento e sentimentos de inutilidade (REIS, 2016). O trabalho, ora visto como emancipador e dignificador da condição humana passa a fazer parte de uma das principais causas relacionadas aos adoecimentos, seja física ou relacionadas às condições psíquicas dos trabalhadores. (ELIAS e NAVARRO, 2006; MORIN, 2001).

Moura (2019) concorda com os autores acima citados, referindo a função significativa do trabalho na vida dos seres humanos o que influencia a suas formas de verem o mundo e de vivenciar as relações sociais. Para o autor, ao possuir uma renda vinda de um emprego formal, os sujeitos experimentam sentimentos de dignidade e sensação de bem estar. Porém quando o trabalho não é visto de forma positiva pode ser experienciado pelos sujeitos de uma maneira negativa e leva-los ao adoecimento.

Em relação à positividade e negatividade do trabalho, Natividade e Coutinho (2012) discorrem que “a positividade do trabalho estaria associada as possibilidades de humanização e libertação humana” (NATIVIDADE e COUTINHO, 2012, p.435), sendo através do trabalho que o homem alcançaria a realização de seus desejos no mundo; No entanto, quando o trabalho é visto pela lógica de mercadoria, “[...] o trabalho deixa de ser emancipatório se torna gerador de sofrimento, revelando, assim, a sua negatividade” (NATIVIDADE e COUTINHO, 2012, p.435).

Quando o trabalho passa a ser visto apenas negativamente, perde sua dimensão emancipatória, sendo então somente dimensão de necessidade. Desta forma o homem sente-se domesticado, restando somente o sentimento de dominação (LHUILIER, 2013). Em concordância com Lhuilier (2013), Elias e Navarro (2006) também relacionam o adoecimento laboral com questões de prazer e desprazer percebidas pelos sujeitos, citando que

o prazer no trabalho, a fuga do desprazer são desejos permanentes de todas as pessoas, mas, em face das exigências da organização do trabalho, esse acaba por conduzir ao sofrimento, transformando-se em obrigações impostas pela necessidade de sobrevivência (ELIAS e NAVARRO, 2006, p. 524).

Para Antunes e Praun (2015), as transformações das sociedades capitalistas nas últimas três décadas do século XX, impactaram profundo o mundo e as relações de trabalho. Estas transformações acarretaram principalmente nos adoecimentos com base laboral, “sobretudo aqueles relacionados às lesões osteomusculares a transtornos mentais” (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 409). Os autores afirmam ainda que mesmo com poucos dados do passado, “os acidentes de trabalho e as manifestações de adoecimento com nexos laborais não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho as diferentes formas de exploração” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 410).

Dias e Andrade (2020) verificam em seus estudos que na maioria dos casos em que os sujeitos procuram atendimentos por adoecimentos, os profissionais de saúde se atentam somente para os adoecimentos físicos, sendo que adoecimentos laborais relacionados a questões psicológicas muitas vezes demoram a serem diagnosticados, dessa forma se trata inicialmente o sintoma e não a causa o que pode levar ao agravamento dos sintomas.

Dias e Andrade (2020) concordam com afirmações de Moura (2019) sobre os adoecimentos laborais relacionados a questões psicológicas, que muitas vezes demoram em serem diagnosticados, pois frequentemente apresentam sintomas habituais a outras doenças físicas, dessa forma vão ficando mais intenso, uma vez que se trata inicialmente o sintoma e não a causa.

Fato é que as novas formas de trabalho e as constantes mudanças estabelecidas aos sujeitos estão gerando não só adoecimentos com sintomas físicos, mas um aumento acentuado de sujeitos adoecidos psiquicamente. Dentre os principais sintomas físicos, destacam-se fadiga, dores de cabeça, insônia entre outros; já entre os sintomas psicológicos e comportamentais estão “a diminuição da concentração e de memória, indecisão, confusão, perda de senso de humor, ansiedade, nervosismo, depressão, raiva, frustração, preocupação, medo, irritabilidade e impaciência” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 284).

Para Dejours (1998), as relações de trabalho estabelecidas dentro das organizações, comumente conduzem os trabalhadores à perda de sua subjetividade,

fazendo que os trabalhadores coloquem em xeque seu equilíbrio psíquico e sua saúde mental, sendo desta forma vítimas de seu trabalho.

Fernandes *et al.* (2018) destacam em seus achados que alguns grupos profissionais acabam mais expostos a patologias profissionais que outros, como no caso de profissionais que trabalham no horário noturno, por exemplo, estes estão mais sujeitados “às patologias relacionadas ao sono, visto que a privação do sono provoca alterações no ciclo de vigília, interferindo no rendimento físico e mental dos indivíduos e repercutindo de forma emocional, social, física e laboral” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 283). As autoras citam que estudos realizados com trabalhadores noturnos indicam que estes acabam sendo influenciados de maneira negativa em sua percepção de qualidade de vida, sendo a privação do sono no horário noturno fator “gerador de estresse, impaciência, irritabilidade, agressividade, desconforto, tristeza, isolamento e falta de ânimo e de energia” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 284).

Segundo Moura (2019), entre um dos principais fatores associados aos adoecimentos psíquicos e comportamentais está a relação entre o profissional e a assistência direta a população, esta proximidade propicia que tais trabalhadores fiquem

suscetíveis ao estresse (dores musculares, distúrbios de sono, fadiga constante, perturbações gastrintestinais, falta de atenção, concentração, alterações da memória, baixa autoestima, impaciência e dificuldades comportamentais associadas à negligência ou escrúpulo excessivo, aumento da agressividade, dificuldade de relaxar, consumo de álcool e outras drogas) e aos sintomas defensivos que tangem tendência ao isolamento, perda de interesse pelo trabalho e até pela vida (MOURA, 2019, p.73).

Dentre os profissionais expostos a adoecimentos devido ao trabalho, em especial adoecimentos mentais, encontra-se a categoria dos policiais militares, foco nesta pesquisa. Desta forma a próxima seção será direcionada para considerações sobre o trabalho e o adoecimento mental destes profissionais.

2.5 Do policial militar ao adoecimento psicológico no contexto de trabalho

O trabalho exerce função significativa na vida do ser humano, influencia e impacta na sua forma de ver o mundo e vivenciar suas relações sociais. Possuir uma renda advinda de um emprego formal favorece um sentimento de dignidade e sensação de qualidade de vida e bem estar aos indivíduos, porém, o trabalho constantemente pode causar outros tipos de sentimentos, sentimentos negativos ou depreciativos que podem levar ao adoecimento (MOURA, 2019).

Moura (2019) sinaliza que em se tratando da relação trabalho e saúde mental de profissionais que atuam direto com a população, deve-se ganhar atenção especial a função dos policiais militares. Estes incumbidos de manter a segurança da população e a ordem social.

Para Moura (2019), a relação de adoecimento mental e trabalho nesta categoria profissional é extremamente complexo e devido essa complexidade e o importante papel que o policial militar exerce ainda é muito carente de estudos. O panorama de pesquisa científicas no Brasil sobre tal demanda é bastante escasso e necessita de mais atenção, pois a atividade militar exerce influência significativa no comprometimento da saúde mental deste trabalhador e por trabalhar diretamente com a população pode comprometer o serviço prestado acarretando prejuízo à sociedade.

Spode e Merlo (2006), ao analisar a categoria, referem que as funções específicas do trabalho da Polícia Militar como instituição pertencente a segurança pública, possui a atribuição de realizar o policiamento ostensivo e manter a ordem pública, remetem ao risco constante vivido nas ruas, somando-se “a forma como o trabalho está organizado, marcado por um alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes” (SPODE e MERLO, 2006, p. 362), tal contexto, aumentam o risco destes profissionais vivenciarem situações que podem fragilizar sua saúde emocional e conseqüentemente seu adoecimento.

Para Beato Filho (1999), ainda, tem a questão de a segurança pública muito mobilizar a opinião pública, o fato de estarem estritamente correlacionadas com a violência e a criminalidade muitas opiniões são criadas em torno deste profissional. Conforme o autor “este é um daqueles problemas que afeta toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil” (BEATO FILHO, 1999, p. 13).

Por mobilizar e dividir opiniões a imagem que se tem do profissional que nela atua também é alvo de debates e críticas, pois este profissional precisa agir, muitas vezes sob pressão ao exercer sua função, “nessas situações, o engajamento subjetivo é convocado mediante procedimentos e decisões que, muitas vezes, antecipam-se à consciência e à simbolização dos atos práticos” (SPODE e MERLO, 2006, p. 363), sendo que será ele responsabilizado por suas decisões, sejam elas assertivas ou não, quando assertiva é vista como herói, porém quando comete um erro é muitas vezes sacrificado pela sociedade.

Frequentemente podemos ver a atuação dos policiais sendo veiculada pela mídia, ora mostrando ações de combate ao crime – colocando-os no lugar de heróis – ora mostrando-os como vilões, que se corrompem ou matam inocentes. O trabalho policial ocupa, portanto, um território de controvérsias, no qual se engendra uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou de ser vítima dela (SPODE e MERLO, 2006, p. 362).

Minayo, Souza e Constantino (2007) afirmam que no exercício da atividade laboral do policial militar há sempre a possibilidade de algum tipo de risco devido à violência da sociedade, gerando nestes profissionais sentimento de medo e insegurança, fazendo com que este viva em um constante alerta de que algo ruim possa acontecer, seja durante sua jornada de trabalho ou na hora de seu descanso, fator que favorece o desencadeamento de processos de adoecimentos psíquicos e comportamentais.

Conforme Souza *et al.* (2012), citado por Dias e Andrade (2020), “esses sintomas podem levar os profissionais a terem atitudes irracionais em situações caóticas. Tais atitudes podem levar a baixa eficácia no desempenho laboral, expondo os policiais e a população em geral a perigos em potencial” (DIAS e ANDRADE, 2020, p. 191) e ainda prejudicando a visão que a sociedade tem para com este profissional quando toma uma decisão errada ou precipitada no calor do momento.

Futino e Delduque (2020) falam sobre a singularidade da atividade laboral da segurança pública, pois “quando percebida como uma atividade em que risco não é uma mera possibilidade de acidente de trabalho, e sim como fator estruturante de suas relações, do seu ambiente laboral e de condições de desenvolvimento funcional” (FUTINO e DELDUQUE, 2020, p. 124) propicia que “tais consternações, somadas ao não reconhecimento do trabalho policial, resultam em uma queda da autoestima, o que influencia na motivação e no comprometimento deles” (DIAS e ANDRADE, 2020, p. 188).

Atualmente os estudos na área da saúde e dos profissionais de segurança pública revelam altas taxas de adoecimentos causados pelo estresse no trabalho, principalmente síndromes de esgotamentos psíquicos como Burnout e “num grau extremo dos impactos na saúde mental do trabalho em segurança pública, chamam a atenção os estudos sobre ideação suicida no segmento” (FUTINO e DELDUQUE, 2020, p. 127).

O discurso de que este profissional não pode sentir medo e nem expressar sentimentos por ser uma figura poderosa e preparada para o combate ao crime dificulta a busca por atendimento psicológico. Para Moura (2019, p. 78) o discurso de virilidade

da “construção imaginária da sociedade sobre o papel do policial militar” precisa ser desmistificado, pois dificulta o reconhecimento dos acometimentos tanto físicos quanto psicológicos do policial e de seus familiares.

A sensação de insegurança juntamente com as exigências de agir no atual cenário de violência brasileiro ocasiona a este trabalhador sobrecarga e adoecimentos psíquicos, sendo necessário que se criem políticas estratégicas voltadas ao seu cuidado (MOURA, 2019). Em concordância, Mesquita (2008) afirma que

cuidar da saúde física e mental do policial militar também é cuidar da Segurança Pública e isto é algo que deve estar claro para todos na Corporação, pois à medida que os policiais se sentem bem e motivados no exercício de sua profissão, seu trabalho terá mais qualidade e, conseqüentemente, a população estará mais segura. Ou seja, investir mais na qualidade de vida dos policiais, repensar a organização do trabalho é um benefício para todos (MESQUITA, 2008, p. 16).

A segurança pública definida na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado e responsabilidade de todos os cidadãos, esta direcionada para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. Reconhecido o dever que o Estado tem em relação à segurança pública, serão as polícias seu instrumento de atuação (MOURA, 2019).

Para Beato Filho (1999, p. 17), o “tema “polícia” é ilustrativo dos percalços e vicissitudes que a segurança pública enfrenta na formulação de políticas nessa área no Brasil” sendo ela protagonista de largos espaços midiáticos. Os mesmos profissionais que atuam na garantia de direitos dos cidadãos são alvos de muitas críticas por atitudes que muitas vezes ferem os direitos humanos, diante disso é fundamental se preocupar com a saúde física e mental deste trabalhador.

No caso das polícias, justamente por serem a face mais visível do sistema de Justiça Criminal, frequentemente estão presentes na mídia, seja através de forma mistificada, seja das sucessivas crises protagonizadas por elas devido às situações de brutalidade, violência e corrupção. A mistificação se dá pela falsa concepção de que o trabalho policial é dedicado exclusivamente ao combate ao crime, relegando a segundo plano o sem número de atividades rotineiras, assistenciais e de manutenção da ordem em que os policiais estão envolvidos (BEATO FILHO, 1999, p. 17-18).

Percebe-se que a estrutura da força policial militar ainda não está alinhada com a realidade democrática da modernidade, “o surgimento da polícia moderna se deu com a retirada dos exércitos no combate ao crime, dado que o combate à criminalidade exigia

uma força repressiva mais especializada” (BEATO FILHO, 1999, p. 18), na visão moderna de segurança pública “combater o crime não é o mesmo que ir à guerra” (BEATO FILHO, 1999, p. 18) como era vista no passado.

Dias e Andrade (2020) alertam para a necessidade de práticas de cuidado e prevenção com este profissional, segundo os autores, tais cuidados devem começar por um olhar e uma escuta minuciosa aos policiais militares que adoecem. Os autores propõem sobre a importância de uma equipe multidisciplinar para atenderem tais profissionais atuando na promoção e prevenção de adoecimentos mentais, uma vez que “o processo de saúde trabalho-doença é complexo e resulta em um significativo impacto social e emocional” (DIAS e ANDRADE, 2020, p. 193-194) que influencia diretamente a vida laboral deste profissional.

Segundo relatório anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado no final do ano de 2020, somente em 2019, no Brasil, 91 policiais tiraram sua própria vida, sendo que no Estado do Paraná foram 8 mortes, estando este Estado em terceiro lugar no ranking de números absolutos entre suicídios de policiais militares e civis. Destes oito suicídios, 6 eram de policiais militares.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (2019), o suicídio tem impacto mundial, sendo que esta entre as vinte principais causas de morte no mundo, causando mais mortes que guerras e homicídios. Estima-se que 800 mil pessoas morram por ano por suicídio mundialmente. Pesquisas relacionadas aos riscos ocupacionais sugerem que no Brasil como em outros países, os profissionais policiais estejam mais vulneráveis ao suicídio do que outras profissões.

O convívio frequente com a violência e a morte, acrescido de longas jornadas de trabalho, falta de sono, lazer e convívio familiar prejudicado, são fatores de risco ao adoecimento destes profissionais podendo leva-los a quadros de adoecimentos físicos e mentais. Desta maneira percebemos que o suicídio entre integrantes das corporações policiais brasileiras é um grave problema que vem aumentando e devido a isso deve ser objeto de preocupação da sociedade civil e do poder público.

Quando o policial militar está adoecido, não consegue desempenhar um bom trabalho o que acarreta em prejuízo para a sociedade em geral. A saúde deste trabalhador deve ser pensada para além da sua individualidade, como é comum de ocorrer pelas organizações policiais, que comumente atribuem o adoecimento e a violência auto infligida apenas de responsabilidade sujeito, se abstendo de ser copartícipe em seu estado físico e mental (DIAS e ANDRADE, 2020).

Para Nascimento e Nascimento (2016, p. 366), a sociedade precisa se sentir segura para desenvolver-se de forma sustentável, os autores pontuam ainda que “a insegurança pública não é o único fator condicionante para travar o desenvolvimento social e econômico de um lugar, mas contribui para que isto ocorra”. Desta forma é importante considerar que a segurança pública impacta diretamente em outras políticas públicas, a sua ausência ou a percepção de sua ausência pela sociedade, conseqüentemente pode contribuir ao afastamento da população ao acesso da educação, cultura, lazer e saúde, políticas estas fundamentais para o desenvolvimento local (NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2016).

Ao considerar a segurança pública atrelada a outras políticas públicas na sua prática, como a educação de qualidade para sociedade, urbanização regularizada das regiões, mercado de trabalho regular para os trabalhadores, oferecimento adequado de cultura, esporte e lazer para infância e juventude entre outras questões destinadas a garantia dos direitos humanos da população, observa-se a sua importância, portanto se preocupar com a saúde mental do profissional que nela atuam é garantir que a implementação desta política seja efetivada (ROCHA, 2005).

Desta forma, as instituições de segurança pública também precisam de atenção por parte do Estado “uma vez que é de suma importância que os responsáveis pela segurança da população sintam-se seguros e estáveis emocionalmente para realizarem seu trabalho, combatendo a violência e a opressão com eficácia e eficiência” (MOURA, 2019, p. 78) preservando sua segurança e seus direitos. Para tanto há a necessidade de políticas públicas efetivas voltadas para este viés, promovendo condições de trabalho dignas e preservando a integridade mental destes profissionais.

2.6 Considerações teórico-bibliográficas

A pesquisa bibliográfica deste trabalho teve como objetivo direcionar o pensamento do pesquisador no sentido de que ele consiga ter uma linha de raciocínio em relação a seus questionamentos. Inicialmente entendeu-se ser necessário conhecer e compreender sobre políticas públicas e sua relação com o desenvolvimento das regiões. Nesse sentido os achados demonstram que para uma determinada região ser considerada desenvolvida precisa contemplar vários campos e necessidades de sua população, as políticas públicas surgem para sanar muitas demandas como segurança, educação, saúde etc.

Importante destacar que a elaboração e implementação de uma política pública passa por algumas etapas e sua concretização de fato necessita de interesse do Estado para assegurar subsídios, principalmente financeiros para colocar ela em prática. Dentre a necessidades primordiais está a contratação de recursos humanos, pois serão eles que atuaram na política pública.

Seguindo nesta linha de raciocínio, e pensando nas necessidades da população, temos a de segurança, que envolve a proteção dos sujeitos e a ordem pública. Para que esta política seja implementada e efetiva, necessariamente se faz fundamental os recursos humanos, no caso desta pesquisa nos debruçamos sobre a Polícia Militar e profissionais que nela atuam, os policiais militares. Outro fato a destacar é os adoecimentos desencadeados no ambiente de trabalho nos variados contextos e o fato desta profissão ser uma das mais estressantes do mundo, este profissional está propenso a adoecimentos, tanto físicos quanto mentais.

Pelo fato de os policiais militares, serem os profissionais (recursos humanos) que colocam esta política em prática, esta pesquisa considera necessário pensar sobre sua saúde mental, considerando ainda que seu adoecimento pode impactar negativamente na Política de Segurança local. Neste sentido, as pesquisas bibliográficas tiveram a missão de direcionar os questionamentos do pesquisador e o auxiliar a atingir os objetivos propostos.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada uma breve explicação sobre a função da metodologia na pesquisa científica, seguida da descrição da metodologia utilizada para a elaboração do presente trabalho a partir da classificação da pesquisa, tipologia dos dados adotados, delimitação da pesquisa e a técnica de análise de dados empregada.

3.1 Metodologia de pesquisa

Conforme Aragão e Mendes Neta (2017), para compreendermos e tentarmos explicar o mundo (a realidade) e não reproduzir acriticamente a mesmice, são fundamentais algumas regras e normas na pesquisa científica. Para os autores

a celeridade com que os fatos e fenômenos sociais acontecem na contemporaneidade requer que estejamos atentos para combater preconceitos e fazer prosperar perspectivas mais solidárias e alvissareiras para nós, para toda a sociedade e, talvez para todo o planeta Terra (ARAGÃO e MENDES NETA 2017, p. 9).

Aragão e Mendes Neta (2017) afirmam que ao estudarmos sobre Metodologia inicialmente podemos nos depararmos com algo indigesto e complexo, com regras difíceis e complicadas de serem almeçadas. Ao passo que nos apropriamos de tal conhecimento, vamos a percebendo “como algo prazeroso e facilitador do entendimento de todo processo que necessitamos para termos uma atitude investigativa” (ARAGÃO e MENDES NETA, 2017 p. 10).

A palavra metodologia, em sua origem, é derivada da palavra método, do latim “*méthodus*” que Lakatos e Marconi (2003, p. 83) definem como um apanhado “das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Ao compreendermos a importância da Metodologia, identificamos que não existe um único método e sim uma multiplicidade de métodos que procuram atender as necessidades conforme o assunto e a finalidade da pesquisa, bem como as várias atividades das ciências. Pesquisar com método não implica ter uma atitude reprodutora, pelo contrário, é procurar cultivar um espírito crítico, reflexivo, amadurecido, contribuindo para o progresso da sociedade (ARAGÃO e MENDES NETA, p. 10).

Para Aragão e Mendes Neta (2017), para que uma pesquisa tenha validade científica, necessita de uma metodologia científica e reconhecida como tal, os autores

pontuam alguns dos objetivos necessários para que uma metodologia tenha valor científico, sendo que ela precisa:

- distinguir a Ciência e as demais formas de obtenção do conhecimento;
- desenvolver no pesquisador uma atitude investigativa;
- estabelecer relações entre o conhecimento estudado atualmente com os existentes;
- promover possibilidades para leitura crítica da realidade;
- sistematizar atividades de estudos;
- integrar conhecimentos;
- desenvolver postura holística, na superação da fragmentação dos conhecimentos;
- orientar na elaboração de trabalhos científicos;
- desenvolver o espírito crítico (ARAGÃO e MENDES NETA, 2017, P. 10).

Moroz e Gianfaldoni (2006) corroboram com os estudos de Aragão e Mendes Neta (2017), segundo eles o conhecimento possui na sua essência o caráter coletivo, pois o homem não só não produz conhecimento sozinho como uma vez produzido o conhecimento irá interferir diretamente na sua vida.

Moroz e Gianfaldoni (2006, p. 10), pontuam ainda em seus estudos que ao gerar informação e estes serem repassados “as ideias e os conhecimentos contribuem para a manutenção e a justificativa da própria sociedade – nas suas relações, seus costumes e seus valores – ou para sua modificação”.

Os conhecimentos desenvolvidos através da produção acadêmica, possibilitam chegar a um conhecimento organizado e sistematizado, tais conhecimentos já foram outrora produzidos por outros estudiosos que já se debruçaram sobre aquele assunto, garantindo validade sobre os mesmos, então a pesquisa a trabalhos anteriores é fundamental para se obter resultados mais condizentes com a realidade e contexto pesquisado (ARAGÃO e MENDES NETA, 2017).

3.2 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa que conforme os estudos de Neves (1996, p. 1) tem um foco amplo de interesse e “parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos”. A pesquisa qualitativa não visa enumerar ou medir eventos, não empregando instrumentos estatísticos para realizar a análise de dados. Seu foco é a “obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudos” (NEVES, 1996, p. 1).

Esta pesquisa se enquadra como pesquisa qualitativa, pois pretende “entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada” (NEVES, 1996, p. 1) e, a partir daí situar as interpretações dos fenômenos pesquisados. Dentre as diversidades existentes nos trabalhos qualitativos, Neves (1996, p. 1) cita Godoy (1995) que enumera um conjunto de características deste tipo de pesquisa, a saber: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; (4) enfoque indutivo.

A expressão "pesquisa qualitativa" assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (NEVES, 1996, p. 1).

Conforme Neves (1996), para desenvolver um estudo qualitativo, o pesquisador necessita realizar um corte temporal-espacial do fenômeno a ser pesquisado, definindo o campo e a dimensão que o trabalho irá se desenvolver. O trabalho descritivo é essencial neste tipo de pesquisa, pois será por meio deles que ocorrerá a coleta dos dados.

Desta forma, o pesquisador entende que o formato de pesquisa qualitativa é a mais adequada para seu estudo. Esta pesquisa qualitativa será constituída em três fases: a fase de pesquisa exploratória; a fase descritiva de coleta de dados/entrevistas e a fase analítica.

A fase exploratória corresponde à fase de pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2003, p. 158) “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”, os autores referem que tal procedimento ajuda na “planificação do trabalho” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 158) e evita a publicações de erros, sendo esta fase da pesquisa “indispensável de informações, podendo até orientar as indagações” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 158).

Conforme, ainda, Lakatos e Marconi (2003), a fase da pesquisa de coleta de dados/entrevistas se dará pela aplicação dos “instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 165), os autores afirmam que neste processo “o rigoroso controle

na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 166).

A presente pesquisa utilizou-se de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada que foram analisados através dos discursos dos participantes. Marconi e Lakatos (2003) pontuam que a entrevista tem como objetivo central obter informações dos entrevistados sobre determinado tema, sendo a entrevista

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 195).

A terceira fase da pesquisa foi à análise dos dados, ocorrida após coletado os dados e obtido os resultados. Lakatos e Marconi (2003, p. 167) falam sobre a importância dos dados coletados e que “a análise e interpretação dos mesmos”, constituem-se como núcleo central da pesquisa. Os dados trarão subsídios para responderem as investigações procurando estabelecer as relações entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas que serão comprovadas ou refutadas.

A pesquisa utilizou-se da análise do discurso dos participantes, visando verificar em suas falas as percepções entre seu trabalho, sua saúde mental, a oferta de atendimento/acompanhamento psicológico na sede do 21º BPMPR e a implementação da política pública de segurança local. Para Bezerra, Minayo e Constantino (2013) através do discurso e da lógica dos profissionais é possível compreender o quanto questões relacionadas ao trabalho podem desencadear problemas emocionais com consequências para sua vida laboral e familiar.

Para responder o problema de pesquisa, este estudo está dividido em objetivo geral e objetivos específicos. Para alcançar o objetivo específico A: “*Compreender a Política Pública de Segurança no Brasil e o contexto que envolve o trabalho do policial militar*”, foi realizada pesquisa bibliográfica nos bancos de dados online como o Google Acadêmico e o SciELO, utilizando-se de palavras-chave: política de segurança pública e polícia militar.

O objetivo específico B: “*Averiguar como os policiais militares percebem sua saúde mental, assim como estressores causadores de adoecimento psíquico no seu ambiente de trabalho*”, além de pesquisa bibliográfica em banco de dados acadêmicos,

foi utilizada aplicação de questionário aos profissionais para se conhecer a percepção destes militares em relação ao adoecimento psíquico e o trabalho. Para isso, algumas questões norteadoras foram utilizadas estrategicamente para atingir este objetivo, conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1 – Perguntas norteadoras objetivo específico B

2. Já realizou anteriormente atendimento/acompanhamento psicológico? Se sim por qual(is) motivos? Quando?
3. Já fez ou faz acompanhamento psiquiátrico? Faz uso de medicação controlada? Por qual(is) motivos e sintomas?
4. Qual percepção você tem sobre a influência de seu trabalho em sua saúde mental?
8. Sua saúde mental/emocional já interferiu na execução de sua função? Se sim, como?
9. Para você qual(is) são os maiores estressores de sua profissão?
11. Você cuida da sua saúde mental como cuida da saúde física? Como ou porquê?
14. Qual sua percepção do impacto de seu trabalho na sua qualidade de vida e de sua família?
15. Seu trabalho já interferiu nas suas relações familiares (cônjuge, filhos, pais)? Se sim, de que maneira?

Fonte: Elaboração própria

Para se chegar ao objetivo específico C: “Analisar a Percepção dos participantes sobre a oferta de serviço de saúde mental no 21º BPMPR e sua relação com a implementação e execução da Política Pública de Segurança Pública local” a aplicação do questionário foi fundamental, pois remeteu diretamente sobre a percepção que os policiais que atuam no 21º BPMPR tem sobre a sua saúde mental e o impacto desta na política de segurança pública local, para isso algumas questões foram elaboradas dispostas no quadro 2;

Quadro 2 – Perguntas norteadoras objetivo específico C

1. Qual (is) o motivo de procurar ou ser encaminhado para o serviço de saúde mental do 21º BPMPR?
5. O que você acha da localização geográfica do serviço de saúde mental na sede do

21º BPMPR?
6. Para você o que é ou indica qualidade de vida e bem estar?
7. Após passar por atendimento/acompanhamento psicológico você percebeu alguma mudança no seu comportamento e/ou na sua saúde mental? Se sim qual(is)?
11. Você cuida da sua saúde mental como cuida da saúde física? Como ou porquê?
12. Você já percebeu que algum colega de trabalho precisava de cuidados psicológicos? Se sim, qual sua atitude diante disso?
13. Para você existe preconceito na profissão de policial em relação a busca de atendimento psicológico? Se sim porque?
17. O que você indicaria para melhorar o serviço de saúde mental do 21º BPMPR?

Fonte: Elaboração própria

Por último, para se alcançar as respostas do objetivo específico D: “*Avaliar como os policiais, enquanto recursos humanos percebem a efetividade da Política Pública de Segurança Pública local*” algumas questões foram elaboradas com este direcionamento, sendo elas;

Quadro 3 – Perguntas norteadoras objetivo específico C

16. Você considera importante a oferta de serviços de saúde mental para profissionais da política pública de segurança? Porque?
18. Como você percebe a política pública de segurança na região em que você trabalha? Porquê?
19. Na sua opinião a oferta de serviço de saúde mental aos policiais militares influencia a política pública de segurança local? Porque ou por quais motivos?

Fonte: Elaboração própria

3.3 Local de realização da pesquisa

A pesquisa ocorreu no 21º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, localizado na cidade de Francisco Beltrão-PR. Entendemos como importante que o leitor conheça como surgiu o 21º BPMPR e qual sua abrangência territorial, para que perceba a relevância de se problematizar esta questão, uma vez que o 21º BPMPR é responsável pelo atendimento populacional de 42 municípios do Sudoeste do Paraná.

Até o ano de 2010, os municípios atendidos pelo 21º BPMPR, faziam parte do 3º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, com sua sede situada na cidade de Pato Branco.

Por meio do Decreto Estadual N° 8.481 de 1° de outubro de 2010, ocorreu à reestruturação do 3° BPMPR, que na época, abrangia 42 municípios do Sudoeste do Paraná. Dessa reestruturação, houve o desmembramento da 2ª Companhia que se tornou o 21° BPMPR, com sua sede localizada no município de Francisco Beltrão. O 21° BPMPR passou a abranger 27 municípios, ficando o 3° BPMPR responsável pelos 14 restantes.

Em 1° maio de 2011, ocorreu a instalação da nova Unidade, tendo como sede da 1ª Companhia, a cidade Francisco Beltrão; da 2ª Companhia, Dois Vizinhos; a 3ª Companhia ficou em Santo Antônio do Sudoeste; e da 4ª Companhia, em Capanema.

Posteriormente, em 06 de agosto de 2015, pelo Decreto Estadual nº 2.090, foram modificadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP's) e o DPM (Destacamento Policial Militar) de São Jorge do Oeste, que pertencia à 2ª Cia/21°BPM, passou a integrar a área de responsabilidade do 3° Batalhão de polícia Militar.

Com essa modificação o 21° BPMPR ficou responsável pelo policiamento militar de então 26 cidades, sendo elas: Francisco Beltrão, Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, e Verê.

O 21° Batalhão de Polícia Militar do Paraná atualmente é composto e subdividido em 4 Companhias - CIA's. Os policiais militares que atuam nestas CIA's são responsáveis por atender as questões de segurança pública no âmbito militar de 26 municípios. Na data de 26 de março de 2021 o 21° BPMPR contava com um efetivo de 321 policiais militares atuando no operacional (trabalho na rua) e no administrativo (trabalho interno), estes profissionais estão distribuídos entre as 4 CIA's e o Batalhão.

As Companhias que compõem o 21° BPMPR estão divididas da seguinte forma: 1ª CIA com sede na cidade de Francisco Beltrão, mais especificamente localizado nas dependências do 21° BPMPR sendo responsável pelos municípios de Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Marmeleiro e Renascença; a sede da 2ª CIA fica na cidade de Dois Vizinhos, além desta abrange ainda Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e Verê; a 3ª CIA tem sua sede em Santo Antônio do Sudoeste atendendo os municípios de Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Pinhal de São Bento,

Pranchita e Salgado Filho; a 4ª e última CIA localizada em Capanema é responsável por Pérola do Oeste, Planalto, Realeza e Santa Izabel do Oeste.

O local de atendimento do Programa Prumos referido nesta pesquisa, fica na sede do 21º Batalhão, sendo composto por uma sala de atendimento e uma sala de espera. No momento da pesquisa apenas um profissional de psicologia era responsável pelos atendimentos destes policiais. O objetivo do programa é atendimento multiprofissional, com médicos e assistentes sociais, porém até o momento da pesquisa estes outros profissionais ainda não haviam sido contratados.

Vale ressaltar que a sala de atendimento fica na sede do 21º BPMR, porém por iniciativa da profissional e para que mais trabalhadores tenham acesso ao serviço, esta profissional se desloca uma vez por mês nas sedes das CIA's para atendimento.

Os atendimentos realizados através do programa Prumos, mais especificamente os atendimentos psicológicos, podem ser procurados pelos policiais militares por livre demanda, entrando em contato diretamente com a psicóloga para agendar os atendimentos, por encaminhamento de seus superiores, ou por busca ativa do profissional que ao saber de alguma situação procura o profissional e lhe oferece o atendimento.

3.4 População pesquisada/amostra

Na época do projeto de pesquisa, em novembro de 2021, havia um efetivo de 321 Policiais Militares - PMs na ativa, destes em torno de 100 estavam ou passaram por acompanhamento psicológico no Programa Prumos. Vale ressaltar que policiais militares que não estavam mais na ativa por afastamento ou devido a reserva remunerada não foram contabilizados para a amostra, desta forma dentre os PMs que estavam aptos para realização da pesquisa o número de 10 participantes representava 10% dos policiais.

3.5 Recrutamento

Foi realizado convite intencionalmente para 10 policiais militares via contato telefônico ou mensagem de wats app ou ainda presencialmente. Os 10 primeiros participantes que aceitaram o convite foram recrutados a participar das entrevistas. O número de 10 profissionais convidados se deu pensando que na época do projeto de

pesquisa haviam passado ou estavam em atendimento cerca de 130 policiais militares, mas que se enquadravam nos critérios para a amostra da pesquisa eram em torno de 100 PMs.

Desta forma, o número de 10 policiais militares se referia a 10% dos PMs que estavam ou passaram por atendimento e que ainda estavam na ativa, sendo que os outros 30 já estavam afastados ou na reserva (aposentados). O acesso aos nomes e contatos dos policiais que foram convidados se deu através de convite direto pela psicóloga do 21º BPMPR que também é pesquisadora do projeto.

3.6 Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão: Policiais militares da ativa vinculados a uma das quatro Companhias do 21º BPMPR que passaram ou estão em atendimento psicológico no serviço de saúde mental.

Exclusão: Policiais que não atuam no 21º BPM ou que não estavam exercendo a profissão, como o caso dos policiais da reserva.

3.7 Garantias éticas

Aos participantes da pesquisa foi garantido sigilo e confidencialidade sobre suas identidades, os dados coletados durante a pesquisa foram sempre tratados confidencialmente, os resultados apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o nome dos entrevistados não aparecerá na publicação dos resultados. Foi garantido aos participantes autonomia de desistência da participação na pesquisa em qualquer momento, caso eles decidissem não participar, ou desistir de participar e retirar seu consentimento, não haveria nenhum prejuízo ao atendimento que recebe ou possa vir a receber na instituição.¹

3.8 Coleta de dados

Aos policiais foi realizada a aplicação de um instrumento de coleta de dados e informações, o instrumento estava dividido em duas partes. Inicialmente foi realizada coleta de dados através de um questionário sociodemográfico, seguido de uma entrevista semiestruturada com 19 questões referentes ao tema. A realização ocorreu

¹ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética na Plataforma Brasil em 14 de dezembro de 2021 sob o Parecer Consubstanciado nº 5.161.825.

conforme disponibilidade do participante, o qual teve local, data e horário definido com antecedência pelos participantes. Quando eles não possuíam local a sugerir, foi realizado um convite para comparecerem no consultório psicológico particular do pesquisador, caso o participante preferisse se deslocar até o consultório do pesquisador lhe foi garantido ressarcimento com eventuais gastos que pudesse ter, de acordo com o acordado entre pesquisador e participante.²

3.9 Riscos e Benefícios

Riscos: considera-se que a participação na pesquisa poderia acarretar baixo risco devido ao cansaço de responder ao instrumento de coleta de dados ou ainda algum grau de estresse caso os questionamentos mobilizem alguma excitabilidade emocional. No caso do participante se sentir cansado a coleta de informações seria interrompida até que o participante se sentisse bem para voltar a responder, ou caso o participante apresentasse algum grau de estresse/excitabilidade emocional desencadeada por alguma pergunta, essa situação poderia ser trabalhada no momento pela pesquisadora que irá aplicar o questionário, pois por ser psicóloga estava apta para tratar tal situação, o participante ainda não era obrigado a responder todas as perguntas, tendo total liberdade de responder somente as perguntas que assim desejasse. Por entender que a gravação audiovisual das entrevistas poderia causar constrangimento aos participantes, e desta forma interferir nos resultados, optou-se por não realizar este método.

Benefício: os benefícios previstos ao participante são possíveis contribuições para a manutenção e melhoria de tal assistência e, ademais por se tratar de política pública trará benefício para a sociedade em geral.

A seguir, segue quadro com o protocolo de pesquisa utilizado para atingir os objetivos almejados:

Quadro 4 – Protocolo de pesquisa

² Durante a realização de coleta de dados, foi garantido aos participantes da pesquisa, os cuidados necessários de saúde que o momento pandêmico exigiu, como por exemplo disponibilização de máscara de proteção e de álcool em gel e distanciamento necessário para segurança de todos. Ao final da pesquisa será garantido a devolutiva dos dados obtidos aos participantes e envio dos resultados para publicação em veículo científico. O orçamento para pesquisa foi responsabilidade do pesquisador, não causando nenhum ônus aos participantes e a instituição participante. Caso o participante tenha algum dano decorrente da participação na pesquisa poderá pleitear indenização nos termos da lei conforme Resolução 466/2012.

Objetivos específicos	Etapas internas	Fontes	Tipo de análise	Técnicas de análise
A) Compreender a Política Pública de Segurança no Brasil e o contexto que envolve o trabalho do policial militar;	Análise da política pública de segurança e seu contexto.	Pesquisa bibliográfica.	Análise qualitativa.	Análise de conteúdo.
B) Averiguar como os policiais militares percebem sua saúde mental, assim como estressores causadores de adoecimento psíquico no seu ambiente de trabalho;	Análise dos dados coletados.	Pesquisa bibliográfica; e entrevistas semiestruturadas.	Análise qualitativa.	Análise de discurso.
C) Analisar a Percepção dos participantes sobre a oferta de serviço de saúde mental no 21º BPMPR e sua relação com a	Análise dos dados coletados.	Entrevistas semiestruturadas.	Análise qualitativa.	Análise de discurso.

implementação e execução da Política Pública de Segurança Pública local e				
D) Avaliar como os policiais, enquanto recursos humanos, percebem a efetividade da Política Pública de Segurança Pública local.	Análise dos dados coletados sob a ótica da efetividade da política pública.	Pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.	Análise qualitativa.	Análise de discurso.

Fonte: Elaboração própria

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ESTUDO

A relação saúde-trabalho-doença vem sendo objeto de estudo de longa data devido sua relevância para o homem e para a sociedade em que vive. Segundo estudos realizados por Fernandes *et al.* (2018), os transtornos mentais são responsáveis por um número expressivo de afastamentos de trabalho, estando atualmente em terceiro lugar nos afastamentos por longos períodos. Sendo assim, faz-se necessário o debate entre a relação de trabalho e saúde mental para que mudanças possam ocorrer neste cenário.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho devido a transição da economia na era da globalização, a fragmentação do trabalho aliada ao medo do desemprego “induz o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 278) fatores estes que contribuem para adoecimentos mentais como a ansiedade e a depressão.

Em termos estatísticos, dados apontam que mais de 400 milhões de pessoas são afetadas por transtornos mentais ou comportamentais em todo o mundo. No Brasil, os transtornos mentais são a terceira causa de longos afastamentos do trabalho por doença. Por essa razão, os problemas de saúde mental já ocupam cinco posições no ranking das dez principais causas de incapacidade para o trabalho, representando um fenômeno mundial (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 279).

Corroborando com Fernandes *et al* (2018), os estudos de Campos (2017) indicam que as condições de trabalho do mundo globalizado tornaram a classe trabalhadora mais vulnerável a situações de estresse, sendo que “a exigência da polivalência, a pressão pelo aumento da produtividade, associada à contenção salarial, à instabilidade no trabalho, jornadas prolongadas e medo do desemprego, implicam em sofrimento no trabalho e na falta deste” (CAMPOS, 2017, p. 799), tais situações interferem diretamente na subjetividade do trabalhador ocasionando tanto doenças físicas quanto psicológicas.

Na medida em que o trabalho deixa de proporcionar prazer ao trabalhador, passa a ser percebido como um fator que influencia diretamente seu adoecimento psicológico, afetando seus relacionamentos interpessoais, gerando sintomas gatilhos para aparecimento de transtornos como estresse e distúrbios do sono (FERNANDES *et al.*, 2018).

Na presente pesquisa procurou-se verificar a influência do trabalho na saúde mental do profissional que atua na polícia militar e a influência da saúde mental do policial no exercício da sua profissão, por ser ele recurso humano da Política de Segurança Pública, infere-se que esta tríade trabalho-saúde-doença impacta não somente o profissional em si, mas diretamente a população de uma forma geral para quem se presta o trabalho.

A coleta de dados ocorreu no período de agosto de 2022 a abril de 2023 em local combinado entre o entrevistador e os participantes. Tiveram duração entre 45 minutos a uma hora cada e abordaram 3 grupos de perguntas: primeiramente referentes aos dados sociodemográficos; segundo a relação trabalho e saúde mental e terceiro relacionou-se sobre a percepção dos policiais entre adoecimento psicológico e política de segurança pública. Os discursos foram registrados pelo entrevistador em documento formulada para isso e os entrevistados codificados por letras de A a J para preservar suas identidades. Optou-se por não gravar as entrevistas em audiovisual para não causar nenhum constrangimento aos entrevistados, uma vez que conforme relatado no

referencial teórico, as questões psicológicas e o contexto que envolve o trabalho do policial militar é complexo e ao mesmo tempo delicado.

4.1 Do questionário sociodemográfico

Com o objetivo de conhecer o perfil da população participante da pesquisa, inicialmente a análise ocorreu através dos dados demográficos, com os quais foi possível identificar sexo, estado civil, tempo de trabalho, função, idade e cargo. Em relação ao sexo, participaram da pesquisa 5 (cinco) policiais militares do sexo feminino e 5 (cinco) do sexo masculino, ou seja, a porcentagem neste quesito ficou equilibrada em 50%, uma vez que foram 10 policiais participantes. Em relação ao estado civil também ficou equilibrado, sendo que 5 (cinco) profissionais se disseram solteiro e 5 (cinco) casados. O tempo de trabalho variou entre 6 (seis) e 12 (doze) anos de exercício na polícia militar do Paraná. No quesito da função, 3 (três) policiais se identificaram como trabalhando no administrativo, ou seja, em serviços internos da instituição e 7 (sete) disseram trabalhar no operacional, sendo este serviço realizado fora da instituição, na rua. A idade dos entrevistados variou entre 30 anos e 44 anos. Dos entrevistados, 4 (quatro) tinham a graduação de Cabos e 6 (seis) de Soldados. Foi possível identificar ainda que dos policiais entrevistados apenas 2 (dois) foram encaminhados para o serviço de atendimento psicológico os demais procuraram por livre demanda.

4.2 Das entrevistas

Após a análise dos dados demográficos passamos para as entrevistas onde surgem os relatos dos profissionais. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o modelo de entrevista adotado foi de entrevista semiestruturada que de acordo com Manzini (2004, p. 21):

(...) possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas que fariam referência os interesses da pesquisa. Ela difere da estruturada pela sua flexibilidade quanto às atitudes e compreensão do pesquisador, podendo ou não alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas.

Neste sentido, para Manzini (2004), o roteiro das entrevistas semiestruturadas se organiza com o objetivo de atingir os objetivos propostos pela pesquisa, mas considera as questões momentâneas que podem surgir no decorrer da entrevista entre a interação do pesquisador com o pesquisado podendo “fazer emergir informações de forma mais

livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (MANZINI, 2004, p. 2).

Em conformidade com Manzini (2004), Castro e Oliveira (2022) pontuam que o modelo de entrevista semiestruturada além de valorizar a presença do pesquisador, que esta realizando a investigação, oferece a possibilidade que o investigado tenha em se expressar livremente e com espontaneidade, enriquecendo o processo investigativo, “desse modo, a realização da entrevista semiestruturada converge aspectos dialógicos na interação entre pesquisador e entrevistado” (CASTRO e OLIVEIRA, 2022, p. 36).

Através das entrevistas semiestruturadas, nosso questionamento inicial se deu com a seguinte pergunta: “*Qual (is) o motivo de procurar ou ser encaminhado para o serviço de saúde mental do 21º BPMMPR?*”, nas respostas verificou-se que questões relacionadas diretamente com trabalho tem influência nesta procura, sendo que dos 10 participantes da pesquisa 4 (quatro) relataram procurar atendimento psicológico por questões relacionadas as atividades laborais, como referem os policiais militares C, D, E e H respectivamente:

“C: *Estava precisando devido a questões do trabalho (...)*”;

“D: *Sentia angústia, tristeza, tais situações estavam interferindo no trabalho*”;

“E: *Um colega orientou a procurar, estava com estresse, descontrole emocional devido a questões do trabalho, ele solicitou a entrega da minha arma para que eu não corresse risco de cometer algum ato irresponsável*” e,

“H: *Para poder ter a possibilidade de conduzir minhas decisões de maneira mais equilibrada, visto que o ambiente em que trabalhamos acarreta um nível elevado de estresse*”.

Os entrevistados relatam na sua maioria a busca pelo equilíbrio mental em suas decisões, principalmente em questões que afetam seu trabalho. Para Dejours (1994) os sujeitos precisam arrumar estratégias defensivas para manter o equilíbrio e a regulação psíquica nos contextos do trabalho, para este autor quando a normalidade é sufocada pelas relações de trabalho surge o sofrimento.

Conforme podemos observar nas respostas dos entrevistados o trabalho na polícia militar é um fator que acarreta a possibilidade e vulnerabilidade de desencadear adoecimentos. Pesquisas mostram que a intensificação e precarização do trabalho na contemporaneidade, aumenta as chances de adoecimentos físicos e mentais, é comum que o “trabalhador passa a apresentar diversas queixas como angustia, insônia,

ansiedade, agitação, desânimo, medo, agressividade, sufocamento, isolamento social, associando tais sintomas às condições de trabalho” (CAMPOS, 2017, p. 808).

Para Jacques (2003), o aumento de números de diagnósticos de transtornos mentais associados ao contexto de trabalho dos indivíduos, tem aumentado o interesse de estudos neste campo. Conforme estimativas da Organização Mundial de Saúde cerca de 30% dos trabalhadores são acometidos pelos chamados transtornos menores, enquanto que de 5 a 10% dos trabalhadores são diagnosticados com transtornos graves (JACQUES, 2003). No Brasil a situação não é diferente,

segundo estatísticas do INSS, referentes apenas aos trabalhadores com registro formal, os transtornos mentais ocupam a 3ª posição entre as causas de concessão de benefício previdenciário como auxílio doença, afastamento do trabalho por mais de 15 dias e aposentadorias por invalidez (JACQUES, 2003, p. 98).

No relato dos entrevistados, em resposta à pergunta de número 2 “*Já realizou anteriormente atendimento/acompanhamento psicológico? Se sim por qual(is) motivos? Quando?*”, nove dos entrevistados afirmaram já terem realizado atendimento/acompanhamento psicológico em outros momentos de suas vidas, e um relatou que não realizava acompanhamento psicológico, somente realizava psiquiátrico. Destes profissionais, dois policiais (C e H) associam diretamente a procura por atendimento psicológico relacionado a questões do trabalho, suas respostas foram “*Sim, já realizava acompanhamento com a psicóloga anterior, pelos **mesmos motivos de agora** (C)*”, se referindo ao trabalho e “*Sim, desde que foi ofertado o serviço na corporação, sendo que iniciei acompanhamento psicológico em meados de 2014, pela **pressão militar** que afetou meu relacionamento conjugal (H)*”. Os demais profissionais relataram situações como problemas pessoais, motivos educacionais, tristeza, emoções intensas, crise de fúria etc.

Conforme Souza (2017, p. 45), as características da sociedade moderna, direcionam os trabalhadores a “alto nível de desgaste e adoecimento mental (...)”, a autora cita ainda “a precarização social, o desemprego, a violência e a falta de perspectivas” como elementos desgastantes aos sujeitos trabalhadores, tais condições expõem os indivíduos a diversos fatores, os quais podem desencadear o que ela chama de “desgaste mental”. Os estudos de Seligmann-Silva *et al.* (2010) corroboram com Souza (2017), para os primeiros autores as características atuais de trabalho expõem os trabalhadores a inúmeros fatores e situações como

a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, como, por exemplo, trabalho com compostos explosivos ou sujeitos a assaltos e sequestros, a formas de organização do trabalho e políticas de gerenciamento que desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhe frequentemente a anulação de sua subjetividade para que a produção não seja prejudicada e as metas estabelecidas sejam cumpridas (SELIGMANN-SILVA *et al*, 2010, p. 187).

No caso de policiais militares, os riscos eminentes de sua profissão, de agressões, ameaças, privação de sono, cargas horárias extensas, pressão institucional e sobre carga de trabalho, além de serem fortes fatores ao desencadeamento de adoecimentos físicos provisórios ou permanentes, são também preditivos de adoecimentos psicológicos e/ou comportamentais (BROM, COSTA e PEREIRA, 2022).

Em relação ao atendimento ou acompanhamento médico psiquiátrico e uso de medicação controlada, conforme a pergunta de número 3 “*Já fez ou faz acompanhamento psiquiátrico? Faz uso de medicação controlada? Por quais motivos e sintomas?*”, metade dos entrevistados afirmaram já terem passado por atendimento ou acompanhamento psiquiátrico, e destes, três pessoas afirmaram fazer uso de medicação controlada para diminuição de sintomas, como podemos verificar nas respostas de

“E: *Sim, no mesmo período, faço uso de medicação devido à ansiedade e estresse*”;

“G: *Sim, faço uso de medicamentos, para tratamento de depressão e ansiedade, crises de pânico, muita ansiedade vontade de chorar, sentimento de desespero, medo de perder o controle novamente e machucar ou matar alguém*” e,

“I: *faço acompanhamento com psiquiatra e uso de medicações devido ao estresse e sentimentos de angústia*”.

Os estudos de Brom, Costa e Pereira (2022) direcionam que a atividade policial, faz com que este profissional viva em constante estado de estresse e tensão, acarretando em desgastes físicos e psicológicos “*sujeitando o policial a se tornar um indivíduo vulnerável ao surgimento de conflitos emocionais e distúrbios psicocognitivos*” (BROM, COSTA e PEREIRA, 2022, p. 7). Tais condições induzem que estes profissionais desenvolvam quadros depressivos e ansiosos, desta maneira uma parte destes sujeitos acabam precisando fazer uso de medicamentos como verificamos nas falas dos entrevistados, conforme os estudos dos autores, os ansiolíticos são os principais, sendo que tais medicações podem causar efeitos adversos “*esses efeitos são*

capazes de prejudicar o pleno trabalho policial” (BROM, COSTA e PEREIRA, 2022 p. 7).

Fernandes *et al.* (2018) consideram que algumas exigências do e no ambiente de trabalho influenciam diretamente a saúde do trabalhador como os fatores psicológicos e sociais, tais fatores

englobam as cargas psíquicas, que são agrupadas em sobrecarga psíquica e subcarga psíquica. A primeira diz respeito às situações de tensão prolongada e a segunda, à impossibilidade de se desenvolver a capacidade mental, à falta de controle sobre o trabalho, ao distanciamento entre grupos de mandos e de subordinados, ao isolamento social no ambiente de trabalho, aos conflitos de papéis, aos conflitos interpessoais e à falta de apoio social (FERNANDES, *et al.*, 2018, p. 283).

Diante destas condições, o trabalho passa a ser visto como fonte de adoecimento. A partir do momento em que os profissionais fazem uma visão negativista do trabalho, passam a percebê-lo como causador de adoecimentos, principalmente em sua saúde mental, experimentando assim, o trabalho em forma de sofrimento. Podemos perceber isso nas respostas obtidas na pergunta de número 4: *“Qual percepção você tem sobre a influência de seu trabalho em sua saúde mental?”* em que 90% dos participantes verbalizam que percebem o trabalho como fonte de adoecimento, como pode verificar nas respostas dos participantes a seguir:

“A: *Influencia muito, por ter que resolver problemas de terceiros e isso interferir na vida pessoal, estamos sempre no meio de conflitos e temos os nossos”;*

“B: *Enorme, autoanálise em todo trabalho para não levar para casa os problemas”;*

“C: *Vixi, bastante, na PM cansa o psicológico, o sono...”;*

“E: *Se não souber dosar afeta as relações familiares, pressão para resolver as situações, a gente não consegue se desligar, estresse alterado”;*

“F: *Influencia bastante. Tenho me sentido estressada ultimamente, irritada, carga alta de trabalho”;*

“G: *Amo meu trabalho, mas acho que devido a vários fatores ele influencia e muito na saúde mental. Ameaça de presos, histórico de suicídio na corporação, abusos, assédio moral são alguns”;*

“H: *Meu trabalho é um fator muito significativo na qualidade da minha saúde mental, visto que exige de nós dedicação exclusiva, possui muitos deveres e punições e pouca valorização mesmo se dedicando ao máximo”;*

“I: influencia sim, tem noites que o estresse é tanto que a irritação fica elevada causando atitudes impulsivas o que me coloca às vezes em risco” e,

“J: grande parte de minha saúde mental não estar legal se deve ao trabalho e forma como ele funciona”.

Apenas um dos entrevistados verbalizou perceber de forma positiva a influência do trabalho em sua saúde mental como podemos verificar na resposta do entrevistado “D: Boa, pois me achava incapaz, sempre admirei a carreira militar”.

A psicodinâmica do trabalho aponta que as formas de organização do trabalho na contemporaneidade são fatores percebidos como insatisfatório das atividades laborais executada pelos profissionais, as quais acarretam em adoecimentos e sofrimentos psíquicos. Mesmo que as estratégias subjetivas dos indivíduos tenham papel fundamental para a adaptação ao sofrimento causado pelo trabalho “exercem pouca influência nesse grupo de pessoas, ao passo que as estratégias coletivas atuam para a construção de um elo entre o trabalho coletivo e o exercício de suportar as adversidades do grupo” (FERNANDES *et al.* 2018, p. 284). Desta forma “o trabalho vem deixando de ser uma atividade de realizações pessoais para tornar-se fonte de frustrações, que levam os indivíduos a não se reconhecerem nas tarefas que executam” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 285), e conseqüentemente se afastarem emocionalmente das suas atividades o que contribui para quadros depressivos.

Uma questão de suma importância em relação ao atendimento dos profissionais na área da segurança pública é a insegurança em se expor, em outras pessoas e/ou colegas de trabalhos ou até mesmo seus superiores saberem que estão realizando tratamento para saúde mental. Podemos perceber que o adoecimento psicológico nesta categoria profissional ainda é permeado de tabus, o que gera ainda preconceito pela necessidade de tratamento em saúde mental. Na pergunta de número 5 procuramos investigar qual a percepção dos entrevistados sobre a localização geográfica do serviço psicológico com a seguinte pergunta: “O que você acha da localização geográfica do serviço de saúde mental na sede do 21º BPM/PR? Pontos positivos e pontos negativos”; nesta questão podemos verificar algumas divergências na resposta dos participantes.

Entre os pontos positivos apareceram nas respostas à questão da facilidade por ser no próprio batalhão, como “D: por ser no batalhão podemos ir a qualquer momento, até durante o horário de trabalho”, de se ter fácil acesso, incentivar a procurar o serviço por outros profissionais, “F: os colegas veem agente vindo e podem

se empolgar em vir também”, ambiente ser agradável e que facilita para quem está trabalhando.

Em relação aos pontos negativos três profissionais relataram não ver pontos negativos, entre os demais surgiram questões relacionadas ao constrangimento por outros os verem estar buscando atendimento, “*B: os colegas verem vim, pode causar constrangimento, eu não ligo, mas tem quem se importe*”, que era constrangedor ficar na sala de espera e que escutava algumas vezes a pessoa que estava sendo atendida anteriormente, “*E: quando estamos na sala de espera podemos escutar quem esta sendo atendido*”, por ser na sede era constrangedor devido ao sentimento de fraqueza, outra questão que surgiu é o fato de ficar relativamente longe dos demais comandos e nem todos conseguem acessar o serviço de atendimento psicológico.

Podemos perceber que a questão da vergonha foi o que mais surgiu através da palavra “*constrangimento*”. Para Tittoni e Nardi (2008, p. 78) “o questionamento da veracidade da doença por parte dos profissionais da saúde sugere a representação de que quem adoece é vagabundo e não quer trabalhar, associando doença e não trabalho”, na profissão do policial o adoecimento mental é muitas vezes permeado de preconceito, o qual não permite ao sujeito procurar ajuda, mesmo percebendo que precisa.

De certa forma, as reflexões sobre saúde mental e trabalho, que se originam do estudo dos trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional, sugerem a ampliação de nosso olhar sobre tal temática, enfocando o significado do trabalho e do ser trabalhador na sociedade e da associação entre adoecimento e vagabundagem que constroem representações sobre o adoecimento, principalmente, vinculado ao trabalho (TITTONI e NARDI, 2008, p. 79).

Na sequência, a pergunta 6, procurou investigar a percepção de qualidade de vida e bem estar dos entrevistados com o seguinte questionamento: “*Para você o que é ou indica qualidade de vida e bem estar?*”, dentre as respostas em relação a Qualidade de Vida (QV) podemos observar questões relacionadas a família, trabalho, vida financeira, tempo e saúde, como verificaremos nas respostas a seguir:

“*A: QV: Ter a mentalidade capaz de filtrar o que é bom e ruim, consciência que as coisas podem melhorar*”;

“*B: QV: Conseguir lidar com os problemas e ter uma vida saudável*”;

“*C: QV: Estar bem com a família, no trabalho, financeiramente, viajar com a família*”;

“D: QV: Sentir-se realizado no trabalho, remuneração adequada, dormir em casa, conforto em casa, bom descanso”;

“E: QV: Conseguir manter as contas em dia sem conflitos familiares e no trabalho, remuneração adequada, equipamentos adequados, lazer”;

“F: QV: Conseguir conciliar e ter tempo para o trabalho, estudos, lazer, descontração, morar bem”;

“G: QV: Saúde, principalmente psicológica” e,

“H: QV: Ter uma vida saudável que possibilite ter tempo e poder aquisitivo para poder desfrutar com a família momentos de lazer e prover uma vida digna para quem depende de você”.

Pesquisas neste campo de conhecimento indicam que fatores psicossociais e capacidade de autoavaliação da saúde influenciam na disposição para o trabalho e sentimentos de bem estar. Para Ferreira e Dutra (2017, p. 135), o nível de saúde está relacionadas à adoção de comportamentos saudáveis que os sujeitos utilizam, “sendo amplamente utilizada como uma maneira válida e importante de Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares (...)”.

Em relação à questão de Bem Estar (BE) encontramos respostas relacionadas a questão da saúde física e mental e alguns dos participantes referiram perceber Bem Estar diretamente relacionado à Qualidade de Vida (QV), como observamos nas respostas de alguns participantes. Em relação a Bem Estar (BE) algumas respostas foram:

“B: Conjunto de físico e mental”;

“E: Ter trabalho, ter hobby, estar em casa com a família”;

“H: Estar bem consigo mesmo, equilíbrio biológico, mental e espiritual” e,

“F: Conjunto de coisas que beneficiam estar bem. Ex: Física e mental bem, ter dinheiro para viajar, sair para comer”.

A grande maioria dos entrevistados ainda referiram que um era consequência ou estava diretamente relacionada à outra. Ferreira e Dutra (2017, p. 145), em sua pesquisa, pontuam sobre a percepção de saúde dos policiais militares, as autoras “concluíram que a percepção de saúde é um melhor preditor de funcionalidade” para os sujeitos, mostrando ainda “que, quanto melhor for sua percepção, melhor será seu estado geral de saúde e mais funcional será o indivíduo na realização de suas atividades” (FERREIRA e DUTRA, 2017, p. 145).

Na questão seguinte os entrevistados responderam acerca do/s atendimentos recebidos e suas percepções em relação aos comportamentos e saúde mental “*Pergunta 7: Após passar por atendimento/acompanhamento psicológico você percebeu alguma mudança no seu comportamento e/ou na sua saúde mental? Se sim qual (is)?*”, todos os pesquisados referiram que perceberam mudanças positivas, como decisões mais assertivas nas ocorrências de trabalho, no sentimentos de estar sendo julgado, na recepção de críticas, na autovalorização e em sentir-se apoiado e fortalecidos como podemos visualizar nas respostas a seguir:

“A: Sim totalmente, mudança nas respostas imediatas, por exemplo conformidade com a vida, entender que as coisas não são como queremos”;

“B: Sim, uma auto avaliação, repensar atitudes e momentos, ter feedback de fora”;

“D: Sim, mudou a percepção de ser o centro das atenções, ser julgada por fazer algo, tinha percepção exagerada por críticas”;

“F: Sim, comecei a me olhar diferente, aprendi me valorizar mais, ter mais empatia, aprendi a entender meus comportamentos e entender o outro”;

“G: Sim, senti ajuda, apoio e compreensão”;

“H: Sim, possibilita que possamos olhar a vida de um modo mais assertivo” e,

“J: Sim, estava passando por um momento delicado da minha vida e os atendimentos me auxiliarem a se fortalecer e ser mais assertiva nas decisões”.

Para Souza (2017, p. 183), os profissionais que atuam na área de atendimento a profissionais que adoecem devido a questões relacionadas ao trabalho precisam ter “a compreensão da relação entre o adoecimento físico e mental”, sendo estes profissionais constantemente desafiados a desenvolverem novas abordagens e estratégias que simultaneamente compreendam a saúde física e psíquica dos trabalhadores.

Brom Costa e Pereira (2022, p. 49) referem ainda que a assistência psicológica preventiva, a realização de terapias e práticas que preparem os policiais a passarem por situações estressoras “poderão amenizar consideravelmente os fatores que geram tensão nervosa e, por conseguinte, proporcionar uma melhora na qualidade de vida e desempenho profissional desta classe”, desta forma estes autores afirmam ser fundamental ações que trabalhem visando a prevenção de adoecimentos nesta classe de profissionais.

Em seguimento aos questionamentos, a pergunta 8 pretendeu analisar a percepção que os profissionais tem na interferência da saúde mental na execução do

trabalho “*Sua saúde mental/emocional já interferiu na execução de sua função? Se sim como?*”, das respostas obtidas, apenas um profissional respondeu que não, o policial militar criptografado coma a letra D “*D: Não*” e um talvez pelo “*A: Pode ser que sim, intencionalmente não queria alterar o trabalho*”, os demais referiram interferência na execução da profissão, como podemos ver nas respostas a seguir:

“*B: Sim Estresse e nervosismo e tomar atitudes desnecessárias, até violentas*”;

“*C: Sim, tentando impor coisas aos colegas e não aceitando opiniões*”;

“*E: Sim, receio que não agir de forma correta nas situações por não estar bem emocionalmente*”;

“*F: Sim, se estou esgotada mentalmente já percebi que erro muito no trabalho, na execução de um simples ofício. Outro dia uma situação óbvia e não conseguia enxergar*”;

“*G: Sim, devido a medicação não consegui nem olhar para o computador, estava completamente drog, agora somente trêmula sem condições de usar arma*”;

“*H: Com toda certeza, quando você está sob estado de pressão psicológica suas decisões são alteradas podendo te conduzir a uma reação diferente do que se você estivesse bem*”;

“*I: Sim, inclusive atualmente percebo que não estou 100%*” e,

“*J: Sim, por mais que tente evitar não tem como não interferir*”.

Os estudos de Santos (2012) concordam com os autores antes citados Brom, Costa e Pereira (2022), o primeiro autor concorda ser de suma importância a preocupação e a elaboração de programas com vista a cuidar da saúde mental dos profissionais de segurança pública, “especialmente aqueles que se envolvem com ações letais” (SANTOS, 2012, p. 139). Devido à complexidade dessa profissão, o autor propõe que os profissionais desta categoria devem ser “acompanhados permanentemente pelo sistema público de saúde” (SANTOS, 2012, p. 139), devendo ainda ser garantido a estes trabalhadores atendimento e acompanhamento permanente em saúde mental.

A pergunta de número 9 se refere diretamente aos estressores da profissão com o seguinte questionamento: “*Para você quais são os maiores estressores da sua profissão?*”, o objetivo era avaliar o que ou quais os motivos que levam ao adoecimento mental nesta ocupação. Neste caso foi possível verificar nas respostas que as causas são diversas, desde a falta de reconhecimento ao medo da morte, como podemos ver nas respostas de

“A: Mediar conflitos, atender ocorrências gerais como perturbação de sossego, descaso com a PM, falta de reconhecimento financeiro”;

“B: Salário e carga horária, tem que trabalhar fora da PM para se manter e a carga muito alta. O militarismo é muito antiquado e regresso”;

“C: As leis que barram o nosso trabalho, equipamentos e fardamentos, salário”;

“D: Sono, cansaço, remuneração defasada, escalas extras”;

“E: Ocorrências, conflitos de interesse, situações extremas com decisões rápidas, situações “fuleras” que não eram para a polícia”;

“F: Instabilidade de Ascensão na carreira, um tempo é de um jeito a promoção, dali a pouco muda as regras. Salário defasado. Medo da morte”;

“G: A pressão psicológica”;

“H: Carga horária, dedicação exclusiva, desvalorização profissional”;

“I: Jornadas longas de trabalho, má remuneração, falta de reconhecimento” e,

“J: São muitos, o fato de ser mulher é uma delas”.

Percebemos que as jornadas de trabalho, a falta de reconhecimento e a má remuneração foram relatadas na maioria das respostas dos entrevistados.

Para Castro, Rocha e Cruz (2019, p. 527), o trabalho em si do policial militar já é considerado inerentemente estressor, “entretanto, são os estressores organizacionais que aparecem como fatores preponderantes para suscitar sintomas psiquiátricos”. Conforme os autores os estressores no ambiente profissional estão associados ao absenteísmo, rotatividade no trabalho, insatisfação e exaustão emocional, tais percepções levam ao adoecimento físico e emocional, um agravante nesta profissão é o acesso fácil a arma, que acarreta como um dos grupos profissionais com auto índice de suicídio.

Sobre as estratégias utilizadas no enfrentamento dos estressores, sabemos que a instituição utiliza de algumas táticas como palestras educativas e de sensibilização ao adoecimento mental e encontros de confraternização visando bem estar nos PMs. A pergunta de número 10, por sua vez, procurou saber quais as estratégias pessoais utilizadas pelos participantes, sendo o seguinte questionamento: “*Quais são as estratégias que você utiliza para lidar com os estressores do trabalho no dia a dia?*”, alguns participantes referiram algumas estratégias, dentre elas mencionaram a questão da atividade física como um atenuante ao estresse, como podemos verificar nas respostas de

“D: tentar não levar o trabalho para casa, fazer yoga, atividades físicas, levar com bom humor ‘humor negro’”,

“F: Procuo desempenhar o melhor que posso, procuro focar na minha saúde psicológica e física. Faço bastante atividade física pensando em quando eu estiver fora da pm”,

“G: Tomo minha medicação certinha, tento fazer atividade física, quando o estresse é pouco saio de perto” e,

“H: Busco cursos fora da corporação, me apoio nas forças espiritual, busco realizar atividades que gosto como atividade física”.

As demais respostas foram relacionadas a desacelerar e focar mais na família como podemos verificar em

“A: Entender que são fases, momentos temporários de crises ruins”;

“B: Quando estou de folga tento esquecer o trabalho e focar na família, em algo bom, descansar”;

“C: Desacelerar, fazer o básico” e,

“E: Paciência, conversar, explicação sem pressa, achar uma solução”.

Para Spode e Merlo (2006), os códigos morais regem a lógica militar e sustentam a profissão do policial militar, atuando na produção de sua subjetividade. Estes profissionais precisam elaborar estratégias que os coloquem na posição de policial, porém necessitam criar também estratégias que os permitam se colocar para além do ambiente profissional. Conforme a autora uma vez que se coloca na posição de policial é difícil descolar-se deste papel, mesmo nos momentos em que ele não está trabalhando, tal observação podemos verificar em algumas falas acima citadas.

A questão de número 11 procurou verificar como os profissionais percebem a necessidade de cuidado da saúde mental com a seguinte questão: *“Pergunta 11: você cuida da saúde mental como cuida da saúde física? Como ou porquê?”*, a grande maioria referi que sim ou até mais como podemos visualizar em

“A: Mais da mental do que física, assisto vídeos de psicanalistas e psicólogos, porque me reconheço nas coisas, fazem sentido”;

“D: Sim, faço leituras, pesquisas na internet para manter o emocional em dia, refletir”;

“G: Já estou fazendo tratamento há muitos anos e não me vejo sem medicação, faço muita força para ir trabalhar e manter uma vida normal, mas as vezes vem uma recaída, mesmo com medicação e seguindo as orientações do psiquiatra” e,

“H: Sim, faço acompanhamento psicológico e busco cursos na área do autoconhecimento e terapias, porque entendo que é a mente quem governa todo o corpo”.

Quatro dos participantes referem não estarem satisfeitos com os cuidados como podemos ver nas respostas de

“B: tento, não estou satisfeito, falta bastante para ser bom”;

“C: Nenhum dos dois, mas ainda mais da saúde mental do que da física”;

“E: relapso com as duas, se preocupo com a família e não cuido como deveria”

e,

“I: sim, poderia ser mais”.

Podemos ver nas respostas que estes profissionais percebem a importância e a necessidade de cuidarem da saúde mental, apesar de nem todos estarem conseguindo. Um fato importante a se destacar nesta questão é o fato de os entrevistados estarem em acompanhamento ou já terem passado por acompanhamento em algum momento, talvez esta situação pode ter influenciado nas respostas dos convidados.

Para Ferreira e Dutra (2017), quando não existe a percepção de autocuidado pelos sujeitos, aumenta a capacidade para o trabalho ruim, o que as autoras consideram um problema na área de saúde do trabalhador, pois esta “associada a inúmeras doenças e sintomas, gerando gastos para assistência a essas doenças, afastamento por incapacidade e aposentadoria precoce” (FERREIRA e DUTRA, 2017, p. 147).

A questão seguinte versou sobre o cuidado com o outro, sendo a “*Pergunta 12: Você já percebeu que algum colega de trabalho precisava de cuidados psicológicos? Se sim, qual sua atitude diante disso?*”, dos 10 participantes entrevistados, todos referiram já ter percebido que colegas não estavam bem, destes nove deles disseram ter tentado interferir de alguma forma, conversando e/ou aconselhando, apenas um dos participantes relata não ter interferido devido ao colega não ter dado abertura como podemos verificar na fala do PM *“C: Sim, mas não interferei, o colega não dava abertura para isso”.*

Conforme Putti (2021), os estudos apontam que ainda há resistência na busca por atendimento psicológico, pois prevalece ainda como características da cultura policial que o policial militar precisa ser forte, corajoso e invencível, impedindo ou dificultando espaços para manifestações de fraquezas, angústias e medos, distanciando ainda mais os profissionais em busca ou oferta de ajuda ao seu colega.

A pergunta seguinte é sequência da anterior e procurou abordar o preconceito em relação a busca por ajuda no adoecimento psicológico com o seguinte questionamento: *“Pergunta 13: Para você existe preconceito na profissão de policial em relação a busca de atendimento psicológico? Se sim, porque?”*, todos responderam que sim, sendo eles mesmos ou os colegas portadores de preconceito, alguns motivos foram relatados e preocupações como veremos em suas falas:

“A: Um pouco sim, está diminuindo, mas a polícia está queimada do passado, temos recurso para resolver o problema de bem material”;

“B: Já houve mais, antigamente era bem maior. Culturalmente quem procurava era pra se precaver de algo errado que fez;

“C: Não, mas meus colegas sim, por medo de perder o porte de arma”;

“D: Sim, menos que antes, por preconceito, não poder demonstrar fraqueza física e nem emocional”;

“E: Sim, muito medo de ficar sem a arma, preconceito”, “F: Acredito que já foi mais, hoje em dia existe sim, porém menos, devido a falta de informação e preconceito”;

“G: Sim, primeiro porque ninguém quer admitir que é 021, depois porque ninguém quer ficar sem arma por se sentir desprotegido. Aqui mesmo desarmado tem que usar farda, sendo vulnerável e alvo fácil o que dá muito medo, e os peritos da JOS acham isso normal”;

“H: Depende, acredito que por parte de alguns comandantes e colegas de trabalho tem sim, pois observam essa vertente como de responsabilidade exclusiva do PM”;

“I: sim, muitos relacionam a busca de tratamento com fraqueza” e,

“J: sim e muito, mas eu não tenho mais”.

Podemos verificar que ficar sem a arma é algo citado por alguns PMs o que demonstra o quanto se sentem inseguro sem ela.

Para Sales e Sá (2016), o receio dos policiais com a rotulação de ‘louco’ ou ‘enrolão’, ou pelo próprio julgamento negativo dos colegas de farda, faz com que muitos policiais não procurem por ajuda, outra questão é o fato do discurso médico quando os consideram doentes, e se adoecidos a primeira atitude a tomar é a remoção da arma o que causa temor aos PMs como visualizamos em seus discursos. Nas pesquisas realizadas pelos autores verificou-se que “Muitos deles têm receio de buscar a licença, pois contam que quando voltam ao serviço geralmente são perseguidos e rotulados

negativamente” (SALES e SÁ, 2016, p. 198), situação que acaba agravando seu quadro de saúde mental.

A pergunta seguinte procurou averiguar sobre a percepção da influência do trabalho na qualidade de vida dos profissionais, sendo “*Pergunta 14: Qual sua percepção do impacto de seu trabalho na sua qualidade de vida e de sua família?*”, a grande maioria considera que o trabalho interfere frequentemente, como podemos verificar nas falas de alguns entrevistados:

“B: Grande impacto e temos que buscar alternativas”;

“C: Por a família em risco de vida, a forma de trabalho, desafetos, trabalhar na folga, já sofri ameaças”;

“E: Prejudica, não dorme toda noite, mal humor, não rende em casa. Carga horária muito alta, desigualdade de serviço”;

“F: Hoje não trabalho mais por escala, mas quando trabalhava afetava muito, principalmente minha família que tinha sempre que se adaptar as minhas escalas. Ex: Fazer um almoço, quando a (F) pode?”;

“G: É tão danoso que um dia pulei na garganta do meu filho com tanta raiva que quase asfixiei ele, ficou com marcas por dias, descontei todo o estresse no mais fraco” e,

“H: Meu trabalho por inúmeras vezes interferiu na qualidade de vida da minha família, pois de acordo com a disponibilidade integral acabo priorizando meu trabalho renunciando o tempo com a minha família”.

Ambientes de trabalhos com altas demandas, como dos policiais militares, tem influencia direta na percepção de como visualizam sua qualidade vida, diminuindo suas capacidades funcionais e de desempenho no trabalho. Para Ferreira e Dutra (2017, p. 146) “além do efeito direto na capacidade para o trabalho, essas características também apresentam um efeito indireto por meio da sua influência no estado geral de saúde do trabalhador”.

A questão seguinte continua a mesma reflexão da anterior e versou sobre as relações familiares com o seguinte questionamento: “*Pergunta 15: Seu trabalho já interferiu nas suas relações familiares (cônjuge, filhos, pais)? Se sim, de que maneira?* metade dos participantes responderam que sim e metade que não. Em uma das respostas afirmativas o entrevistado relata a seguinte resposta: “*H: Sim, sempre interfere pois não consigo desligar do serviço e ser outra pessoa em casa, sempre levo o nível de estresse descontando em quem não devia, sem contar que sempre tenho que deixar minha filha*

com outras pessoas para trabalhar, tendo em vista que por essa vida da PM me divorciei”.

Os relatos acima descritos vão ao encontro dos estudos demonstrando que o estresse é permanente na profissão do policial e pode influenciar em seu comportamento, tanto dentro da profissão, quanto fora dela, como no ambiente família (SANTANA e SABINO, 2020).

O policial não é o único que sofre as consequências do estresse provocado pelo seu trabalho. No ambiente familiar, o membro da corporação militar tende a desligar as emoções em relação a sua família e é levado a um processo de afastamento e procura de relações fora de casa. Na rua, alguns podem extravasar suas frustrações sobre os cidadãos tornando-se arbitrários, agressivos e grosseiros (SANTANA e SABINO, 2020, p.05).

Os estudos de Sales e Sá (2016) demonstram ainda, que muitos policiais acabam adoecendo e desenvolvendo transtornos mentais e comportamentais, dentre estes vícios em substâncias psicoativas, acabando por reverberar em suas famílias, no sentido de que é a família deste profissional que sofrerá a agressividade e descontrole ocasionados por sua condição. Os autores referem que “a família e a sociedade são projetadas nos relatos como sendo os alvos sobre os quais se descarregam as raivas e as frustrações” (SALES e SÁ, 2016, p. 190), situações essa que podemos verificar nas falas dos PMs entrevistados, destaque para a fala da PM “G” na questão 14 que refere ter agredido o filho devido a seu estado mental.

Em seguimento nos questionamentos, passamos para a questão direcionada da saúde mental no ambiente de trabalho. “*Pergunta 16: Você considera importante a oferta de serviços de saúde mental para profissionais da política pública de segurança? Porque?*”. Todos os entrevistados consideram importante como podemos perceber nas respostas

“A: Sim, para auxiliar o ser humano”;

“B: Muito importante, essencial, todo mundo deveria ter um atendimento psicológico, este feedback é muito importante, trabalho com pessoas, ter uma atenção, pessoas carentes”;

“C: Sim, com certeza, é uma válvula de escape, o policial é visto, se sente inabalável e é esquecido o lado do ser humano da gente. Só resolver os problemas dos outros”;

“D: Sim, com certeza, número alto de suicídios e atestados “F”, diferença do militar para o civil, tem que engolir muita coisa”;

“E: Sim, um avanço, é necessário desde o começo no trabalho, deveria ser meio sagrado”;

F: Muito importante, para mudança de paradigma de alguns, para auxílio, ajuda etc”;

“G: Claro, todos precisam ter direito a saúde e profissionais da segurança tem um grande número de suicídio e um dos meios pra evitar é esse serviço”;

“H: Sim, possibilita amenizar a pressão psicológica, ajuda a ter mais clareza das ações e decisões”;

“I: Sim, todos precisamos deste cuidado e na nossa profissão ainda mais” e,

“J: Sim, o estresse é algo que precisa ser tratado o tempo todo”.

Conforme Amador (2000), ações de promoção, prevenção e assistência-cura devem coexistir para promoção da saúde dos policiais militares, principalmente nas questões de saúde mental, para a autora, no entanto, “ações promotoras e preventivas devem ser cada vez mais enfatizadas, de maneira a diminuir, senão erradicar, as iniciativas assistenciais-curativas” (AMADOR, 2000, p. 56), para tal, faz-se necessários programas permanentes de promoção e prevenção em saúde mental junto desta categoria de trabalho.

A pergunta 17 foi sobre necessidade de melhorias no serviço ofertado no batalhão; *“Pergunta 17: O que você indicaria para melhorar o serviço de saúde mental do 21º BPMPR”?*, nas respostas apareceram questões sobre nem todos terem acesso, devido a distancia do Batalhão das Companhias, ou não procurarem o serviço, como podemos perceber na fala dos entrevistados

“B: Busca ativa devido ao preconceito, palestras, acesso a todos”;

“I: O fato de ser longe das Cias dificulta os atendimentos” e,

“J: A questão da distância, sou de outra Cias e nem sempre consigo vim”.

Outra situação que aparece é a rotatividade de profissionais e quantidade de profissionais para atender a demanda, *“A: Ter mais profissionais” e “F: Indico um profissional fixo, concursado, há muita mudança de profissionais”.*

Outras falas que surgiram como do policial “E” e “H” sugerem estratégias de atendimento *“E: Atendimento a todo o efetivo para ver como estão, necessidade, pois tem muita polícia se matando” e “H: Encontros de interação social, palestras”.*

Como podemos verificar nos discursos, os PMs percebem como importante a assistência a saúde mental de tal forma que reclamam da rotatividade dos profissionais que nela atuam, assim como sugerem ter mais profissionais para dar conta da demanda e conseguir também realização de um trabalho descentralizado nas demais companhias, principalmente as mais distantes, falam ainda acerca das atividades preventivas como encontros e palestras. Conforme os estudos de Pinto e Lima (2021), para que ocorra

a quebra de resistência dos paradigmas sobre a Psicologia no campo militar, é necessário ser elaboradas estratégias para inverter o lugar do policial acerca de sua percepção, e reconhecê-lo como sujeito, respeitando a subjetividade e singularidade, para depois, ser instituído no lugar de policial (PINTO e LIMA, 2021, n.p).

A próxima pergunta direcionada aos policiais entrevistados versa sobre suas percepções quanto à Política Pública de Segurança *“Pergunta 18: Como você percebe a Política Pública de Segurança na região em que você trabalha? Por quê?”*, oito dos dez entrevistados a vêm de forma positiva:

“A: Boa, pela criminalidade ser baixa, somos privilegiados no Sudoeste”;

“B: Boa qualidade devido ao contexto geográfico e a proximidade, fácil acesso”;

“C: Poderia melhorar se tivesse amparo legal como equipamento”;

“D: Baixo índice de corrupção em relação a algumas cidades, poucos casos de roubos e homicídios, eficiente, inflexibilidade institucional”;

“E: Pelo pouco efetivo que tem ela é controlada, nós não perdemos para a criminalidade, esforço do comando e dedicação dos policiais locais”;

“F: Percebo que é preocupada com a população, que busca aproximar a polícia da população”;

“I: Percebo como boa, não temos muitos casos não resolvidos” e,

“J: Acredito que apesar das dificuldades encontradas, seja boa”.

Os outros dois participantes optaram por não responder esta pergunta.

Nestes discursos, apesar de todas as dificuldades que eles enfrentam na realização de seu trabalho, afirmam perceber que realizam um trabalho eficiente e consideram que a política é boa. Ao falarem sobre isso sinto que estes profissionais esboçam orgulho pelo trabalho que realizam, que percebem os resultados de seu trabalho de forma positiva.

A última pergunta de número 19 pretendeu averiguar a percepção da influência de sua saúde mental na Política Pública de Segurança “*Pergunta 19: Na sua opinião a oferta do serviço de saúde mental aos policiais militares influencia a política pública de segurança local? Porque ou quais os motivos?*”, todos os PMs responderam que a saúde mental afeta na qualidade do serviço prestado como podemos verificar nas falas deles:

“*A: Sim, agrega a política pública, o fato de estar com a mente saudável atender a ocorrências melhor, não evoluir, resolver as ocorrências. A tua evolução pessoal na saúde mental contribui para resolução de conflitos da mesma natureza na ocorrência*”;

“*B: Sim, essencial que o PM esteja bem para fazer o serviço, se não está bem o serviço será de má qualidade*”;

“*C: Apesar de ser Tabu, Sim, válvula de escape, aqui fala coisa que não fala pra ninguém*”;

“*D: Creio que sim, se o policial estiver bem psicologicamente vai prestar um bom serviço, se estiver de atestado é 1 PM a menos, se estiver mal, mal atendimento*”;

“*E: Ajudou a mim como pessoa, se está tendo acompanhamento vai melhorar efetivar o seu trabalho e a população vai sentir a diferença*”;

“*F: Influencia e muito, quando um profissional da segurança pública está bem psicologicamente, seja com ajuda de um profissional ou não, presta um melhor trabalho, trabalha com entusiasmo e comprometimento. Quem ganha é a população*”;

“*G: Com certeza, sem saúde mental não existe nenhum profissional em condições de trabalho, seja esse do operacional ou do burocrático*”;

“*H: Sim, policiais sadios trabalham mais motivados e felizes realizando um trabalho de qualidade*”;

“*I: influencia sim, se estamos bem poderemos ofertar um serviço de qualidade a população*” e,

“*J: sim, percebo que depois que comecei a fazer acompanhamento estou mais controlada*”.

Apreende-se nas falas dos entrevistados que eles possuem a percepção de que ao estar adoecido psiquicamente seu trabalho será afetado e conseqüentemente a execução da política de segurança pública acarretará em perda de qualidade, porém quando estão com percepção de bem estar referem que o trabalho será de qualidade, assim como podemos verificar na dala de F “*Influencia e muito, quando um profissional da segurança pública está bem psicologicamente, seja com ajuda de um profissional ou*

não, presta um melhor trabalho, trabalha com entusiasmo e comprometimento. Quem ganha é a população”.

Para Rodrigues, Alvaro e Rondina (2006, p. 6), o sentimento de bem estar está relacionado à gratificação do trabalho “e, assim, quando o mesmo é realizado em tal ambiência, leva os trabalhadores a gostarem do produto realizado”. Enquanto a ideia de sofrimento está atrelada a ideia de desvalorização do trabalho, direcionando-se a este sentimento negativo como a raiva.

Essa ideia de afeto implica “amor” ou “ódio” ao trabalho e gera outros binômios paralelos: “alegria” ou “tristeza”, “entusiasmo” ou “desânimo”, “anelo” ou “desprezo”. Como a grande maioria das vezes, o trabalho acaba se associando mais à ideia de sofrimento, as pessoas acabam rompendo o conceito afeto/trabalho tornando o primeiro restrito ao lar, à família, expulsando o segundo de sua relação afetiva; e, assim, o trabalho fica desafetivado e, conseqüentemente, insuportável (RODRIGUES, ALVARO e RONDINA, 2006, p. 6).

Conforme Pinto e Lima (2021, n/p), na instituição militar acaba havendo pouco ou nenhum “espaço para reflexões acerca dos sentimentos e emoções, o que pode implicar em desordem psíquica pelo policial acabar não revelando o que lhe aflige”. Diante do discurso dos participantes compreendemos que a questão da saúde mental deve ser frequentemente colocada em pauta em se tratando de segurança pública, pois o trabalho destes profissionais é permeado de complexidade e percebido pelo próprio profissional como fator agravante em sua saúde.

O estresse, a sobrecarga de trabalho, turnos extensos, sono e o contexto militar são alguns dos agravantes de adoecimento que surgiram nas falas destes profissionais, situações que desencadeiam adoecimentos e conseqüentemente atitudes impulsivas como uma das falas que o profissional afirma que “(...) *quando você está sob estado de pressão psicológica suas decisões são alteradas podendo te conduzir a uma reação diferente do que se você estivesse bem*”.

Apesar de relatarem sobre o preconceito pela procura de ajuda profissional, muitos relatam que no passado já foi pior e que atualmente este paradigma vem sendo quebrado, inclusive os próprios colegas de trabalho procuram orientar e auxiliar uns aos outros por entenderem o que ocorre. O uso de medicamentos para amenizar os sintomas destes profissionais também é algo constante em suas falas, sendo que muitos recorrem a este auxílio, mesmo sabendo que os efeitos colaterais podem ser maléficis.

Sobre o serviço de saúde mental, os policiais militares percebem como favorável, relatando se sentirem amparado, compreendido. Uma questão preocupante que surge nas falas é a questão do suicídio de colegas e o medo de fazerem tal ato em algum momento de impulsividade.

Percebe-se a necessidade que estes profissionais possuem em elaborar suas angustias vividas no trabalho. O psicanalista Dejours (1998) propõe como método principal em seus estudos da psicodinâmica do trabalho a escuta destes sujeitos. Em concordância com este autor, Lancman e Uchida (2003) falam sobre esta necessidade dos sujeitos sobre o contexto de trabalho,

[...] não só a fala individual, mas principalmente a coletiva. Isso porque, para a psicodinâmica do trabalho, se o sofrimento é da ordem do singular, sua solução é coletiva. Para tanto é fundamental que se crie o que o autor chama de espaço público, espaço de circulação da palavra coletiva. É na escuta do que é expresso que se cria a possibilidade do sofrimento emergir e sua solução ser pensada por todos (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 84).

Conforme os estudos de Lancman e Uchida (2003, p. 87), “se o trabalhador é capaz de pensar o trabalho, de elaborar essa experiência ao falar, de simbolizar o pensamento e chegar a uma interpretação”, ele tem a possibilidade de negociar e buscar novos sentidos ao trabalho. Os autores pontuam ainda que “o agir comunicacional busca por meio da intercompreensão, tornar visíveis as razões, a racionalidade, o sentido do trabalho, a problemática vivida pelos trabalhadores para realizar sua atividade e por que (pelo que) eles buscam respostas”, sejam para si próprios ou para a coletividade (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 87).

Através das falas dos participantes e dos estudos bibliográficos podemos verificar o funcionamento da Política de segurança local, eles relatam ter muitos aspectos que impactam em sua saúde mental, seja pelas questões específicas do desempenhar de suas funções ou seja pelo funcionamento institucional, que ainda carrega muitas raízes da ditadura militar, desta forma consideramos que conseguimos atingir nossos objetivos específicos “A” e “B”.

Os participantes falaram também sobre as percepções que possuem em relação ao serviço de assistência em saúde mental e como veem o programa Prumos, relatam sobre os pontos positivos e negativos e o quanto sentem que ao não estarem bem acabam desempenhando precariamente suas funções o que afeta a população por eles atendida.

Verificamos que todos os entrevistados relatam falas positivas em relação aos atendimentos e percebem que fazer atendimento/acompanhamento em saúde mental melhorou suas qualidades de vida e o desempenho da função, assim como, que apesar das demandas e problemas, consideram a política de segurança local efetiva e com bons resultados, desta forma consideramos que os objetivos específicos “C” e “D” também foram alcançados. Sendo assim, passaremos às nossas considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos verificar na presente pesquisa, aos poucos e em passos lentos, estão surgindo estudos sobre o impacto laboral na saúde dos trabalhadores nos mais variados espaços. Ressalta-se neste estudo a categoria dos profissionais de segurança pública em especial dos policiais militares e o impacto que questões relacionadas ao trabalho interferem nas questões psicológicas destes trabalhadores e consequentemente na execução de seus trabalhos.

No contexto contemporâneo, grandes transformações estão ocorrendo podendo ser sociais, culturais e/ou econômicas, abrangendo todo o território nacional, convergindo o Brasil como um país emergente no campo de desenvolvimento. Destaca-se que para que uma sociedade se desenvolva é necessário suprir as várias demandas enunciadas pela população, muitas destas dependem da criação e execução das denominadas Políticas Públicas.

A elaboração, implementação e execução das Políticas Públicas surgem como dispositivo que objetiva fomentar o desenvolvimento com premissas sustentáveis das regiões, conforme os achados bibliográficos, primeiramente busca-se à redução de desigualdades sociais e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes mais vulneráveis, seguido da busca pelo fortalecimento das ações democráticas, permitindo o direito à cidadania para todos.

Neste viés, este estudo abordou que a elaboração e implementação de Políticas Públicas se faz imprescindível na superação de limitações nos vários contextos da sociedade, pois quando falamos em desenvolvimento das regiões, a renda e a riqueza são fatores que viabilizam a qualidade de vida da população, mas estas não devem ser o único meio, elas precisam estar integradas com outros dispositivos como educação, saúde e segurança, sendo que a integração delas influencia de maneira positiva na vida dos sujeitos e consequentemente no desenvolvimento das regiões.

Vale destacar ainda, que esta pesquisa se debruçou sobre a Política Pública de Segurança, uma das políticas fundamentais para melhoria da qualidade de vida da população e propulsão do desenvolvimento regional. A Constituição Federal de 1988 define a segurança como direito essencial aos sujeitos, porém como verificamos, alcançar este objetivo de manter as pessoas em segurança enfrentando as diversas formas de violências é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea.

Esta profissão, dos policiais militares, foi se constituindo aos poucos e passou por várias transformações no decorrer da história. Mesmo tendo se modificado e estando mais atualizadas as demandas da sociedade moderna, podemos verificar que ainda possui muitos traços oriundos da ditadura militar. Percebe-se que esta política pública se diferencia em sua essência das demais políticas, pois a sociedade pouco pôde influenciar em sua elaboração, processo que a torna pouco democrática.

Uma nova perspectiva de segurança pública, conhecida por Política Pública de Segurança Pública ou Segurança Cidadã, teria como objetivo basilar a implementação integrada das várias políticas setoriais em nível local, favorecendo a participação dos entes federados e da população, a tornando dessa forma mais democrática. Ademais, seu foco estaria na prevenção como instrumento de controle da criminalidade e as ações devem ocorrer conjuntamente com outras políticas tendo como foco as regiões locais.

Os policiais, em especial, os militares, possuem um grande desafio no exercício de sua função, tendo eles que realizarem seu trabalho de maneira eficiente respeitando os direitos dos seres humanos e ao mesmo tempo garantindo sua própria segurança, tal complexidade, como verificamos nesta dissertação, pode leva-los a instabilidade emocional, prejudicando sua atuação no trabalho e conseqüentemente na execução da Política de Segurança Pública o que pode afetar diretamente a população.

Apesar das mudanças ocorridas na contemporaneidade, o trabalho continua sendo visto como categoria que realiza a organização e constituição das sociedades. As mudanças ocorridas no trabalho são evidentes em todos os ramos, tornando-o cada vez mais complexo, fragmentado e heterogêneo, porém, continua ocupando função central na vida dos sujeitos. Essa complexidade advinda com as relações de trabalho passa a interferir diretamente na constituição das identidades dos sujeitos, e além de uma relação positiva passa também a exercer papel negativo nos sujeitos acarretando ao adoecimento físico e psíquico.

Verificamos neste estudo que na profissão do policial não é diferente, e muitas questões próprias dessa função o tornam ainda mais propício a adoecimentos, conforme

aponta a Organização Internacional do Trabalho. Desta forma, por ser ele figura fundamental na execução da Política de Segurança Pública, necessita de um olhar cuidadoso pelo Estado. O adoecimento deste profissional impacta diretamente no exercício de sua função e desta maneira acarreta prejuízo para a sociedade de uma forma geral.

O adoecimento dos profissionais devido a condições de trabalho já é considerado um problema de saúde pública, a situação piora nas profissões onde os trabalhadores estão mais vulneráveis como a profissão do policial militar. Vale destacar que para além dos adoecimentos físicos que este profissional está exposto a desenvolver, as morbidades psicológicas e comportamentais são fatores que precisam ser urgentemente pensados, pois anualmente o número de adoecimentos mentais vem aumentando e o pior que juntamente com estes dados estão os suicídios destes profissionais.

Pelas falas destes profissionais, constatam-se sentimentos de insegurança e medo no exercer profissional, um fator que agrava estes sentimentos é funcionamento das instituições militares que ainda possuem raízes da ditadura militar. Averiguamos que a busca por atendimento e acompanhamento psicológico ainda é vista por alguns como tabu o que dificulta a prevenção de piora nos quadros clínicos do profissional que adocece, os levando muitas vezes a atos extremos como o suicídio.

As práticas de tratamento dos trabalhadores adoecidos devem ser pensadas em um processo ativo de reflexões sobre o ambiente de trabalho e o trabalho propriamente dito, a fim de nortear as intervenções a estes indivíduos. Desta forma, este trabalho ao dar voz a estes profissionais possibilita que ações mais assertivas sejam executadas em se tratando de saúde mental.

Desta forma, diante dos achados da pesquisa, consideramos que conseguimos responder nosso problema de pesquisa *“qual influencia a assistência à saúde mental gera no bem-estar e saúde dos policiais militares e sua relação com a implementação e execução da Política Pública de Segurança local?”*, sendo que diante dos relatos e bibliografia estudada, a saúde mental é percebida como fator essencial no bem-estar deste profissional, quando não a percebem de forma positiva e sentem-se adoecidos seus desempenho acabam sendo prejudicado, o que impacta a execução e implementação da políticas pública de segurança local.

A criação e implementação de programas de saúde mental, como o Programa Prumos, é um avanço na promoção e prevenção de adoecimentos psíquicos para este profissional, porém como ouvimos nas falas dos entrevistados, é necessário que os

serviços não sejam temporários e que se estruture de uma maneira benéfica para os trabalhadores, algumas questões precisam ser sanadas, como o aumento de profissionais e a questão da rotatividade destes profissionais, que são contratados temporariamente.

Há ainda de se pensar e planejar estratégias para além das curativas, como vem ocorrendo atualmente, e sim com foco preventivo, pois o adoecimento deste profissional impacta diretamente na implementação e execução da Política de Segurança Pública. Como vimos, alguns autores consideram a Política de Segurança Pública primordial para que outras políticas possam entrar em ação, neste sentido este trabalhador precisa urgentemente de um olhar de cuidado.

Os achados desta pesquisa apontam recomendações para que novas pesquisas neste campo ocorram, pois, ao pensar em desenvolvimento regional sustentável se faz fundamental contemplar as Políticas Públicas.

Por fim, entende-se que esta pesquisa pode contribuir e indicar que as instituições de Segurança Pública necessitam de um olhar cauteloso a seus trabalhadores, em especial atenção a sua saúde mental, pois se compreende que estes profissionais precisam se sentir seguros e emocionalmente estáveis para realizarem seu trabalho e manter a segurança da população, pensando nisso, depois de finalizada a pesquisa será realizado uma devolutiva aos participantes com os dados obtidos.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Adriana Melo; ROCHA NETO, João Mendes da. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311 a 338. ISSN 2358-4556, julho/dezembro 2014.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecidos no trabalho. **Rev. Serviço Social Social**. São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- AMADOR, Fernanda Spanier. Trabalho e saúde – considerações a respeito da categoria dos policiais militares. **O Alferes**, Belo Horizonte, 15(52), p. 47-60, jul/dez. 2000.
- AMARAL, Augusto Jobim do; PILAU, Lucas e Silva Batista. A polícia moderna: degenerescência democrática e guerra civil. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 04, 2017, p. 2574-2598.
- ARAGÃO, José Wellington Marinho de. MENDES NETA, Maria Adelina Hayne. Metodologia científica. **UFBA, Faculdade de educação**. Superintendência de educação a distância, 2017.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.
- BEATO FILHO, Claudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **Revista São Paulo em perspectiva**, 13(4) 1999.
- BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3):657-666, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BROM, Paula Pringet Pimentel Guimarães; COSTA, Bruno Araújo; PEREIRA, Murilo Martins. **Uso de medicamentos ansiolíticos por policiais militares do Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, 2022.
- BRUNETTA, Antonio Alberto. Apreciação da formação policial sob o modelo foucaultiano. **Rev. OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 493-515, 2015.
- CAMPOS, Maiara Reis. Trabalho, alienação e adoecimento mental: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental do trabalhador. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 21, núm. 2, pp. 797-811, 2017.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katal.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, v. 22, n. 3, p. 25-45, jul/dez 2022.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Marcio Gimene de. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In MADEIRA, Lígia Mori (organizadora) **Avaliação de políticas públicas** – Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CASTRO, Maria Cristina; ROCHA, Ricelli; CRUZ, Roberto. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Revista sociedade portuguesa de psicologia da saúde**, 20(2), p. 525-541, 2019.

CECHET, Leandro Wrubel. Saúde mental em agentes da segurança pública: Um estudo exploratório na polícia militar do estado do Paraná. **Revista Científica de Segurança Pública (RCSP)**. Natal: PMRN, volume 1, número 1, p. 109–122 jul./dez. 2021.

CLOT, Yves. A função psicológica do trabalho. 2ª edição, Petrópolis, RJ, Editora: **Vozes**, 2007.

COELHO, Vitarque Lucas Paes. A política regional do governo Lula (2003-2010). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 265 a 286. ISSN 2358-4556, julho/dezembro 2015.

CRUZ, Antonio Claudio da et al. Ações da Polícia Militar do Paraná para proteção do direito à vida: o policial-militar promotor dos direitos humanos, contribui para a redução da letalidade. **Revista de Ciências Policiais da Academia Policia Militar de Guatupê**. São José dos Pinhais, v. 3, n.3, p. 70-78, jul. 2020.

DIAS, Carolyna Neves; ANDRADE, Vânia Lucia Pereira de. A relação entre a síndrome de Burnout e o policial militar brasileiro. **Caderno de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 186- 209, jul./dez. 2020 – ISSN 2674-9483.

DEJOURS, Cristophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 27 – 34, set./Dez., 2004.

DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

ELIAS, Marisa Aparecida; NAVARRO, Vera Lúcia. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. 14(4), p. 517-525, jul/ago. 2006.

FERREIRA, Mariane Oliveira. DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, B Hte., 6, 133-151, jan./jun. 2017.

FERNANDES, Marcia Astrês. et al. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalhador*. 16(3), p. 277-286, 2018.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3 Edição 5 Ago/Set 2009.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque multidisciplinar**. Ed. Nacional. São Paulo, 1980.

FUTINO, Regina Silva. DELDUQUE, Maria Célia. Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. **Caderno Ibero-americano de Direito Sanitário**, Brasília, 9(2): abr./jun., 2020, <http://dx.doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632>

GUERRA, Maria Pia. **Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinquente. Gabinete de Gestão Institucional da Presidência da República. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. Brasília, ILANUD, 2002. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2706/1/politicas_segurancapublica_politicas_publicasseguranca.pdf acesso em: 14/02/2022.

JACQUES, Maria da Graça. **Identidade e trabalho: uma articulação indispensável**, in: Tamayo, Alvaro; Borges-Andrade, Jairo Eduardo; Codo, Wanderley (org): Trabalho, organizações e cultura. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.

JACQUES, Maria da Graça. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. **Revista Psicologia & Sociedade**; 15 (1): 97-116; jan./jun. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LANCMAN, Selma; UCHIDA, Seiji. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, vol. 6, p. 79-90, 2003.

LAZZARINI, A. Polícia e Direito: Abuso de poder x poder de polícia - **Revista Brasileira de Ciências Criminais**: publicação oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – ano 4, número 14 (abr-jun/96), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

LEAL, Rogério Gesta. GILIOLI, Volnete. **A segurança pública como direito fundamental social na sociedade de riscos: qual a função do direito penal?** - Chapecó: Editora Unoesc, 2018.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Estrutura normativa e implementação de políticas públicas. In MADEIRA, Lígia Mori (organizadora) **Avaliação de políticas públicas** – Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, 25(3), p. 482-492, 2013.

MARQUES, Cláudia Brazil; SIEDENBERG, Dieter Rugard; SANTOS, Carlos Honorato Schuch. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL - SÃO JOSÉ DO NORTE-RS. **Revista de Políticas Públicas**, 2008, 12(2), 57-64. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321127274006>

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. A Ideologia Alemã, São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2007.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudo qualitativo**, Bauru, v. 2, p. 10, 2004.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira et al. Políticas públicas, desenvolvimento e transformações do Estado brasileiro. In SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (orgs.) **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MESQUITA, Adriana. Contextos e questões acerca do adoecimento psíquico numa instituição militar. **Revista Psicologia: Saude Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 5, n. 5, p. 9-17, jan./dez. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3):585-593, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, nov. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007001100024&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jul. 2021.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, jul/set. 2001.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. O processo de pesquisa: iniciação. 2. ed. Brasília: **Liber Livro Editora**, 2006.

MOURA, Simone Vivian de. Os impactos do trabalho sobre a saúde mental do policial militar. **Rev. Psicologia: Saude Mental e Seg. Pública**. Jan./dez 2019.

NARDI, Henrique Caetano. Políticas Públicas em saúde mental e trabalho: Desafios políticos e epistemológicos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 32(2), p. 374-387, 2012.

NASCIMENTO, Décio Estevão do. NASCIMENTO, Marcos Aurélio. Segurança pública e desenvolvimento local: Experiências do Brasil, Colômbia e Japão. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 365-385, set./dez. 2016.

NATIVIDADE, Michele Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin. O trabalho na sociedade contemporânea: O sentido atribuído pelas crianças. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), p. 430-439, 2012.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. et al. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, nº 25, p. 224-250, set./dez. 2010.

ONU - **Organização das Nações Unidas**. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em : <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>.

PINTO, Édila Mazília de Aguiar. LIMA, Neurilan Marcos de. Psicologia e polícia militar: um estudo sobre a mente policial no estado do Acre. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 08, Vol. 02. Agosto de 2021.

PENKAL, Rafael Cordasco. Segurança pública e direitos humanos: a atuação da psicologia na polícia militar do paraná. In MADER, Bruno Jardine (org.) **Caderno de psicologia e direitos humanos: compromisso com a transformação da realidade** – Curitiba : CRP-PR, 2016.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista. KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Caderno de Saúde Coletiva**, 2020.

PUTTI, Alexandre. **Suicídio de policiais é um problema grave no Brasil, aponta estudo**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/suicidio-de-policiais-e-um-problema-grave-no-brasil-aponta-estudo/>> Acesso em: 09 de set. 2023.

REIS, Adriana de Paula. **Percursos no SUS: a saúde mental relacionada ao trabalho a partir da atenção primária à saúde**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ROCHA, Arimá. Violência: Direitos humanos e segurança, **Jornal Diário do Nordeste**. Ceará, v. 22, p. 25, 2005.

RODRIGUES, Patricia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica eletrônica de Psicologia**. ISSN: 1806-0625 Ano IV – Número 7 – Novembro de 2006 – Periódicos Semestral.

SALES, Larissa Jucá de Moraes; SÁ, Leonardo Damasceno de. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. **Repocs**, v. 13, n. 25, jan/jun. 2016.

SALES, Lilia Maia de Moraes. FERREIRA, Plauto Roberto Lima. NUNES, Andrine Oliveira. Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária: uma interface. **NEJ** – vol.14, 2009.

SANTANA, Sérgio Lopes; SABINO, Alini Danieli Viana. **Estresse Policial Militar: efeitos psicossociais**. Disponível em: <
<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf>> Acesso em 09 set. 2023.

SANTIN, Valter Foletto. Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SANTOS, Valber Ricardo dos. **Política de segurança pública no Brasil contemporâneo: entre a segurança cidadã e a continuidade autoritária**. Dissertação de Mestrado em Política Social Programa de Pós-Graduação em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo, 2012, 174 f.

SCHABBACH, Leticia Maria. A agenda da segurança pública no Brasil e suas (novas) políticas. In MADEIRA, Lígia Mori (org). **Avaliação de políticas públicas** - Porto alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

SELIGMAN-SILVA, Edith. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde do trabalhador. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, 35 (122): 187-191, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras (2000).

SETTE CÂMARA, Paulo. **Reflexões sobre segurança pública**. Belém: Universidade da Amazônia, 2002.

SILVA, Christian Luiz da. BASSI, Nádia Solange Schimidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In SILVA, Christian Luiz da (org). **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Christian Luiz. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: Christian Luiz da Silva; Judas Tadeu Grassi de Mendes. (Org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2005, v. 1, p. 11-40.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Revista Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Saúde mental relacionada ao trabalho na rede pública de saúde brasileira: concepções e atuações transformadoras**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, 2017.

SOUZA, Valmir de; BORBA, Marcos Antonio Wosny. O ciclo completo de polícia: Percepções de sua implementação na polícia militar do Paraná. **Revista Segurança Pública e Ciências**, 2015. Disponível em: <https://www.assofepar.org.br/admin/files/arquivos/eateo5hc1pcdsqb2m3hao0nkdq7lm6jvug489bflfmirnj.pdf> Acesso em: 30/07/2021.

SPODE, Charlotte Beatriz. MERLO, Alvaro Roberto Crespo. Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), 362-370, 2006.

STEINBERGER, Marília. Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates. **Revista de Administração Pública**, abr/jun, vol. 22. Rio de Janeiro. Fund. Getúlio Vargas, 1988.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Convenções da OIT. 2ª ed.** LTR: 1998

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Rev. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**, AATR-BA, 2002.

TEIXEIRA, Marcos Aurélio Nascimento. **Políticas públicas para segurança pública do Paraná: estudo de caso da polícia científica**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento, Curitiba, 2018. Bibliografia: f. 162-176.

TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano. **Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional**. In JACQUES, Maria da Graça, et al org. *Relações sociais e éticas*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de pesquisas sociais, p. 70-80, 2008.

VANALI, Ana Crhistina; BORDIN, Marcelo. Quem precisa de polícia? Aspectos da Segurança Pública no Paraná (1995 – 2003). **Rev. Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais/PR, V. 13, N. 2, p. 134-156, ago/dez. 2019.

VILELA, Fábio Alves de Castro. **Formulação de políticas públicas de segurança no Brasil e a primeira conferencia nacional de segurança pública**. Dissertação

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, 2018.

ANEXOS

Entrevista de pesquisa mestrado

Questionário sociodemográfico:

Nome: _____ idade: _____

Sexo F () M () Estado civil: Casado () Solteiro ()

outro: _____

Tempo de trabalho: _____ função: operacional () administrativo ()

Cargo: _____

Entrevista:

Pergunta 1: Qual (is) o motivo de procurar ou ser encaminhado para o serviço de saúde mental do 21º BPM?

Pergunta 2: Já realizou anteriormente atendimento/acompanhamento psicológico? Se sim por qual(is) motivos? Quando?

Pergunta 3: Já fez ou faz acompanhamento psiquiátrico? Faz uso de medicação controlada? Por quais motivos e sintomas?

Pergunta 4: Qual percepção você tem sobre a influência de seu trabalho em sua saúde mental?

Pergunta 5: O que você acha da localização geográfica do serviço de saúde mental na sede do 21º BPMPR? Pontos positivos e pontos negativos.

Pergunta 6: Para você o que é ou indica qualidade de vida e bem estar?

Pergunta 7: Após passar por atendimento/acompanhamento psicológico você percebeu alguma mudança no seu comportamento e/ou na sua saúde mental? Se sim qual (is)?

Pergunta 8: Sua saúde mental/emocional já interferiu na execução de sua função? Se sim como?

Pergunta 9: Para você quais são os maiores estressores da sua profissão?

Pergunta 10: Quais são as estratégias que você utiliza para lidar com os estressores do trabalho no dia a dia?

Pergunta 11: você cuida da saúde mental como cuida da saúde física? Como ou porquê?

Pergunta 12: Você já percebeu que algum colega de trabalho precisava de cuidados psicológicos? Se sim, qual sua atitude diante disso?

Pergunta 13: Para você existe preconceito na profissão de policial em relação a busca de atendimento psicológico? Se sim, porque?

Pergunta 14: Qual sua percepção do impacto de seu trabalho na sua qualidade de vida e de sua família?

Pergunta 15: Seu trabalho já interferiu nas suas relações familiares (cônjuge, filhos, pais)? Se sim, de que maneira?

Pergunta 16: Você considera importante a oferta de serviços de saúde mental para profissionais da política pública de segurança? Porque?

Pergunta 17: O que você indicaria para melhorar o serviço de saúde mental do 21º BPMPR?

Pergunta 18: Como você percebe a política pública de segurança na região que em você trabalha? Porque?

Pergunta 19: Na sua opinião a oferta do serviço de saúde mental aos policiais militares influencia a política pública de segurança local? Porque ou quais os motivos?

Observações:
